



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
- PPGEOG -**



LENIVALDO CARVALHO MARQUES

**ESFRON E A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA NA TRÍPLICE
FRONTEIRA: BRASIL, COLÔMBIA E PERU**

**MANAUS – AM
2018**

LENIVALDO CARVALHO MARQUES

**ESFRON E A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA NA TRÍPLICE
FRONTEIRA: BRASIL, COLÔMBIA E PERU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da universidade Federal do Amazonas – UFAM, nível de Mestrado, como requisito para obtenção de título de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Amazônia, Território e Ambiente.

Orientador: prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira

**MANAUS-AM
2018**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C331e Carvalho Marques, Lenivaldo
ESFRON e a Estratégia de Segurança Pública na Tríplice
Fronteira: Brasil, Colômbia e Peru / Lenivaldo Carvalho Marques.
2018
179 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Ricardo José Batista Nogueira
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Fronteira Nacional. 2. Estado Nacional. 3. Faixa de Fronteira.
4. Esfron. 5. Enafron. I. Nogueira, Ricardo José Batista II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
 IFCHS/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Mestrado Conceito 4
 Aprovado pela Resolução nº 009 – CONSUNI de 17/08/95
 Credenciado pela CAPES em set/2000
 Reconhecido através da Portaria Nº 1.077 - MEC, de 31 de agosto de 2012



Ata da Defesa Pública da Dissertação de Mestrado do(a) Senhor(a) **LENIVALDO CARVALHO MARQUES**, discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas, Área de Concentração em Amazônia: Território e Ambiente, realizada no dia **25 de Junho de 2018**.

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho de dois mil e dezoito, às nove horas, na sala de Audiovisual do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas, realizou-se a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado, intitulada **“ESFRON E AS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA TRÍPLICE FRONTEIRA: BRASIL, COLÔMBIA E PERU”**, sob orientação do(a) Professor(a) Doutor(a) **RICARDO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (PPGEOG/UFAM)**, do(a) aluno(a) **LENIVALDO CARVALHO MARQUES**, em conformidade com o Art. 83 do Regimento Geral de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, como parte final de seu trabalho para a obtenção do grau de **MESTRE EM GEOGRAFIA**, área de concentração em **AMAZÔNIA: TERRITÓRIO E AMBIENTE**. A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor(a) Doutor(a) Ricardo José Batista Nogueira, Presidente (PPGEOG/UFAM), Professor(a) Doutor(a) Roberto Monteiro de Oliveira (INPA) e a Professor(a) Doutor(a) Nelcioney José de Souza Araújo (PPGEOG/UFAM). O(A) Presidente da Banca Examinadora deu início à sessão convidando os membros da Banca e o(a) Mestrando(a) a tomarem seus lugares. Em seguida, o(a) Senhor(a) Presidente informou sobre o procedimento do exame. A palavra foi facultada ao(a) Mestrando(a) para apresentar uma síntese do seu estudo e responder às perguntas formuladas pelos Membros da Banca Examinadora. Após a apresentação e arguição pelos Membros da Banca Examinadora, esta reuniu-se onde decidiu, por unanimidade, que o(a) discente foi **“Aprovado”**. A sessão foi encerrada. Eu, Maria das Graças Luzeiro, Secretária do PPGEOG, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelos Membros da Banca Examinadora e pelo(a) Mestrando(a). Manaus (AM), **25 de Junho de 2018**.

Banca Examinadora	Rubrica	Nota
Prof(a) Dr(a) Ricardo José Batista Nogueira Presidente (PPGEOG/UFAM)		9,0 (voto)
Prof(a) Dr(a) Roberto Monteiro de Oliveira Membro Titular (INPA)		9,0 (voto)
Prof(a) Dr(a) Nelcioney José de Souza Araújo Membro Titular (PPGEOG/UFAM)		9,0 (voto)
 Lenivaldo Carvalho Marques Mestrando		
	 Maria das Graças Luzeiro Secretária do PPGEOG	

DEDICATÓRIA

A Deus pela sabedoria;

A minha esposa e filhos pela paciência;

A minha mãe pelo seu amor;

Aos meus irmãos, e, em especial, ao meu irmão Sidomar Marques.

Aos mestres pelo ensinamento dado.

Ao meu sogro (*in memoriam*).

E a minha tia Dalria. Um anjo que nunca vou esquecer.

AGRADECIMENTOS

Ao longo do curso de Mestrado várias foram as dificuldades que se apresentaram e que dificultaram a caminhada, na tentativa de não permitir que se chegasse a esse momento tão especial. Porém, os obstáculos foram sendo superados por conta das diversas pessoas que nos apoiaram e incentivaram ao longo desse percurso.

Agradeço primeiramente a Deus, detentor de toda honra e toda glória, pela saúde, força e sabedoria na caminhada e a Nossa Senhora de Fátima, pela intercessão nas dificuldades e tristezas que machucaram o seio de nossa família.

Agradeço a minha família, em especial a minha esposa, Ádrian Marques, e meus filhos Carlos e Dalva Marques, pela paciência e compreensão nos momentos de ausência; minha nora Núbia Ferreira e ao meu netinho Carlos Otávio, que está chegando. O meu eterno agradecimento à minha querida mãezinha, Delza Carvalho, pelo amor incondicional em todas as decisões difíceis que teve que tomar para garantir meu futuro. Aos meus tios Laurinda Marques e Álvaro Marques, por toda paciência e amor que dedicaram a mim nos anos em que estive sob sua responsabilidade. Agradeço também a minha sogra, Laurice Martins, por seu apoio e amor maternal dado a mim. A minha tia Dalva Rodrigues (Dalria), por ter aconselhado e amparado à mim e minha esposa nos primeiros anos de casamento.

Agradeço muitíssimo aos integrantes do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira, da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, na pessoa do seu Secretário Executivo, Tenente Coronel Almir, e suas assistentes, Sargento Adriana Comitti, e a Cabo Andrea; ao Tenente PM T. Cardoso, comandante do Canil do 8º BPM / TBT; e aos agentes federais com quem travei contato nas práticas de campo sobre a ESFRON, em Tabatinga.

Aos meus amigos do curso de Mestrado, a dona Graça e sua assistente, e aos professores do Departamento de Geografia, por quem nutro enorme admiração.

Por fim, meu agradecimento especial ao meu orientador, Dr. Ricardo Nogueira, profissional brilhante, dono de uma inteligência ímpar, e uma pessoa de uma paciência enorme. A você, Ricardo José Batista Nogueira, minha eterna gratidão e admiração.

RESUMO

Na atualidade as questões envolvendo as fronteiras dos Estados Nacionais estão no centro das discussões internacionais. O que se percebe é que estas entidades jurídicas criadas artificialmente, concomitante ao surgimento do Estado Nacional Moderno, no século XVIII, estão se tornando mais rígidas no sentido de regular a livre circulação de pessoas. Imaginou-se que com a implosão do mundo socialista e a ascensão dos blocos econômicos regionais, as fronteiras tenderiam a desaparecer. No entanto, eventos recentes têm demonstrado que essas teorias, difundidas, principalmente pelas grandes corporações internacionais, não se mantiveram sólidas na primeira após a crise de refugiados, indo em direção ao velho continente. De repente, cercas e muros começaram a se erguer na tentativa de impedir a passagem de refugiados, que se deslocam para o centro do território da União Europeia. Discursos xenofóbicos, tentativas de secção territorial de países ao redor do mundo, tem comprovado a importância de se manter a unidade territorial e suas fronteiras. Com relação ao território brasileiro, o governo central criou programas específicos para as suas fronteiras externas, contemplando o trabalho conjunto dos diversos atores da fronteira, bem como partilhar responsabilidades com os entes federados, que possuem lindes fronteiriças em seus territórios (estados e municípios). No tocante ao estado do Amazonas, foi criado o programa Estratégia Estadual de Segurança Pública nas Fronteiras (ESFRON), quando este estado se associou ao ENAFRON. Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, complementares entre si. O Primeiro Capítulo tratará sobre o surgimento das Fronteiras Nacionais, a partir da criação do Estado Nacional Moderno, com base na assinatura do Tratado de Westfália, bem como o retorno das discussões sobre as fronteiras que está ocorrendo atualmente. O Segundo Capítulo dissertará sobre a formação das fronteiras externas do Estado Brasileiro e suas implicações sobre o território nacional. O Terceiro Capítulo discorrerá sobre o programa ENAFRON, criado pelo governo federal para aglutinar esforços de combate aos delitos que ocorrem nas bordas do território brasileiro, mas, que afetam a sociedade como um todo. O Quarto Capítulo explanará sobre a adesão do estado do Amazonas ao programa federal, criando, a partir desse convênio, o programa Estratégia Estadual de Segurança Pública nas fronteiras, bem como suas operações na região da Tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Colômbia e Peru.

Palavras-chave: Fronteira Nacional; Estado Nacional; Faixa de Fronteira; ESFRON; ENAFRON, Tríplice Fronteira

ABSTRACT

Currently, issues surrounding the borders of National States are at the center of international discussions. What is perceived is that these artificially created legal entities, concomitant with the emergence of the Modern National State in the eighteenth century, are becoming more rigid in the sense of hampering the free movement of people. It was imagined that, with the implosion of the socialist world and the rise of the regional economic blocs, the borders would tend to disappear. However, recent events have shown that these theories, spread mainly by large international corporations, did not remain solid after the first refugee crisis headed toward the old continent. Suddenly, fences and walls began to rise in an attempt to prevent the passage of refugees moving to the center of European Union territory. Xenophobic discourses, attempts of territorial section of countries around the world, have proven the importance of maintaining territorial unity and its borders. With respect to the Brazilian territory, the central government created specific programs for its external borders, contemplating the joint work of the different actors of the border, as well as sharing responsibilities with the federated entities that have frontier borders in their territories (states and municipalities). With regard to the State of Amazonas, the State Strategy for Public Security at Frontiers (ESFRON) was created, when this state became associated with ENAFRON. This dissertation is divided into four chapters, complementary to each other. The first chapter will deal with the emergence of National Borders from the creation of the Modern National State, based on the signing of the Treaty of Westphalia, as well as the return of the border discussions that is currently taking place. The second chapter will discuss the formation of the external borders of the Brazilian State and its implications on the national territory. The third chapter will discuss the ENAFRON program, created by the federal government to bring together efforts to combat crimes that occur along the borders of Brazil, but which affect society as a whole. The fourth chapter will explain the adhesion of the State of Amazonas to the federal program, creating, from this agreement, the State Strategy Program on Public Security at the borders, as well as its operations in the region of the Triple Amazonian border between Brazil, Colombia and Peru.

KEYWORDS: National Border, National State, Border Range, ESFRON; ENAFRON

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Mapa de Westfália, na Alemanha, em três momentos distintos
- Figura 2. Mapa da Partilha da África entre os países europeus
- Figura 3. Mapa de países com maior trânsito de refugiados em solo europeu
- Figura 4. Gráfico de países europeus que mais receberam pedidos de asilos
- Figura 5. Mapa de Muros construídos nas fronteiras entre os países, no mundo
- Figura 6. Questão do Amapá
- Figura 7. Questão do Acre
- Figura 8. “Horogênese” (sic) das lindes do território brasileiro
- Figura 9. Ponte da Amizade na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina
- Figura 10. Fronteira entre Brasil (MS) e Bolívia
- Figura 11. Municipalidade de Islândia, Peru
- Figura 12. Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)
- Figura 13. Mapa da distância entre Tabatinga e as principais capitais que exercem influência sobre essa Tríplice Fronteira
- Figura 14. Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, visto a partir do Porto da Feira Livre de Tabatinga
- Figura 15. Organograma de identificação dos atores de cada ministério envolvidos na diretriz do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras
- Figura 16. Operação Multinacional AmazonLog 2017
- Figura 17. Organograma de Diagnóstico, Acompanhamento e Avaliação
- Figura 18. Organograma de Integração Sistêmica e Cooperação
- Figura 19. Organograma de Política Nacional Uniforme
- Figura 20. Organograma de Inteligência de Segurança Pública
- Figura 21. Mapa Rodoviário do Amazonas
- Figura 22. Mapa Hidroviário do estado do Amazonas
- Figura 23. Municípios da Faixa e Linha de Fronteiras no estado do Amazonas
- Figura 24. Vila de Tabatinga: Posto Militar brasileiro na fronteira com o Peru (1852)
- Figura 25. Aeroporto Internacional de Tabatinga
- Figura 26. Gráfico sobre a Evolução Populacional do município de Tabatinga
- Figura 27. Gráfico sobre Produto Interno Bruto (PIB) de Tabatinga
- Figura 28. Embarque de passageiros em barcos regionais com destino a Manaus

Figura 29. Porto da Feira Livre de Tabatinga. Na margem direita é território peruano e a montante do rio Solimões é território colombiano

Figura 30. Estrutura Etária da população de Tabatinga, por sexo e idade

Figura 31. Fronteira conurbada entre Tabatinga (BRA) e Letícia (COL)

Figura 32. Área de conflito entre Peru e Colômbia, por Letícia

Figura 33. Crescimento populacional do município de Letícia (COL)

Figura 34. Pirâmide Etária do município de Letícia

Figura 35. Primeira linha de trem construída em Iquitos (PER), em 1910

Figura 36. Câmera de Videomonitoramento em Tabatinga

Figura 37. Revista de bagagens e cargas no Terminal Hidroviário Voyager

Figura 38. Comitê Gestor do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras do Amazonas

Figura 39. Apreensão de drogas em Tabatinga com apoio dos cães policiais baseados no 8º BPM de Tabatinga

Figura 40. Terminal Hidroviário Voyager

Figura 41. Cães policiais nas revistas de bagagens no Porto Voyager

Figura 42. Mapa das principais rotas fluviais utilizadas pelos narcotraficantes para entrar em território em território brasileiro

Figura 43. Localização da Base Anzol

Figura 44. Base Anzol, de responsabilidade da Polícia Federal

Figura 45. Gráfico sobre abordagens e revistas de pessoas e embarcações

Figura 46. Gráfico sobre apreensão de entorpecentes realizados em Tabatinga

Figura 47. Gráfico sobre apreensões de ilícitos realizados em Tabatinga

Figura 48. Marinha do Brasil resgata refugiados em embarcação no mar Mediterrâneo

LISTA DE QUADROS E TABELA

Quadro 1. Guerras que deram origem ao Tratado de Westfália.....	29
Quadro 2. Independência de países africanos e asiáticos pós 2ª GM.....	37
Quadro 3. Tensões e conflitos causados por disputas religiosas.....	38
Quadro 4. Tensões e conflitos fronteiriços no século XXI.....	43
Quadro 5. Blocos Econômicos Regionais.....	48
Quadro 6. Formação das Fronteiras do Arco Norte.....	65
Quadro 7. Formação das Fronteiras do Arco Central e Arco Sul.....	70
Quadro 8. Evolução das Faixas de Fronteiras no Brasil.....	80
Quadro 9. GGI-Fron e CT-Fron, segundo os estados do Arco Norte.....	97
Tabela 1. Investimento da ENAFRON / SENASP nos municípios fronteiriços do Arco Norte.....	99
Quadro 10. Municípios amazonenses localizados em Faixa e Linha de Fronteira.....	111
Quadro 11. Dados estatísticos dos Municípios do Alto Solimões.....	125
Quadro 12. Efetivo básico da FIRR.....	140
Quadro 13. Primeiras apreensões realizadas pela FIRR.....	141
Quadro 14. Efetivo Interagências da GGIF previsto para serem empregados na Tríplice Fronteira.....	155

LISTA DE SIGLAS

AC – Acre

AM – Amazonas

APEC – Ásia – Pacific Economic Cooperation (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico)

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

AP – Amapá

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

BM – Bombeiro Militar

8º BIS / CFSOL – Oitavo Batalhão de Infantaria de Selva / Comando de Fronteira do Solimões

8º BPM / TBT – Oitavo Batalhão de Polícia Militar de Tabatinga

BraBo – Brasil-Bolívia

CDIF – Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira

CDN – Conselho de Defesa Nacional

CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

CGU – Controladoria Geral da União

CMS – Conselho Municipal de Segurança

CNUDM – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

CoBra – Colômbia-Brasil

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

CT Fron – Câmara Temática de Fronteira

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte

DPF – Departamento de Polícia Federal

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

DPTC – Departamento de Polícia Técnica-Científica

DPF / SRAM - Departamento de Polícia Federal / Superintendência Regional do Amazonas

DPRF / SRAM - Departamento de Polícia Rodoviária Federal / Superintendência Regional do Amazonas

EB – Exército Brasileiro

ENAFRON – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras

ESFRON – Estratégia Estadual de Segurança Pública nas Fronteiras

ERINT – Escritório Regional de Inteligência

EUA – Estados Unidos da América

FAB – Força Aérea Brasileira

FARCS – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FENAPEF – Federação Nacional dos Policiais Federais

FIRR – Força Integrada de Resposta Rápida

FNSP – Força Nacional de Segurança Pública

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GCM – Guarda Civil Municipal

GEFRON – Grupo Especial de Segurança de Fronteira

GGI-E - Gabinete de Gestão Integrada Estadual

GGI-Fron – Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras

1ª GM – Primeira Guerra Mundial

2ª GM – Segunda Guerra Mundial

GNV – Gás Natural Veicular

IBAMA – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

IP-4 – Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte

IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana

MB – Marinha do Brasil

MD – Ministério da Defesa

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MESP – Ministério Extraordinário de Segurança Pública

MF – Ministério da Fazenda

MJ – Ministério da Justiça

MRE – Ministério das relações Exteriores

MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
NAFTA – North American Free Trade Agreement (Tratado de livre Comércio da América do Norte)
OIM – Organização Internacional para as Migrações
PA – Pará
P.A – População Absoluta
PBC – Pasta Base de Cocaína
PC – Polícia Civil
PDFF – Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PEF – Plano Estratégico de Fronteiras
PEFRON – Projeto de Policiamento especializado na Fronteira
PIB – Produto interno Bruto
PM – Polícia Militar
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPIF – Programa de Proteção Integrada de fronteiras
PR – Paraná
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RF – Receita Federal
RO - Rondônia
RF / SRAM – Receita Federal / Superintendência Regional do Amazonas
RR – Roraima
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SEAI – Secretaria Adjunta de Inteligência
SEC. EXEC. – Secretaria Executiva
SEFAZ – Secretaria estadual da Fazenda
SISBIN – Sistema Brasileiro de Informações
SISFRON – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SEJUSC – Secretaria de Cidadania e Justiça
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SNJ – Secretaria Nacional de Justiça
SPF / AM – Superintendência de polícia Federal do Amazonas
SSP AM – Secretaria de Segurança Pública do Amazonas

STF – Supremo Tribunal Federal
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TBA – Tri Border Area
TCU – Tribunal de Contas da União
TEN. CEL. – Tenente Coronel
UE – União Europeia
UNASUL – União das Nações Sul-americanas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAF – United States Air Force
ZEE – Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 - CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DAS FRONTEIRAS DOS ESTADOS NACIONAIS.....	23
1.1 O Tratado de Paz de Westfália como ponto de partida para o surgimento do Estado Nacional Moderno	27
1.2 O exercício da Soberania no interior dos Limites Territoriais	33
1.3 A Consolidação das Fronteiras Nacionais a partir da Criação do Estado Nacional Moderno.....	40
1.4 A Fronteira Nacional volta ao centro das discussões internacionais: O retorno do Nacionalismo.....	47
CAPÍTULO 2 - O ESTADO BRASILEIRO E AS FRONTEIRAS EXTERNAS	56
2.1 O processo de formação do território brasileiro.....	56
2.2 A formação das fronteiras na Amazônia: A prevalência de acordos e arbitramentos... ..	60
2.3 Fronteira austral brasileira: A formação do território através de confrontos armados ..	66
2.4 As Faixas de Fronteiras do Brasil e os <i>Neopuncti Dolents</i>	72
CAPÍTULO 3 - O BRASIL REFORÇA SUAS FRONTEIRAS: O ENDURECIMENTO DO COMBATE AOS CRIMES FRONTEIRIÇOS COM BASE NA CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS.....	81
3.1 As zonas limdeiras brasileiras: Terra de ninguém?	81
3.3 O Programa ENAFRON como novo paradigma de integração entre união, estados e municípios no combate aos ilícitos nas faixas de fronteiras.....	89
CAPÍTULO 4 - O AMAZONAS ASSOCIA-SE AO ENAFRON: A CRIAÇÃO DA ESTRATÉGIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS DO ESTADO DO AMAZONAS (ESFRON)	104
4.1 As faixas de fronteiras do estado do Amazonas	110
4.2 A fronteira Brasil-Venezuela: do turismo no Mar do Caribe aos problemas humanos provocados pelas migrações.....	112
4.3 Fronteira Brasil- Peru: a saída do Brasil para o Oceano Pacífico.....	115
4.4 Fronteira Brasil – Colômbia: Amistosidade e problemas de tráfico de drogas na Tríplice Fronteira.....	118
4.5 O Forte São Francisco Xavier de Tabatinga	120
4.7 Conurbação Tabatinga (BRA) – Letícia (COL) e seus fluxos	129
4.8 O transporte urbano conurbado.....	130
4.9 Letícia: A irmã rica de Tabatinga	132
4.10 Iquitos, Peru: Distante geograficamente, mas importante para a economia da Tríplice Fronteira.....	137
4.11 A criação da Estratégia de Segurança Pública nas Fronteiras do estado do Amazonas (ESFRON - AM).....	139

4.13	Integração Sistêmica e Cooperação Internacional	144
4.14	Política Nacional Uniforme.....	145
4.16	Política de Pessoal.....	146
4.17	Inteligência de Segurança Pública	147
4.18	Estrutura Administrativa e Operacional do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras e Divisas do estado do Amazonas - GGIF – AM.....	147
4.19	As operações da ESFRON na região da Tríplice Fronteira Amazônica	148
4.20	O Terminal Hidroviário do Porto Voyager	149
4.21	Cães Policiais no combate ao Tráfico de Drogas na Tríplice Fronteira: O canil do 8º Batalhão de Polícia Militar de Tabatinga (8ºBPM/TBT).....	153
4.22	A Base Anzol	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS		164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		169
ANEXOS.....		177

INTRODUÇÃO

Uma das maiores preocupações, em relação a integridade territorial de um Estado nacional estão nas bordas do seu território. Essa preocupação decorre por temor de quebra de sua integridade territorial por conta de vazios demográficos existentes ou mesmo incursões aventureiras de Estados vizinhos, bem como de ilícitos dos mais variados, em áreas limítrofes, que ocorrem nos mais distintos Estados Nacionais do mundo. A problemática das fronteiras deve ser entendida, a partir de problemas concretos que ela representa para cada Estado. Nogueira (2012) exemplifica citando a fronteira entre os Estados Unidos e México e Estados Unidos e Canadá. Uma fronteira bastante vigiada e com rigoroso controle migratório estatal, com construção de muro para dificultar ainda mais a passagem de imigrantes ilegais, enquanto, no outro extremo uma fronteira mais porosa, com certa passividade entre os dois lados.

Numerosos foram os eventos ao longo da história, que ratificam a necessidade de povoar, ou pelo menos vigiar, as fronteiras como forma de garantir a integridade do seu território. Por conta dessa necessidade são criadas condições na infraestrutura interna para que o Estado dê suporte ao movimento migratório interno. Este suporte pode se concretizar a partir de políticas desenvolvimentistas que o Estado Nacional direciona para suas lindes. Incentivar as migrações em direção às suas zonas fronteiriças tem sido a forma mais rápida de ocupar as bordas de seu território e uma vez instalado é o Estado o grande fomentador de desenvolvimento regional, além de criar as condições de habitabilidade a partir de infraestruturas que deem suporte às necessidades básicas para a população fronteiriça.

Embora outros atores procurem partilhar com o Estado Nacional a hegemonia nas zonas de contato interestatais, é, contudo, a figura do Estado que impõe maior peso sobre as decisões que afetam o cotidiano das populações fronteiriças. Portanto, é o Estado que detém o monopólio da organização espacial de seu território. Com relação ao monopólio estatal da organização e gestão do território, Moraes afirma que

O grande agente da produção do espaço é o Estado, por meio de suas políticas territoriais. É ele o dotador dos grandes equipamentos e das infraestruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais. Por estas atuações, o Estado é também o grande indutor da ocupação do território, um mediador essencial, no mundo moderno, das relações sociedade-espaço e sociedade-natureza. (MORAES,2005, p.43).

Os Estados Nacionais se organizam segundo os costumes e tradições de sua nação. Por conta disso, o Estado cria as condições necessárias para que sua sociedade passe a usufruir de direitos e deveres que lhes são normatizados quando da sua constituição. A forma como os seus cidadãos se organizam dentro de um Estado, revela como é seu histórico cultural.

No entanto, para exercer controle e aplicar as leis, o Estado Nacional apresenta uma visão positivista no tocante a organização espacial do seu território. O positivismo estatal é influenciado pelos estudos que Comte instituiu no século XIX, e que se tornou a principal corrente de pensamento na Europa naquele século. Nos seus estudos, Augusto Comte idealizou uma sociedade alicerçada em um tripé ideológico tendo o amor como princípio, a ordem como base e o progresso como fim. Comte (p.103) considera que

[...] a ordem constitui sempre a condição fundamental do progresso e, reciprocamente, o progresso é o objetivo necessário da ordem: como na mecânica animal, são mutuamente indispensáveis o equilíbrio e a progressão, um como fundamento e a outra como destino (COMTE, s.d. p.103).

Evidentemente que o Estado Nacional se valeu desses conceitos para a modelagem social no interior de seu território, baseado no cumprimento das normas estabelecidas por seu ente estatal, no intuito de evitar a desordem e o caos.

A fronteira é entendida como o limite do poder estatal. Para Nogueira (2012, p. 2) “independente de sua extensão, a fronteira, esta instituição territorial, terá seu significado dado pelas relações instituídas com o outro, e, pelas características próprias em relação ao Estado Nacional.” O Estado percebe a área fronteira com a mesma forma que regionaliza as demais áreas de seu território. Por conta disso, em algumas áreas a dinâmica sociocultural e econômica estabelecida entre as populações dos dois, e, às vezes, até três lados dessas fronteiras impõem uma dinâmica, que em algum momento irá chocar-se com as normas vigentes nesses Estados limítrofes. Portanto, é esta dinâmica estatal que se pretende analisar, levando em conta as normas e leis que se ambiciona impor uma ordem no controle de circulação de pessoas e mercadorias, além de combate ao ilícito e a criminalidade que ocorrem nessas regiões.

O Brasil possui uma extensa faixa de fronteira na porção ocidental de seu território. São aproximadamente 17 mil km de extensão de contato com Estados limítrofes. Existem aproximadamente 11 zonas de contatos fronteiriços ao longo do

território brasileiro. Embora receba a mesma atenção do Estado brasileiro, no tocante a organização e consolidação do território, esta acaba regionalizando de forma igual os desiguais, pois, não leva em conta as especificidades de cada zona de contato, nem as particularidades dos contatos das populações que nela estão inseridas.

A Tríplice Fronteira Amazônica, no município de Tabatinga, e seus problemas decorrentes de crimes transfronteiriços representados, principalmente pelo tráfico de drogas, tem aparecido nos noticiários das grandes redes de comunicação, tanto nacionais quanto estrangeiros. Esse protagonismo se dá por acontecimentos que são característicos da região, que é o tráfico internacional de drogas, que tem nessa zona lindeira seu ponto nevrálgico, pois, tem o potencial de desarticular a rotina de sociedades distantes de seu espaço territorial.

Com a intenção de mitigar os problemas causados por estes atores a serviço de crimes que não respeitam fronteiras, o Estado Nacional Brasileiro, juntamente com os entes federados e os municípios localizados na faixa de fronteira, tem articulado esforços, com o intuito de combater tais delitos e, concomitantemente levar alternativas de desenvolvimento regional, criando oportunidades às populações mais jovens, pois, é esta faixa etária a mais recrutada para o tráfico de drogas. A criação de políticas de segurança pública específicas para as fronteiras visa transmitir a sensação de presença do Estado em uma região, que tradicionalmente, é pouco ou somente é lembrado. Segundo Marques (et al., 2017, p. 2), no “momento em que os problemas começam a afetar as populações dos grandes centros urbanos, obrigando a criação de mecanismos de combate a tais crimes que ocorrem nas zonas fronteiriças, por parte do governo central”.

Especificamente nessa fronteira a tarefa de fiscalizar uma área tão vasta não é fácil. A extensa malha fluvial existente, a quase inexistência de populações humanas em muitos desses canais fluviais, facilita a ocultação de embarcações e dificulta a fiscalização pelos agentes estatais envolvidos. Outra questão é a porosidade por conta da relação amistosa que se estabelecem nessa linha fronteira. De certa maneira, essa amistosidade se dá mais entre brasileiros e colombianos, devido a particularidade de que estes dois municípios formam uma conurbação, ou então, brasileiros e peruanos do que entre colombianos e peruanos, estes ainda guardando alguma rivalidade, devido à perda do território leticiano para os colombianos. Embora o fluxo de pessoas cruzando os limites fronteiriços, quer por via fluvial ou terrestre, se nota em Tabatinga, que esse fluxo é intenso e sem nenhuma fiscalização mais

elaborada; os outros dois municípios fronteiriços com o Peru, notadamente Benjamin Constant e Atalaia do Norte, esse intercâmbio limdeiro é mais incipiente, visto que nessas localidades o contato não ocorre de forma direta como acontece em Tabatinga.

Portanto, são essas particularidades, essa integração entre as populações dessa tríplice fronteira, que realizam trocas comerciais, serviços e o livre trânsito de pessoas entre os três Estados limdeiros, é que tem caracterizado a problemática da segurança, nem tanto territorial, mas, de combate ao tráfico de drogas que usa o Brasil como passagem, assim como a fiscalização dos produtos extrativistas que transitam livremente nos três lados, sem o recolhimento devido dos impostos ao Tesouro Nacional, ocasionando perda de divisas não somente do Estado Brasileiro, porém, do colombiano e peruano, respectivamente.

O objetivo desse trabalho é compreender as ações que o Estado brasileiro tem desenvolvido para a Tríplice Fronteira Amazônica, com o intuito de mitigar os problemas relacionados a violência urbana e os ilícitos que ocorrem na fronteira do Brasil com os Estados limdeiros colombiano e peruano, através da implantação de programas específicos para a área de segurança pública nas fronteiras. Busca analisar o trabalho realizado pelos agentes de segurança que fazem parte do Programa Estratégia de Segurança Pública nas Fronteiras e Divisas do Estado do Amazonas (ESFRON AM), vinculado ao Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras, sendo esta, por sua vez, ligada diretamente à Secretaria de Segurança Pública do estado do Amazonas. Visa entender o funcionamento da estrutura montada quando da adesão do Amazonas ao Programa ENAFRON, tanto na sua parte administrativa quanto da parte operacional, bem como a atuação em sua área de interesse, isto é, a Tríplice Fronteira localizada na região do Alto Solimões. Para tanto, este trabalho está estruturado em três capítulos, além da caracterização de funcionamento da estrutura da ESFRON, que vem a ser o quarto capítulo e objeto desse estudo de dissertação de Mestrado.

O primeiro capítulo denominado “Constituição Histórica das Fronteiras dos Estados Nacionais” trata sobre a evolução do conceito moderno das fronteiras dos Estados Nacionais. O conceito moderno dessa entidade espacial – territorial tem sua gênese nos tratados que deram fim à Guerra dos Trinta Anos e à Guerra dos Oitenta Anos, que ocorreram na Europa. Essa mudança de paradigma se estabeleceu a partir do Tratado de Westfália, e, foi importante à medida em que possibilitou o

reordenamento do espaço geográfico mundial e estabeleceu maior rigidez nas suas fronteiras, além de maior liberdade aos povos que habitavam os novos espaços territoriais, tendo em vista que adquiriram autonomia para desenvolver sua cultura e organizar seu Estado de acordo com sua história comum. Tratará, também, de problemas contemporâneos que estão afetando as definições de fronteira, trazendo este conceito para o centro do debate em nível mundial, conceitos, estes, caros aos estudos da Geografia, e, de modo especial à Geografia Política.

O segundo capítulo “O Estado Brasileiro e as Fronteiras Externas” descreve a formação histórica das fronteiras do Estado Brasileiro ao longo dos períodos colonial, imperial e republicano. Neste capítulo a pesquisa foi dividida em duas seções, sendo que a primeira explana sobre a formação do território brasileiro na Amazônia, analisando as características predominantes, utilizadas para se definir os acordos com os Estados limítrofes. Na segunda seção será analisada a formação territorial brasileira, a partir da região Centro-oeste até a região Sul da fronteira com os países vizinhos, explanando como se sucederam as demarcações territoriais limítrofes. Tratará, também, sobre novos atores não estatais que atuam nas bordas dos territórios dos Estados Nacionais na atualidade, não respeitando a soberania de seus territórios, mas que tem força de provocar pontos nevrálgicos nas relações dos Estados Nacionais, limítrofes ou não.

O terceiro capítulo “O Brasil reforça suas fronteiras: O endurecimento do combate aos crimes fronteiriços com base na criação do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública Nas Fronteiras (ENAFRON)”, destaca o protagonismo de estados e municípios que possuem fronteiras externas em seus territórios, na nova configuração de combate aos delitos que são praticados nas fronteiras brasileiras. Criado a partir do governo federal com o objetivo de distribuir obrigações entre os entes federados, esta nova configuração incentiva o trabalho conjunto com todos os atores de fronteira, fazendo convergir para um interesse comum, programas que anteriormente eram executadas de forma exclusiva, sem a participação das demais secretarias ou ministérios.

CAPÍTULO 1 - CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DAS FRONTEIRAS DOS ESTADOS NACIONAIS

Quando se analisa o mapa político do mundo, regionalizado em Estados Nacionais, não se tem a dimensão exata das disputas e conflitos que foram necessários para que se alcançasse tal configuração espacial. Portanto, as fronteiras com as características que se entende hoje, somente foi possível graças ao surgimento de um território delimitado, onde as nações passaram a ter soberania para criar todo um arcabouço social, político, econômico e cultural, sob a tutela de um Estado. Por isso, o que se elege, e aqui será exposto, é a fronteira com status de organização política que dará forma ao território estatal.

Para se compreender a fronteira, faz-se necessária uma retrospectiva histórica a partir da fundação do atual sistema internacional de nações, alicerçado sob a figura do Estado Nacional Moderno. Este ente jurídico surge a partir dos diversos acordos selados dentro do chamado Tratado de Westfália. Muito embora não seja consenso entre os estudiosos do tema, o Tratado de Westfália estabeleceu desde então as bases para o novo paradigma, feito sobre a configuração espacial e territorial dos reinos europeus, formando novos espaços territoriais a partir de histórico cultural comum das diversas nações existentes, ou mesmo subjugando nações enfraquecidas em nome da unidade nacional em torno de um Estado territorial.

Durante o século XX o mapa mundi sofreu profundas transformações no que diz respeito às suas linhas fronteiriças. Em três momentos distintos essas fronteiras sofreram alterações significativas, que culminaram em nova regionalização do espaço geográfico mundial. A primeira delas deu-se imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, com o desaparecimento de impérios até então poderosos, como o Império Austro-Húngaro e o Império Otomano surgindo a partir dessa fragmentação diversos países. O segundo momento ocorreu com o fim da Segunda Guerra Mundial, resultando na divisão da Alemanha em dois Estados Nacionais distintos, e, a independência política de diversas colônias europeias na África e Ásia. O terceiro, e talvez o mais significativo destes, ocorreu na última década do século XX, com a fragmentação da União Soviética e alguns de seus satélites, notadamente a Iugoslávia e a Tchecoslováquia. Mais recentemente houve a independência de Timor Leste, a divisão do Sudão e a anexação da Crimeia pela Rússia.

Na segunda década do século XXI, o espaço geográfico mundial apresenta questões de cunho fronteiriços bastante significativos, no que diz respeito ao

endurecimento desses limites para com o estrangeiro. Ações dessa natureza têm sido cada vez mais frequentes, principalmente na União Europeia e Estados Unidos. O que se pretende analisar com essas constantes transformações espaciais, é que a fronteira não é um ente imutável, fixo, estático. Estão sempre se modificando, concomitante ao surgimento ou desaparecimento de Estados Nacionais.

Vale destacar as contribuições das escolas alemã e francesa na modernização dos conceitos da ciência geográfica e de estudos sobre os Estados Nacionais. Embora diversos autores tenham contribuído para alavancar os estudos e conceitos geográficos, tanto na Alemanha quanto na França, nos deter-se-á em analisar, sucintamente as contribuições de seus mais expressivos pensadores, aqui representados por Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache.

Os séculos XVIII e XIX denotam a grande rivalidade entre França e Prússia, alguma das maiores potências imperialistas da época. A guerra franco-prussiana acaba sendo o grande divisor de águas, sobretudo, para a geografia francesa, uma vez que, ao perder a guerra e os territórios de Alsácia e Lorena, destacam explicitamente que negligenciaram o saber geográfico, ao admitir que o exército prussiano estava melhor preparado sobre o conhecimento do território. A partir desse fato, iniciam a implementação dos estudos da disciplina de geografia nas escolas e universidades francesas.

A geografia moderna se inicia na Alemanha de Friedrich Ratzel ao desenvolver estudos sobre o *Labensraum*, ou Teoria do Espaço Vital, relacionando o território com o solo, destacando a importância destes dois elementos para o crescimento e desenvolvimento das sociedades, dando ênfase ao conceito organicista de Estado. O período histórico vivenciado por Ratzel foi de grande importância para os seus estudos sobre a Teoria do Espaço Vital. Presencia a consolidação da Alemanha como Estado Nacional, a partir da unificação dos reinos germânicos. No entanto, a demora na unificação fez com que o Estado alemão não possuísse nenhuma colônia, principal paradigma das potências europeias naquela época. Por isso, as formulações apresentadas por Ratzel em seus estudos sobre o território e o solo declinavam para o expansionismo estatal germânico. Ratzel (1982, p. 101) destaca que “a medida em que o território dos Estados se torna mais considerável, não é somente o número de quilômetros quadrados que cresce, mas também sua força coletiva, sua riqueza, seu poder, e, finalmente seu tempo de permanência”. Fabrício e Vitte argumentam que

[...] Friedrich Ratzel foi um dos primeiros geógrafos a incorporar aspectos do positivismo evolucionista, utilizando esse método investigativo com um caráter ideológico também, considerando a busca alemã por colônias. Por isso, sua obra encaixa-se nesse arcabouço, colocando o território como fundamental para a existência da nação e de seu progresso (FABRÍCIO e VITTE, 2011, p.310).

Ratzel também desenvolveu estudos relacionados a problemática humana, denominando seus estudos de Antropogeografia. Será com base nesses estudos que formulará seus postulados em que indaga como as condições naturais influenciam no desenvolvimento dos homens e das sociedades humanas. Esse determinismo geográfico, segundo Ratzel é que definirá a diversidade de povos e suas culturas pelo globo terrestre. Moraes aponta que

[...] o substrato da humanidade seria a Terra, onde as sociedades se desenvolvem em íntimo relacionamento com os elementos naturais. O estudo da ação de tais elementos sobre a evolução das sociedades seria o objeto primordial da pesquisa antropogeográfica. (MORAES, 1990, p. 9)

Na França, a derrota para a Prússia foi considerada uma humilhação e culminou com a queda de seu imperador. A perda dos territórios ricos em carvão e vital para o desenvolvimento da economia levam os franceses a estabelecerem novos paradigmas no ensino da geografia em suas escolas e universidades. Moraes comenta que

Na segunda metade do século XIX, a França e a Alemanha, no caso ainda a Prússia, disputam a hegemonia, no controle continental da Europa. Havia, entre estes dois países, um choque de interesses nacionais, uma disputa entre imperialismos. Tal situação culminou com a guerra franco-prussiana, em 1870, na qual a Prússia saiu vencedora. A França perde os territórios de Alsácia e Lorena, vitais para sua industrialização, pois neles se localizavam suas principais reservas de carvão. No contexto da guerra, caiu o Segundo Império de Luís Bonaparte, ocorreu o levante da Comuna de Paris, e, sob as suas ruínas, ergueu-se, com o beneplácito prussiano, a Terceira República francesa. Foi nesse período que a Geografia se desenvolveu. E se desenvolveu com apoio deliberado do Estado francês. Esta disciplina foi colocada em todas as séries do ensino básico, na reforma efetuada pela Terceira República. Foram criadas, nessa época, as cátedras e os institutos de Geografia (MORAES, 1983, p. 63/64).

Mesmo sendo inimigos, o Estado francês se utilizou do saber geográfico alemão ao implantar estes conhecimentos em suas instituições de ensino, visto que os alemães demonstraram grande conhecimento espacial do território, sendo utilizado por seu exército com grande eficiência na guerra contra a França. Será nesse contexto que surgirá a figura de Paul Vidal de La Blache, o principal pensador da escola de geografia francesa e que modernizou os paradigmas geográficos do Estado francês.

Influenciado por Ritter, e, principalmente por Ratzel, Vidal de La Blache elaborou os conceitos que diferenciaram a escola francesa da alemã. De Ritter e seus estudos sobre a totalidade redireciona as ideias para o sentido de que as diversas regiões do globo terrestre não podem ser estudadas isoladamente, visto que todas as partes estão interligadas, havendo necessidade de um estudo geral para se definir o local.

Considerado o fundador da escola possibilista, Vidal de La Blache considera que o meio natural tem sua própria dinâmica, com regras e características próprias que fogem a intervenção dos seres humanos. La Blache, no entanto, ressalta que ao contrário do que destaca Ratzel e seu determinismo geográfico, os seres humanos impõem uma postura ativa diante da paisagem natural que se apresenta. Os homens teriam grande capacidade de adaptação e transformação do espaço natural, retirando destes espaços as possibilidades proporcionadas pela natureza, diferenciando-se de outras regiões, a partir das diferenças de gêneros de vida, adquiridos, principalmente pelo desenvolvimento das técnicas e do trabalho na adaptação humana em determinado ecúmeno. Assinala, também, que o Estado deve conhecer as características naturais de seu território como forma de planejar a sua gestão territorial.

No entanto, os embates entre determinismo e possibilismo geográficos tinham como pano de fundo políticas de Estado como forma de legitimar a ocupação das suas colônias, no caso francês, e de expansão do território alemão logo após sua unificação, além de conquistas coloniais, uma vez que a Alemanha havia iniciado tardiamente esta etapa.

Por conta disso, levanta-se o seguinte questionamento: em que período histórico pode ser considerado como início da formação das fronteiras e da soberania dos Estados Nacionais modernos? Com base no questionamento exposto, pode-se estabelecer a construção deste primeiro capítulo, dando ênfase a constituição histórica das fronteiras dos Estados Nacionais a partir de tratados estabelecidos na Europa. Este capítulo estruturar-se-á em quatro seções em que serão, ao mesmo tempo, distintas e complementares.

Na primeira seção intitulada “O Tratado de paz de Westfália como ponto de partida para o surgimento do Estado Nacional Moderno”, fez-se uma abordagem histórico-geográfica no que diz respeito ao período imediatamente após os diversos acordos de paz assinados entre os reinos europeus que deram origem ao Tratado de Westfália e suas modelações do espaço geográfico nos próximos séculos. A

importância desse acordo reside no reordenamento do espaço geográfico mundial em Estados-nações, onde as sociedades poderão exercer sua soberania dentro de suas fronteiras.

A segunda seção “O exercício da soberania dentro das fronteiras nacionais”, dará enfoque sobre conceitos de soberania e sua importância para o desenvolvimento socioeconômico, cultural e político das comunidades humanas, dentro dos limites territoriais, sendo assegurada a autonomia e respeito internacionais pelo conjunto de Estados-nações existentes.

A terceira seção “A consolidação das fronteiras a partir da criação dos Estados Nacionais”, destaca a mudança de paradigma da fronteira com base no surgimento da figura do Estado Nacional Moderno. A partir desse fato histórico é que as fronteiras acabaram se tornando mais rígidas, com maior controle estatal, dando ênfase ao incentivo dado pelos Estados para que suas populações migrem e se fixem nas zonas limdeiras como forma de garantir a integridade de seu território estatal.

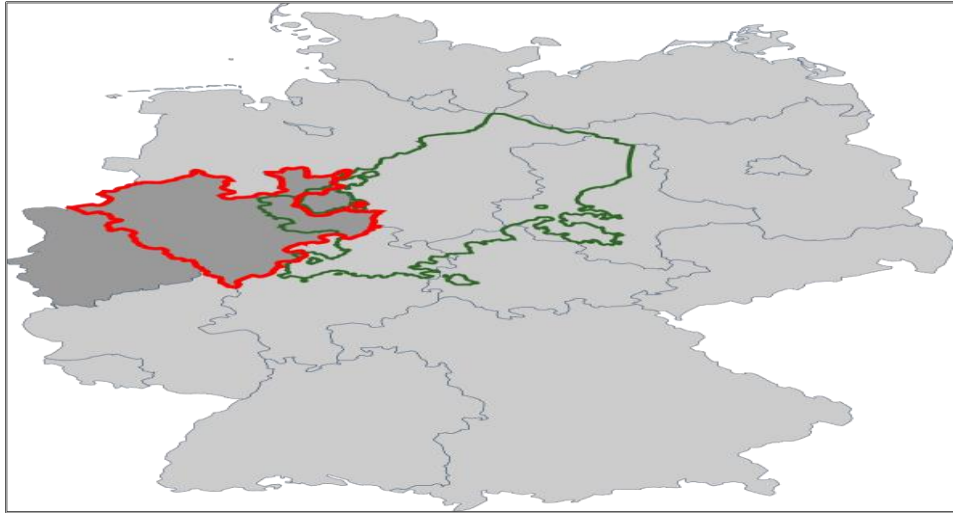
Por fim, a quarta seção “A fronteira nacional volta ao centro das discussões das relações internacionais: O retorno do nacionalismo”, analisa a crescente onda de manifestações de cunho nacionalista que tem se disseminado por países considerados desenvolvidos, notadamente Estados Unidos e União Europeia, na esteira de acontecimentos que estão ocorrendo no Oriente Médio e África, com reflexos nas bordas do continente europeu através de sua fronteira natural, o Mar Mediterrâneo. Tais episódios tem provocado o fechamento das fronteiras de alguns Estados nacionais, como tentativa de negar abrigo para as levas de refugiados que têm buscado ajuda no velho continente.

1.1 O Tratado de Paz de Westfália como ponto de partida para o surgimento do Estado Nacional Moderno

O ambiente político e militar no período compreendido antes dos acordos firmados em Westfalen, na Alemanha, era de conflitos armados entre diversos reinos europeus. Organizados em Estados absolutistas oriundos do declínio dos antigos feudos, este período se caracterizava por questões de cunho religioso, tendo em vista que a Igreja Católica vinha perdendo a hegemonia e influência nessa nova ordem estabelecida. O quadro da página 30 aponta as principais características de dois conflitos importantes, que assentaram as bases para os acordos, que dariam forma ao novo espaço geográfico mundial, que se aproximava com os acordos selados em

Westfália. A figura 1, abaixo, mostra o mapa da região alemã de Westfália em três momentos históricos distintos.

Figura 1- Região de Westfália, na Alemanha, em três momentos distintos



Fonte: wikipedia.org/wiki/Vestf%C3%A1lia#/media/File:Westphalia_x3.svg
 — Reino da Westfália (1807 – 1813)
 — Província da Westfália (1815 – 1946)
 — Renânia do Norte - Westfália (1946-)

A Guerra dos Oitenta Anos ocorre entre o reino da Espanha e o território que viria se chamar Países Baixos ou Holanda, que almejavam a independência da coroa espanhola. Questões econômicas, e, principalmente o temor de perseguição religiosa da Espanha (católica) aos calvinistas neerlandeses, provocaram forte oposição dos holandeses, ocasionando a guerra de secessão e, criando o novo território neerlandês. A assinatura do Tratado de Münster põe fim ao conflito, havendo o reconhecimento da independência da Holanda por parte do reino espanhol (RAMOS, 2015).

A guerra dos Trinta Anos decorre de divergências políticas e religiosas entre as potências dinásticas da época, o que colocou em rota de colisão os Sacro Império Romano-Germânico, príncipes alemães, França e Suécia. Moita menciona que

A Guerra dos 30 anos, que devastou a Europa Central entre 1618 e 1648 (basta ver que grande parte da população alemã terá sido sacrificada), foi um conflito de grande envergadura e de natureza compósita. Foi simultaneamente uma guerra religiosa, um confronto entre as potências da época, um choque entre interesses dinásticos e uma rebelião dos príncipes alemães contra o Imperador do Sacro Império Romano Germânico (constituindo uma espécie de guerra civil no interior do espaço germânico). [...] Antes de mais nada, tratou-se de uma guerra religiosa (MOITA, 2012, p. 19 – 20).

A ruptura de Lutero e Calvino com o catolicismo, o que ficou convenicionado chamar de Reforma Protestante, encontra terreno fértil e difunde-se, rapidamente pelo norte e centro europeus. Os principados alemães tiveram grande influência na expansão do luteranismo, principalmente sendo bem aceitas pelos soberanos alemães (MOITA, 2012). Após conflito religioso por conta da ascensão do luteranismo, a paz é selada com a assinatura de Paz de Augsburg. Neste período houve relativo equilíbrio entre católicos e protestantes. Esta harmonia foi quebrada com o advento do calvinismo no território germânico, convertendo diversos soberanos.

A dinastia Habsburgo, de origem católica, que detinha o trono do Sacro Império Romano-Germânico reage ao avanço protestante, ao mesmo tempo em que reconquista extensos territórios para o catolicismo. O avanço Habsburgo não foi bem visto pelos franceses, mesmo sendo católicos e suecos, calvinistas, que temiam o crescimento dessa casa dinástica. Com base nessas tramas geopolíticas é que se desenrolará a Guerra dos Trinta Anos. A assinatura do armistício ocorreu em Münster e Osnabrück na região de Westfália, Alemanha.

Este conflito é o ato final para o que se convenicionou chamar de Paz de Westfália ou Tratado de Westfália, em 1648, a partir da assinatura de diversos acordos que deram origem ao tratado. Este conjunto de tratados deu início ao moderno sistema internacional de nações, reconhecendo pela primeira vez a plena autonomia de cada Estado envolvido, visto que trazia em seu bojo noções de Soberania e Estado-Nação.

Quadro 1 - Guerras que deram origem ao Tratado de Westfália

	ANTECEDENTES	CARACTERÍSTICAS DO CONFLITO	ATORES ENVOLVIDOS	LOCAL DA ASSINATURA DO ARMISTÍCIO	DATA DO TÉRMINO DO CONFLITO
GUERRA DOS OITENTA ANOS	<p>Exclusão dos nobres neerlandeses do governo dos Países Baixos por Felipe II da Espanha;</p> <p>Altos impostos e desemprego;</p> <p>Destruição de igreja e símbolos católicos pelos protestantes calvinistas</p> <p>Temor de perseguição religiosa da Espanha (católica) aos calvinistas neerlandeses</p>	<p>Os comandantes holandeses evitam batalhas campais;</p> <p>Abertura de diques para inundar as zonas rurais;</p> <p>As províncias do Sul dos Países Baixos formam a União de Atrecht e se aliam a Espanha;</p> <p>As províncias do Norte formam a União de Utrecht apoiados por França e Inglaterra;</p> <p>O conflito toma contornos de luta religiosa e de independência;</p>	Espanha e Território dos Países Baixos	Cidade de Münster	30 de Janeiro de 1648 Início: 1568 Término: 1648
GUERRA DOS TRINTA ANOS	<p>Avanço protestante para o norte e o centro da Europa;</p> <p>Ataques católicos a igrejas protestantes;</p> <p>O episódio da “Defenestração de Praga”;</p> <p>Fortalecimento da dinastia Habsburgo;</p> <p>Conversão de soberanos germânicos ao protestantismo calvinista</p>	<p>Impedir o fortalecimento político da dinastia Habsburgo;</p> <p>Rivalidades religiosa entre católicos e protestantes luteranos e calvinistas;</p>	<p>Sacro Império Romano–Germânico;</p> <p>Príncipes Germânicos;</p> <p>França</p> <p>Suécia.</p>	<p>Cidade de Münster pelo rei católico Francês</p> <p>Cidade de Osnabrück pelos rei protestante sueco</p>	24 de outubro de 1648 Início: 1618 Término: 1648

Organizado por Lenivaldo Marques, 2017.

Entretanto, a aceitação de delimitações territoriais mais ou menos precisas dos novos Estados que emergiram com a assinatura dos referidos tratados, estaria longe de cessar as rusgas entre os mesmos ao longo dos próximos séculos. A ordem deveria

ser estabelecida. Sadek (2000) destaca que Maquiavel faz o seguinte questionamento, diante do caos que se apresenta: como fazer reinar a ordem, como instaurar um Estado estável? Como resposta, relata que Maquiavel propõe o rompimento de um saber e de uma ideia baseada numa ordem natural e eterna para logo em seguida afirmar

A ordem, produto necessário da política, não é natural, nem a materialização de uma vontade extraterrena, e tampouco resulta do jogo de dados ao acaso. Ao contrário, a ordem tem um imperativo: deve ser construída pelos homens para se evitar o caos e a barbárie, e, uma vez alcançada, ela não será definitiva, pois há sempre em germe, o seu trabalho em negativo, isto é, a ameaça de que seja desfeita (SADEK, 2000, p.18).

O Estado nacional absolutista surge a partir da centralização do poder em torno da figura do rei. No período denominado de Baixa Idade Média (entre os séculos XI e XV), o Feudalismo era o sistema de produção econômico, social e político vigentes, caracterizando-se pela descentralização do poder entre o rei e os nobres. A partir do século XV, transformações espaciais ocorridas no território da Europa Ocidental, contribuíram para o declínio do sistema feudal e surgimento das monarquias nacionais, com a submissão dos líderes feudais sob a autoridade de um soberano e, conseqüentemente criando limites territoriais, colaborando para a unificação das distintas e fragmentadas regiões europeias, até então. Costa constata que o Estado moderno

[...] em sua conformação básica atual, tem suas origens nos séculos XV e XVI, no contexto da dissolução dos impérios e do poder temporal da igreja, então acossados pela emergência do poder dos príncipes. O contínuo fortalecimento do poder destes últimos sobre parcelas territoriais no cenário europeu está na base de formação deste tipo de Estado, forma política que lhe permitiu enfrentar externamente as ameaças dos impérios e da igreja e, internamente, as iniciativas dos senhores feudais (COSTA, 2013, p. 256).

Com a inflexão deste período, Rousseau argumenta que havia necessidade de um pacto social dentro do território estatal para que interesses coletivos se impusesse ao individual. O mesmo adverte

As cláusulas desse contrato são de tal modo determinadas pela natureza do ato que a menor modificação a tornaria inúteis e sem efeito, de sorte que, embora talvez jamais tenham sido formalmente enunciados, são em toda a parte as mesmas, em toda a parte tacitamente admitidas e reconhecidas; até que, violado o pacto social, cada qual retorna aos seus primeiros direitos e retoma a liberdade natural, perdendo a liberdade convencional pela qual renunciara àquela (ROUSSEAU, 1999, p. 21).

Porém, questões políticas ainda permaneciam latentes por conta das disputas internas que ocorriam nos territórios recém unificados. A nobreza, saudosa pelo poder que havia perdido, procurava reintroduzir o Antigo Regime¹. Em consequência, períodos conturbados dos primeiros anos dos Estados marcaram as políticas externa e interna dos mesmos. Fonseca Jr (2003) cita que Rousseau destacou o aumento das desigualdades e a ilegitimidade do absolutismo, que passaram a ser contestadas pelas sociedades europeias, a partir do século XVIII. No campo internacional as relações de poder entre os Estados nacionais, ainda segundo Fonseca Jr.,

[...] passa a ser, então, o da balança de poder, que tem, numa visão simples, o objetivo de evitar que Estados hegemônicos se imponham na Europa. O primeiro movimento é justamente, ainda ao tempo de Luís XIV, impedir que, sob a liderança francesa, se refizesse o império Habsburgo. [...] Foi a partir de então que a ideia do equilíbrio de poder se tornou amplamente discutida, e até mesmo alguns escritores franceses, como o teólogo Fénelon, conselheiro de Luís XIV, reconheceu a conveniência de manter um equilíbrio de poder na Europa [...] (FONSECA JR., 2003, p. XIV).

Os séculos seguintes foram dominados por guerras, agora não mais de cunho religioso, que marcaram os períodos pré Westfália, mas, por questões que envolviam a problemática estatal. Ideais desse novo paradigma disseminou-se por toda a Europa, e, depois para outras regiões do globo, importadas juntamente com o avanço do novo sistema de produção econômico, político e social que emergiu, concomitante ao Estado nacional absolutista europeu, o capitalismo, levados por estes Estados para territorialidades não contíguas, mas, que estavam sob seus domínios. Moraes (2002, p. 64) constata que o “movimento – a partir da Europa Ocidental – difundiu por todo o globo uma espacialidade política própria, consolidando a situação atual de viver-se num mundo totalmente repartido em Estados territoriais”.

Todavia, o que seriam os Estados Nacionais, essa referência espacial onde seria exercido, de fato, o poder estatal? Acquaviva (2010, p. 12) conceitua o Estado como sendo “a sociedade civil politicamente soberana e internacionalmente reconhecida, tendo por objetivo o bem comum aos indivíduos e comunidades sob seu império”. Moraes discorre sobre o tema como sendo

[...] um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica como a base física desse poder, expresso num aparato estatal. Entretanto, a consolidação desse amálgama entre Estado e território ocorre como um processo lento (plurissecular), na qual aquela extensão

¹ Diz-se do sistema político e social que foi implantado na França a partir do final da Idade Média. Embora característico de uma realidade francesa, pode ser estendido aos diversos reinos da Europa Ocidental que formaram Estados Nacionais Absolutistas.

areolar tem de ser organizada e operada como um espaço político, jurídico, econômico e cultural, até resultar numa unidade tomada como evidente: um país. A esse processo pode-se denominar de formação territorial-estatal, a forma geográfica de analisar a formação de Estado moderno (MORAES, 2002, p. 61 e 62).

Portanto, concomitante ao surgimento do Estado moderno surge, também, as delimitações, as linhas fronteiriças, que cada ente estatal teoricamente deveria obedecer, sua influência restringindo-se ao interior do seu território. Por conta disso, os Estados territoriais precisavam forjar uma identidade com o intuito de autoafirmação, uma identidade estatal, de pertencimento a determinado povo e território, criando cultura própria (MORAES, 2002), que seria o principal requisito para que fosse reconhecido como Estado Nacional, propriamente dito. A organização interna do território levou em conta fatores surgidos a partir de valores culturais “incubados” (KOHN, 1984) em determinada nação, intercalado com a construção de uma identidade relacionada ao sentimento de pertencimento a um território, visto que são construções políticas e culturais recentes (HOBBSAWM, 1990). Será a partir de sua constituição territorial-nacional que emergirá o Estado nacional, pautado pela soberania de seu território.

1.2 O exercício da Soberania no interior dos Limites Territoriais

Após a consolidação do Estado nacional, ocorrida somente no século XIX, constituídos com o processo de industrialização em curso na Europa, instituindo uma nova espacialização e configuração política, com base na ascensão da burguesia a partir da revolução industrial, consolida-se, também, a soberania que os Estados passam a exercer no interior do seu território. Em seus limites territoriais, o Estado irá se organizar de modo a absorver as distintas reivindicações do(s) povo(s) que constituirá a base de sua nação², levando em conta as normas que serão instituídas em seu processo de formação. Vale ressaltar que isso não incorre em regra universal. Em casos específicos o povo de maior influência política e econômica domina os demais, impondo, assim, seu modo de vida e cultura. Hobsbawm destaca que

A equação nação = Espaço = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram, agora, essencialmente territoriais. Implicava também uma

² Neste caso, o termo *nação* não é tomado no sentido histórico que recebeu depois da Revolução Francesa; designa uma espécie particular de comunidade política, aquela na qual os indivíduos têm, na sua maioria, uma consciência de cidadania, e onde o Estado parece a expressão de uma nacionalidade preexistente (ARON, 2002, p. 51).

multiplicidade de Estados nações, assim constituídos, e de fato isso era uma consequência da autodeterminação popular (HOBSBAWM, 1990, p. 32).

No entanto, antes da vida em sociedade os homens viviam sob as leis da natureza, uma vez que as suas ações eram pautadas, exclusivamente por seu senso de sobrevivência. Os seres humanos se associavam em pequenas comunidades humanas, que se identificavam por laços de parentesco, principalmente. As leis que os regiam eram basicamente de tradições culturais que os antecederam. Sendo assim, cada comunidade humana vivia sob leis próprias. Como não existia lei geral que pudesse aglutinar todas as sociedades humanas, havia um latente estado de guerra entre os homens (HOBBS, 1974). Entretanto, contrariamente a Hobbes, Montesquieu assinala que

[...] o homem no estado de natureza teria mais faculdade de conhecer do que conhecimentos. Está claro que suas primeiras ideias não seriam especulativas: pensaria na conservação do seu ser, antes de buscar a origem deste ser. [...] Nesse estado, todos se sentem inferiores e dificilmente alguém se sente igual. Ninguém procuraria, portanto, atacar e a paz seria a primeira lei natural (MONTESQUIEU, 1973, p. 34).

Tanto Hobbes (1974[1651]) quanto Kant (2008[1795]) salientam que durante o período em que os homens viviam sob leis naturais, estes estavam mais propensos a ações ou práticas violentas, havendo somente juízos de valores individuais próprios. Argumentam que foi somente com o surgimento dos Estados-nações que esse “ímpeto primitivo”³ dos homens pode, enfim, ser controlado, abrindo mão de uma soberania individual para uma soberania em sociedade, onde a coletividade se sobressai aos anseios privados. Esta sociedade, inclusive, outorgando a um soberano a prerrogativa de governar em seu nome. Para Hobbes, o surgimento da instituição Estado foi crucial para “civilizar os homens”. O autor aponta

[...] que apesar das leis de natureza (que cada qual respeita quando tem vontade e quando pode fazê-lo com segurança), se não for instituída um poder considerável para garantir nossa segurança, cada um confiará, e poderá legitimamente confiar, apenas em sua própria força e capacidade, como proteção contra todos os outros. [...] Em todos os lugares onde os homens viviam em pequenas famílias, roubar-se e espoliar-se uns aos outros sempre foi uma ocupação legítima, e tão longe de ser considerada contrária à lei da natureza que quanto maior era a espoliação conseguida maior era a honra adquirida (HOBBS, 1974, p. 107).

³ “A partir de uma visão europocêntrica de mundo, as sociedades que não se organizassem em Estados eram chamadas de primitivas” (MARTIN 1998, p. 21-22).

Kant considera a soberania importante no sentido de “domar a maldade” existente no interior dos indivíduos. Por isso, afirma que

Ordenar uma multidão de seres racionais que, para a sua conservação, exigem conjuntamente leis universais, às quais, porém, cada um é inclinado no seu interior a eximir-se, e estabelecer a sua constituição de um modo tal que estes, embora opondo-se uns aos outros nas suas disposições privadas, se contêm reciprocamente, pelo que o resultado da sua conduta pública é o mesmo que se não tivessem essas disposições más. Um problema assim deve ter solução. Não se trata, de facto, do aperfeiçoamento moral do homem, mas apenas do mecanismo da natureza; a tarefa consiste em saber como é que no homem tal mecanismo se pode utilizar a fim de coordenar o antagonismo das suas disposições pacíficas no seio de um povo e de modo tal que se obriguem mutuamente a submeter-se a leis coactivas, suscitando assim o estado de paz em que as leis têm força (KANT, 2008, p.29).

A conceituação de soberania parte do pressuposto de que é o Estado que detém a competência legal para organizar, política e juridicamente seu território, em consonância com a sociedade que o forma; ou destinado a uma pessoa, no caso de monarquia, este sendo chamado de soberano. Bravo Gala destaca

En este proceso de objetivación del poder, el concepto de soberanía se reveló como el instrumento adecuado para la integración de los poderes feudales y estamentales en una unidad superior, el Estado. Ahora bien, en la medida en que la soberanía aparece necesariamente vinculada a su titular, éste se identificó con el Estado, pues sólo a través de él cobra el Estado realidad (BRAVO GALA, 1997, p. LV).

A soberania foi sendo lapidada aos poucos, juntamente com o florescer da Revolução Francesa, em uma evolução histórica contínua, até atingir o grau de importância da atualidade (ALVES, 2010). O Estado é o ente supremo em suas ações dentro do seu limite territorial. Isso significa que nenhuma outra organização tem autoridade maior. “A Soberania é o poder absoluto e perpétuo de uma república” (BODIN 1997, p.47, tradução nossa)⁴. Nesse sentido, a soberania pode ser compreendida como pilar, para que os Estados nacionais exerçam plenamente sua autoridade em seu limite territorial, de acordo com suas convicções culturais.

Concepções contemporâneas acerca do estabelecimento e importância dos Estados nacionais e sua soberania têm sido discutidas por vários autores das mais diversas matrizes teóricas, desde o Direito passando pela Sociologia, História e Geografia. Nogueira aborda sobre a questão estatal e soberania, comentando que

⁴ La soberanía es el poder absoluto y perpetuo de una república.

[...] Estado é, numa abordagem essencialmente geográfica, uma unidade espacial claramente delimitada, tendo o reconhecimento pleno de outras unidades espaciais com o mesmo estatuto jurídico, principalmente daqueles que lhes fazem limites, daqueles que compartilham uma linha divisória, mesmo que as relações entre eles não sejam amistosas. Esta unidade espacial é o território político do Estado, lugar de exercício do poder político, que acaba, que se encerra com a fronteira. Em tese, é esta a norma vigente no sistema internacional (NOGUEIRA, 2012, p.2).

Montesquieu⁵ destaca que “o povo que possui poder soberano deve fazer por si mesmo tudo o que pode realizar corretamente”. Para Dallari (2001 p. 26) “o poder soberano se exerce sobre as pessoas individuais, que são a unidade elementar do Estado, atuem estas singularmente ou em conjunto”. Entretanto, Gottmann (2012, p. 524) assinala, que “de fato, a noção moderna de soberania dificilmente pode ser compreendida e aplicada sem a definição de seu sustentáculo territorial”. Maluf (1995) chega a afirmar que sem soberania não há Estado perfeito. Alves (2010) considera que não pode haver Estado soberano se esta soberania não for hegemônica e absoluta.

Todavia, a fronteira nem sempre é ou será a garantidora de que o direito das gentes⁶ que estão sob o manto dos Estados Nacionais, terão livre arbítrio para exercer de forma plena suas soberanias. Quando analisa-se a partilha dos territórios coloniais entre as potências europeias, destacada pela figura 2, nos continentes que foram retalhados por estas potências ao longo dos séculos, nota-se que acabaram por “unir” nações que até então eram inimigas, dentro de um mesmo território.

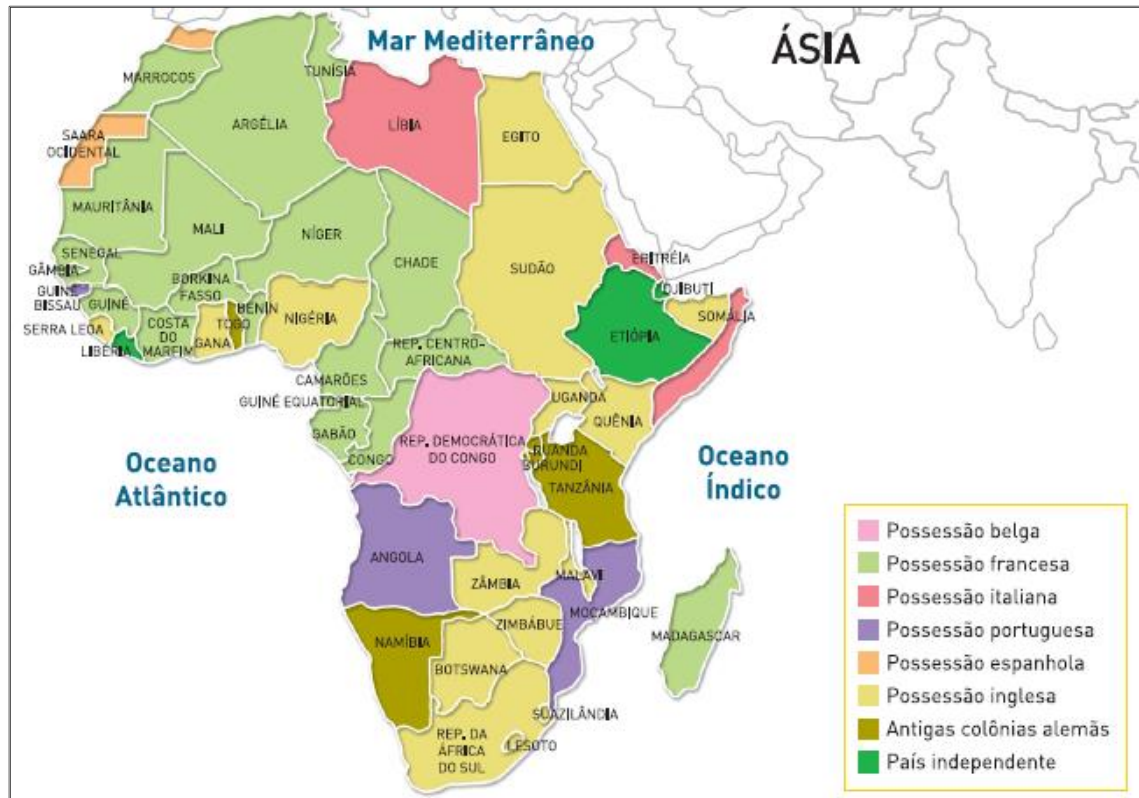
Essa característica se torna mais evidente no continente africano, onde os países europeus acomodaram no mesmo território grupos étnicos adversários. As rivalidades latentes foram sufocadas por séculos pelo poder de coerção das metrópoles europeias. Citando especificamente a problemática africana, Branco comenta que

Numa tentativa de minorar os efeitos desta situação, herdada e não desejada, a Organização de Unidade Africana (OUA) declarou em julho de 1964, numa reunião no Cairo, que o continente africano independente manteria as fronteiras herdadas da colonização, com o objetivo de evitar o agravamento da questão (BRANCO, 2013, p. 71–72).

⁵ Montesquieu, op. cit. P. 35

⁶ Direito das nações, no sentido usado no latim, *gentes*, nações (MONTESQUIEU, op. cit. p. 35)

Figura 2 - Mapa da Partilha da África entre os países europeus



Fonte: www.mestresdahistoria.blogspot.com.br/2015/07/roteiro-de-estudos-imperialismo-e.html. Acesso: 29/05/2017

Entretanto, como indica o quadro 2, quando no século XX, logo após a Segunda Guerra Mundial, período em que os Estados nacionais europeus estavam fragilizados econômica, política e militarmente, as antigas colônias que iniciaram o processo de independência política, mantiveram as feições territoriais praticamente intactas. Uma vez consolidada a autonomia política, rivalidades entre grupos étnicos que agora coabitam o mesmo território, se tornaram mais frequentes, o que se constata quando conflitos étnicos se tornaram latentes nesses Estados territoriais, entre os clãs que agora se insurgiam contra o domínio do rival. Para Heimer, a manutenção das atuais linhas fronteiriças é questionada, inclusive, dentro das próprias unidades territoriais estatais, quando afirma

[...] embora na maior parte dos países a integração do tecido social - noutra linguagem: a constituição de formações sociais territoriais – tenha feito progressos, são cada vez mais numerosos os cientistas sociais, africanos e não africanos, que dão por fracassadas as experiências com o modelo do Estado-nação, feitas nas condições vigentes nas décadas imediatamente posteriores ao fim da ocupação colonial. [...] por outras palavras, sobre o princípio de que as unidades administrativas criadas pelas metrópoles coloniais devem, ou não, ser mantidas tais quais, sob a forma de países independentes, e sobre a eventual conveniência em introduzir aqui alterações maiores ou menores, pontuais ou generalizadas (HEIMER, 2001, p. 23-24).

Quadro 2 - Independência de países africanos e asiáticos pós 2ª GM

ALGUNS PAÍSES AFRICANOS E ASIÁTICOS QUE SE TORNARAM INDEPENDENTES APÓS A 2ª GUERRA MUNDIAL		
PAIS / CONTINENTE	PAÍS DO QUAL SE EMANCIPOU	DATA DA INDEPÊNCIA
África do Sul, África	Reino Unido	31 de março de 1961
Angola, África	Portugal	11 de novembro de 1975
Bahrein, Ásia	Reino Unido	15 de agosto de 1971
Botsuana, África	Reino Unido	30 de setembro de 1966
Brunei, Ásia	Reino Unido	1 de janeiro de 1984
Camarões, África	França	1 de janeiro de 1960
Costa do Marfim, África	França	4 de dezembro de 1958
Eritreia, África	Etiópia	24 de março de 1993
Filipinas, Ásia	Estados Unidos	4 de julho de 1946
Índia, Ásia	Reino Unido	15 de agosto de 1947
Israel, Ásia	Mandato Britânico na Palestina	14 de maio de 1948
Moçambique, África	Portugal	25 de junho de 1975
Paquistão, Ásia	Reino Unido	14 de agosto de 1947
Seicheles, África	Reino Unido	29 de junho de 1976
Singapura	Malásia	9 de agosto de 1965
Sudão do Sul, África	Sudão	9 de julho de 2011
Turcomenistão, Ásia	Dissolução da União Soviética	27 de outubro de 1991

Organizado por Lenivaldo Marques, 2017.

Questões de cunho religioso pode, também, exercer forte fator de instabilidade das fronteiras internas e na soberania dos Estados Nacionais. Assim como questões étnicas, as rivalidades religiosas têm provocado conflitos, por conta de divisões territoriais e criação de fronteiras artificiais em que grupos que professam religiões distintas, terminam por permanecer dentro de um mesmo território, como indica o quadro 3. Até em continentes como a Europa, em períodos recentes, houve conflitos de cunho religioso, que afetavam a estrutura política de seus estados Nacionais e a ingerência externa em seus assuntos internos.

As fronteiras nacionais foram estabelecidas para que os grupos de nações pudessem exercer suas tradições culturais de forma hegemônica e segura, sem que o conjunto internacional de nações provocassem ingerência em seus assuntos, desde que não violassem direitos universais dos povos. Essa é a regra estabelecida internacionalmente. No entanto, o processo de conquista e colonização do espaço geográfico mundial pelas potências europeias, em busca de metais e pedras preciosas, e, no segundo momento, de matérias primas e mercado cativo para escoar suas manufaturas, ocasionou distorções territoriais e étnicas em larga escala, que em algum momento da história esse sentimento de raiva e revolta iria se consubstanciar em derramamento de sangue. Exemplos estão espalhados pelo mundo como Ruanda,

Oriente médio, Índia, a questão da Irlanda do Norte (conflito levado para a esfera política).

Quadro 3 - Tensões e conflitos causados por disputas religiosas

TENSÕES E CONFLITOS DA ATUALIDADE CAUSADA POR DISPUTAS RELIGIOSAS			
PAÍS	GRUPOS EM CONFLITO	CAUSAS	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
Afeganistão	Fundamentalistas radicais muçulmanos (TALIBÂS) e não-muçulmanos (ALIANÇA DO NORTE).	O país já é palco de conflitos desde ano de 300 a.C. O conflito atual se dá a partir de 11 de setembro de 2001. Após o ataque às torres gêmeas, os EUA atacam o território afegão caçando Bin Laden e passam a apoiar a Aliança do Norte no conflito contra os talibás que governavam o país desde 1996.	Ásia Central
Nigéria	Cristãos e Muçulmanos	Desde 2002 o conflito tem se intensificado devido a adoção da SHARIA como principal fonte de legislação nos estados do norte.	África Ocidental
Iraque	Xiitas e Sunitas	Entre os anos de 2006 e 2008 a guerra do Iraque incluía os combates contra os EUA e a violência entre os dois grupos étnicos. Com a saída dos EUA do país, a violência entre os dois grupos continuou a se intensificar.	Oriente Médio (Ásia)
Israel / Palestina	Judeus e Muçulmanos	Indefinição sobre a situação da Cisjordânia e parte Oriental de Jerusalém; Disputa militar com o grupo Hamas que ascendeu ao poder na Palestina a partir das eleições de 2006. O Hamas é considerado grupo terrorista pelo Ocidente.	Oriente Médio (Ásia)
Sudão	Muçulmanos e Não-muçulmanos (Cristãos e outras denominações)	Em 2006 o governo e o principal grupo rebelde, Movimento de libertação do Sudão, assinam o Acordo de Paz de Darfur. No mesmo ano um novo grupo rebelde da continuidade as atrocidades de genocídio no país. Em 2011 o país se divide em dois Estados distintos por conta da disputa entre cristãos e muçulmanos.	Norte da África
Tailândia	Budistas e Muçulmanos	Movimento separatista com constante e violentos ataques no sul do país e que tem provocado tensão entre os dois grupos.	Sudeste asiático
Tibete / China	Partido comunista da China e Budistas	O conflito se inicia em 1950 com a invasão e anexação do Tibete pela China, exterminando milhares de tibetanos e destruição de templos religiosos tibetanos. Em 2008, ocorre nova onda de protestos no Tibete contra o domínio chinês.	Ásia

Organizado por Lenivaldo Marques, 2017. Adaptado da Revista Super Interessante publicado em 08 de outubro de 2012.

Portanto, percebe-se que as fronteiras que foram estabelecidas artificialmente, podem trazer para as nações tanto um sentimento de liberdade para exercer sua soberania de forma integral, quanto pode significar de certo modo um aprisionamento, principalmente para os Estados nacionais que foram constituídos com base na união de duas ou mais etnias com religiões distintas, onde uma tentará impor seu modo de vida às outras que coabitam o mesmo território, partindo, muitas vezes, para o confronto armado e a constituição de novas fronteiras a partir da fragmentação do território original.

Mas, em via de regra, uma vez consolidado o território e implementado seu Estado nacional, através de sua soberania, parte-se para a consolidação de suas fronteiras, uma vez que estas são consideradas o limite da soberania estatal.

1.3 A Consolidação das Fronteiras Nacionais a partir da Criação do Estado Nacional Moderno

Na antiguidade as fronteiras não eram consideradas fundamentais por nações que até então existiam. Por conta disso não eram fixas, como limite de separação entre dois ou mais Estados. Meira Matos (1975) considera que os povos primitivos evitavam contatos entre si, portanto, não havia pressões em suas fronteiras externa.

As fronteiras acompanharam o avanço humano ao longo da formação dos espaços territoriais que estes se apropriavam como forma de garantir, no primeiro momento, recursos efêmeros, uma vez que estas populações eram basicamente coletores/caçadores e esses territórios seriam, em algum momento, abandonados por outros com mais recursos para sua sobrevivência. A partir da sedentarização das populações humanas, as primeiras demarcações se iniciam, agora para garantir sua reprodução quanto grupos sociais, que se fixaram com a domesticação de animais e da prática de agricultura. Portanto, as linhas fronteiriças foram se desenvolvendo juntamente com a evolução social, política e econômica dos grupos humanos. Segundo Meira Matos

Predominavam as fronteiras-zonas, espaço impreciso e incerto percorrido às vezes por caravanas. Ao crescerem os interesses de ocupação do solo, vão se tornando mais precisas as lindes; começam a se esboçar as linhas. Os romanos as esboçavam através das *lapides terminales* e o império de Carlos Magno por meio das “marcas carolíngias” (MEIRA MATOS 1975, p. 28).

As discussões sobre as fronteiras nacionais têm apontado para um retorno de sua importância quanto a reprodução social das populações que estão abrigados em seus limites territoriais. Por determinados períodos históricos esta garantia de soberania dos povos foi questionada por conta de sua rigidez, após a formação dos Estados Nacionais modernos.

Por serem indissociáveis, as fronteiras surgem concomitante aos Estados nacionais, uma vez que todos os Estados têm suas linhas fronteiriças estabelecidas. São construções humanas criadas e reconhecidas internacionalmente por seus pares de mesmo status jurídico. Meira Matos destaca que

A linha fronteira foi uma inovação que apareceu na Europa no século XIII de nossa era, quando seis nobres ingleses e seis escoceses, reunidos em comissão, tentaram estabelecer os limites entre os seus reinos (ano de 1.222). Esta comissão chegou a um beco sem saída, tamanha as discordâncias sobre os pontos em litígio. [...] Passaram mais de cem anos para que todos os povos europeus aceitassem as fronteiras lineares como indispensáveis (MEIRA MATOS, 1975, p. 23).

Será dentro desse espaço territorial que a nação irá desenvolver-se nos aspectos da política, economia, sociedade e cultura. O Estado é soberano em seu território. Nogueira (2012, p. 2) afirma que “o reconhecimento explícito dos limites territoriais de um Estado, é dado pelo reconhecimento de suas fronteiras, principalmente por aqueles que estão ao seu lado”. Uma das grandes preocupações dos Estados nacionais é quanto ao contato dos seus fundos territoriais com os Estados limítrofes. Por ser uma espacialidade limitada, as leis que são instituídas no poder central, necessitam ser irradiadas ao longo do seu território. Para que seja assegurada a soberania nos seus rincões, o Estado cria mecanismos que possam garantir que as normas criadas e emanadas do centro do poder, seja percebida e implantada nas suas periferias.

Já no século XIX, por não haver marcos artificiais que delimitassem os espaços territoriais dos Estados, tomava-se como referência paisagens naturais que fossem visíveis e que, por acordos, ou até mesmo guerras, fossem aceitos como limites entre estes. As primeiras questões em relação a contextualização de fronteiras parte de Ratzel, quando utilizou elementos da natureza, tais como rios, cadeia de montanhas, desertos, planícies para identificar os marcos limites entre os Estados, por conta de sua visibilidade. Ratzel argumentava que as fronteiras dos Estados nacionais são um fator limitador de desenvolvimento de um povo, por isso mesmo, as fronteiras deveriam ser móveis. Enfatiza, ainda, que “as populações estão em contínuo movimento interno. Ela se transforma em movimento externo, para diante ou para trás, quando se ocupa um novo trecho de terra ou se abandona uma possessão anterior” (RATZEL, 1990, p.176). E afirma

Raramente, na história conhecida, ocorreu que esses movimentos se expandissem por territórios desocupados. Em geral, levam a ocupações ou deslocamentos. [...] Do mesmo modo, esses Estados maiores novamente se desintegram, e esse processo de união e desintegração, de crescimento e diminuição, representa uma parte fundamental dos movimentos históricos, geograficamente descritos como um intercâmbio entre superfícies maiores e menores (RATZEL, 1990, p.176).

Numa visão completamente oposta, Elisee Reclus, geógrafo anarquista, (*apud* CUBERO 2002) “já falava de uma república universal sem a existência de fronteiras e onde a solidariedade ultrapassaria as raças e as línguas”. Reclus considera que a divisão política mundial em Estados Nacionais é antinatural. Pregava o fim dos Estados, e logicamente o fim das fronteiras, como forma de organização do espaço mundial. Por conta disso evitou em sua cartografia, a representação dos mesmos. Uma abordagem mais contemporânea foi descrita por Martin (1998), que conceitua a fronteira como sendo

[...] uma faixa, constituindo uma zona, muitas vezes bastante povoada onde habitantes de Estados vizinhos podem desenvolver bastante intercâmbio, em particular na forma de contrabando. Daí que, para os Estados, não é admissível uma “zona neutra”, de limites imprecisos, recomendando-se, inclusive, que não sejam transitórios, mas os mais permanentes possíveis, o que contribui para evitar transtornos à população fronteiriça. (MARTIN, 1998, p.47)

Não se deve relegar à segundo plano as populações que se encontram nas periferias territoriais dos Estados. Essa população é importante no que tange a afirmação de domínio do território perante o outro. Para o Estado nacional, fronteira protegida é fronteira habitada, é fronteira viva. Exemplos de questões de indefinição de marcos fronteiriços, em períodos de anos relativamente recentes ocorreram em países do subcontinente sul-americano. Em um desses casos, chegou-se a provocar um conflito de curta duração, porém, de grande intensidade, que disparou o alerta para algumas questões fronteiriças ainda a serem resolvidas, havendo a necessidade de mediações externas para dirimir as dúvidas de seus limites fronteiriços (FOUCHER, 2010). Foucher pondera que

A ligação estabelecida pela ONU entre demarcação e paz manifesta claramente que as questões de limites, mesmo nas áreas despovoadas mais remotas ou mais desprovidas, possuem uma carga simbólica forte, se não excessiva, e sempre mobilizável dentro de uma estratégia política de construção nacional de amplitude variável e pela vontade de dirigentes e opiniões, quando estas podem se exprimir (FOUCHER, 2009, p. 59).

Tensões e conflitos de origem fronteiriços foram muito frequentes no decorrer do século XX, por conta da bipolaridade mundial em que o mundo estava inserido. No alvorecer do século XXI, essas questões estavam praticamente solucionadas no mundo inteiro, havendo somente alguns pontos de atritos, mas, de forma limitada, espacialmente como indicado no quadro 4. No entanto, um dos conflitos de fronteira

mais duradouros têm sido o que está ocorrendo na península coreana, que perdura desde 1950 e que nunca houve um tratado de paz formal entre as duas Coreias.

Quadro 4 - Tensões e conflitos fronteiriços no século XXI

TENSÕES E CONFLITOS FRONTEIRIÇOS NO SÉCULO XXI				
CONFLITO	PARTES ENVOLVIDAS	CAUSAS DO CONFLITO	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	DURAÇÃO
Russo-Ucraniano	Rússia e Ucrânia	Governo pró Rússia é deposto e assume governo pró UE. População do leste da Ucrânia, de maioria russa, inicia com apoio do governo russo, conflito de secessão do território ucraniano. Soldados sem identificação invadem e anexam a Crimeia À Rússia.	Leste europeu	Em andamento
Indo-Paquistanês	Índia e Paquistão	População de origem islâmica que habitam a Caxemira querem se integrar ao Paquistão.	Norte da Índia e Sudoeste do Paquistão, Ásia	Em andamento
Venezuelano-Guianense	Venezuela e Guiana	Disputa pela região de Essequibo rica em petróleo. A Guiana rejeita a pretensão Venezuela pois a região equivale a 70% do território guianense.	Norte / Sudoeste da América do Sul	Em andamento
Venezuelano-Colombiano	Venezuela e Colômbia	Decreto unilateral venezuelano delimita área marítima em disputa com a Colômbia.	Península La Guajira e Golfo da Venezuela, América do Sul	2015 - 2015
Sudão e Sudão do Sul	Sudão e Sudão do Sul	Território disputado, rico em petróleo.	Nordeste africano, África	2012 - 2012
Guerra da Coreia	Coreia do Norte e Coreia do Sul	Invasão do Norte ao território sul-coreano em 1950, ainda no período da Guerra Fria.	Península coreana, Ásia	Tecnicamente ainda estão em guerra pois nenhum tratado formal de paz foi assinado.

Organizado por Lenivaldo Marques, 2017.

Por conta da estratégia de povoar as fronteiras nacionais, o Estado cria condições na sua infraestrutura para dar suporte ao movimento migratório interno em direção às bordas de seu território. Este suporte pode se concretizar a partir da abertura e/ou pavimentação de rodovias, implantação de postos de saúde, escolas e outras obras de infraestrutura, além de criar políticas migratórias, que estimulem a fixação de populações próximas a essas zonas lindeiras. Hobbes (2008, p. 238) exemplifica que “se o inimigo obtém uma vitória (externa ou intestina), [...] então o Estado é dissolvido [...] e, conseqüentemente, não existirá a possibilidade de retorno para a soberania”. Por conta disso, o Estado procura intimidar, causar medo, impor respeito sobre as sociedades lindeiras, a partir da força das armas (ACQUAVIVA, 2010).

No decorrer do século XX, mais precisamente após as Primeira Guerra Mundial (1ª GM) e Segunda Guerra Mundial (2ª GM) as fronteiras externas dos Estados Nacionais experimentam novo paradigma estabelecido com base no surgimento de uma nova potência mundial (EUA) no pós Primeira Guerra Mundial, e pela disputa ideológica entre as duas superpotências que emergiram a partir de 1945, no pós segunda guerra mundial.

As duas grandes guerras que ocorreram no século XX, transformaram radicalmente os limites, as fronteiras internacionais, até então estabelecidas a partir de conflitos, conquistas ou acordos entre os Estados nacionais constituídos. Impérios ruíram, países desapareceram e outros surgiram na esfera dos acontecimentos ocorridos, principalmente na Europa e seus territórios não contíguos.

A primeira grande guerra nada teve de mundial, uma vez que ficou restrita, praticamente ao continente europeu e suas colônias, e que teve como pano de fundo a partilha atual e futura dos territórios que estavam sob a esfera de influência dos grandes impérios europeus que existiam, ainda na esteira dos acontecimentos do que se convencionou denominar de Revolução Industrial. Foi, portanto, um conflito de base econômica, de luta por territórios localizados dentro da própria Europa (Alsácia e Lorena) e por colônias, como forma de obter fornecimento de matérias primas baratas e ao mesmo tempo ter um mercado cativo para os produtos manufaturados, pois, o mercado europeu começava a apresentar sinais de saturação. Kidron *apud* Coggiola salienta que

O fato da Segunda Guerra Mundial ter sido a única solução possível para a crise econômica marca uma diferença importante em relação à Primeira Guerra, na qual a questão principal era a redistribuição do mundo entre as potências imperialistas e não, para todos os protagonistas, a anexação à máquina capitalista enguiçada, de um motor artificial (a economia armamentista e, posteriormente, a economia de guerra) que seria doravante peça essencial para o funcionamento da economia capitalista mundial (KIDRON *apud* COGGIOLA, 2015, p.121).

O fim do primeiro conflito em larga escala do continente europeu no século XX, marca, também, a primeira grande organização do espaço geográfico mundial que ocorreu no século XX. Com o fim do estado beligerante, impérios que existiam havia séculos, se fragmentaram. Duas consequências ocorreram desses esfacelamentos: o primeiro foi a perda de suas colônias para os vencedores da guerra. Pode-se citar, a título de exemplo, o Império Otomano que dominava grande extensão territorial no Oriente Médio e a Palestina. Com o vácuo deixado por seu desaparecimento, esses

territórios foram dominados por outras nações europeias como França e Grã-Bretanha. O remanescente da fragmentação do território otomano se reorganizou na forma do Estado Turco. A segunda consequência foi o surgimento de novos Estados nacionais, também por conta do fim do império da Áustria-Hungria, na Europa. Os territórios coloniais permaneceram praticamente no mesmo *status quo*, uma vez que somente trocaram de “senhorios”.

A Segunda Guerra Mundial ocorreu em razão da continuação dos problemas que foram ou ficaram mal resolvidos no conflito anterior. Com o fim da guerra pode-se destacar três momentos marcantes, que afetariam as relações de poder no concerto internacional de Estados Nacionais. O primeiro ocorre praticamente ao fim da segunda guerra mundial. Trata-se da emergência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como uma grande potência mundial, rivalizando com as potências tradicionais, além dos Estados Unidos (EUA), que substituiu a Grã-Bretanha como potência mundial; o segundo momento é o desmembramento do Estado nacional alemão em dois Estados distintos; o terceiro ocorre com a regionalização do mundo em consequência da consolidação da Ordem bipolar (Capitalismo vs Socialismo) e seus símbolos ideológicos e espaciais: A Guerra Fria, O Muro de Berlim e a Cortina de Ferro. Para Arbex Jr. não há consenso quanto ao início da Guerra Fria. O autor pondera que

Para alguns, o marco simbólico foram as explosões nucleares sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Há os que acreditam que seu início data de março de 1947, [...] quando o então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, faz um discurso ao Congresso de seu país, afirmando que os Estados Unidos iriam impedir a União Soviética de criar um império comunista mundial. [...] outros estudiosos consideram, ainda, que a Guerra Fria nasceu em outubro de 1949, quando a Alemanha foi dividida em dois países, um capitalista e outro socialista (ARBEX JR., 1997, p. 10).

Apesar de a nova ordem mundial estabelecida demonstrar que havia dois polos antagônicos em confronto ideológico, um conjunto de países procuraram não se alinhar a nenhum dos dois blocos de países. O Movimento dos Não Alinhados⁷ eram, basicamente países considerados de terceiro mundo, e, que haviam acabado de se

⁷ A reunião de 29 países do Terceiro Mundo na cidade indonésia de Bandung trouxe uma nova perspectiva para a bipolarização ideológica mundial. Idealizada por eminentes figuras internacionais como o primeiro ministro indiano Jawahar Lal Nehru, as linhas de Bandung, aludidas em seus 10 princípios, se manifestariam na cooperação econômica e estreitamento de laços comerciais, mas, sobretudo na solidariedade conjunta aos processos de independência na Ásia e na África e acerca do ideal de neutralidade no cenário mundial, marcado pelos polos socialista e capitalista (ROTHFELD et al., 2013, 584).

tornar independentes⁸. Esse conjunto de países pleiteavam o status de neutros, “porque, após um processo de luta interna pela emancipação do jugo colonial, a adesão a qualquer um dos blocos era percebida por muitos como uma nova forma de subjugação nacional aos interesses externos” (CURADO, 2014, p. 9).

O jogo geopolítico que surge com base na nova ordem mundial, provocou mudanças fronteiriças profundas em vários países. Devido a disputa ideológica entre capitalismo e socialismo, diversos embates foram protagonizados por EUA e URSS como tentativa de trazer o maior número de países para sua esfera de influência. Como resultado dessas disputas, conflitos regionais apoiados por ambas as potências mundiais foram estimulados, principalmente na África e Ásia, além da implantação de ditaduras militares no subcontinente sul-americano, e que resultava em nova configuração espacial e surgimento ou desaparecimento de países.

No final do século XX, as fronteiras mundiais sofreram novas demarcações em decorrência da desintegração da União Soviética e de sua área de influência socialista em todo o mundo. Com a implosão do império soviético, novos Estados nacionais surgiram na Europa, África e Ásia. A Alemanha se reunifica dois anos antes do fim do bloco socialista, a partir da queda do Muro de Berlim, símbolo incontestado da divisão Leste-Oeste do mundo.

O século XX representou a consolidação da regionalização do espaço mundial em Estados Nacionais. A soberania tornou-se o pilar das relações internacionais, muito embora limites tenham sido modificados, novos contornos fronteiriços tenham sido delimitados e/ou demarcados, que até agora existam distorções gritantes entre os Estados, e, que ainda permaneçam sem solução aparente pelos organismos internacionais.

Porém, mesmo com todas as dificuldades apresentadas na organização da sociedade e a “insistência” atual em afirmar que os Estados não detém mais o monopólio nas decisões dentro do seu espaço territorial, a regionalização em Estados Nacionais, juntamente com suas fronteiras bem definidas, tem se mostrado eficaz no contexto de uma conjuntura internacional, pois, trouxe paz, segurança e harmonia para as populações humanas.

⁸ Muito embora países que já estavam participando da Ordem bipolar, como Turquia (OTAN) e China (alinhada com a URSS), estivessem participando de reuniões dos não-alinhados.

1.4 A Fronteira Nacional volta ao centro das discussões internacionais: O retorno do Nacionalismo

Após a derrocada da União Soviética, e, em consequência a convulsão porque passou o antigo bloco socialista, as fronteiras dos Estados Nacionais localizadas na Europa e Ásia, principalmente experimentaram novas delimitações, de acordo com o que Meira Matos (1975, p. 28) definiu como “obra da força ou da diplomacia”. Após períodos de instabilidades da formação de novos Estados nacionais, o mundo passa a se regionalizar segundo o desenvolvimento socioeconômico dos países. Inicia-se o período de nova roupagem do capitalismo, ou seja, a Globalização.

Com o avanço do capital para regiões do planeta que antes estavam sob a influência do socialismo, o paradigma que se apresenta agora é a da integração econômica entre os Estados Nacionais, muitos desses Estados flexibilizando as relações fronteiriças em nome de uma maior integração. A formação de blocos econômicos regionais (QUADRO 5) intensificou a percepção de que as fronteiras nacionais, tenderiam a desaparecer, com exceção de alguns poucos blocos econômicos, que possuem acordos para circulação de mercadorias, serviços e informações e não de pessoas, sendo o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) o exemplo mais conhecido. Nos demais blocos que se constituíram no pós guerra fria, os agentes estatais flexibilizaram a circulação não somente de mercadorias e serviços como também de pessoas entre os países signatários. A grande vitrine seria a União Europeia, que partia para uma união de Estados Nacionais, isto é, uma Confederação de Estados. Seria a materialização do que Reclus denominou de república universal, sem fronteiras nacionais. Costa analisa que

Especialmente para a Europa, argumentam, esse princípio (da soberania) deve ser gradativamente relativizado, com a consequente “disfuncionalização” das fronteiras. O ideal é que todas as fronteiras europeias tornem-se “zonas de integração e articulação” (COSTA, 2013, p. 282).

Quadro 5 - Blocos Econômicos Regionais

PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS REGIONAIS				
BLOCO ECONÔMICO	PAÍSES SIGNATÁRIOS	TIPO DE INTEGRAÇÃO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	PIB (em US\$) / POPULAÇÃO ABSOLUTA
APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) Fundado em 1989	EUA, Japão, China, Rússia, Peru, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Vietnã, Malásia, Tailândia, Brunei, Indonésia, Filipinas, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, México, Chile e Coreia do Sul.	Área de Livre-Comércio	Ásia e países banhados pelo Oceano Pacífico.	PIB: 20 trilhões (2016) P.A: 3 bilhões de habitantes
Aliança do Pacífico (Fundado em 2012)	Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru	Área de Comércio Livre	América Latina com orientação em direção a Ásia	PIB: 3,1 bilhões (2016) P.A: 225 milhões de habitantes (2016)
ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) Fundado em 1967	Tailândia, Filipinas, Malásia, Singapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos, Camboja.	Zona de Livre-Comércio	Sudeste Asiático	PIB: 1,3 trilhão (2010) P.A: milhões de habitantes (2010)
MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) Criado em 1991	Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela	União Aduaneira	América do Sul	PIB: 5,2 trilhões (2015) P.A: 295 milhões de habitantes (2016)
NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) Ratificado em 1994	Estados Unidos, Canadá e México	Área de Livre-Comércio	Subcontinente Norte-Americano	PIB: 20 trilhões (2013) P.A: 420 milhões de habitantes (2013)
UE (União Europeia) Criado em 1950	Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.	Mercado Comum / União Econômica e monetária	Por sua importância econômica e cultural, possui abrangência mundial.	PIB: 16,27 trilhões (2015) P.A: 507 milhões de habitantes (2012)

Organizado por Lenivaldo Marques, 2017.

Entretanto, ao iniciar a segunda década do século XXI, manifestações em favor de maior liberdade de expressão e democracia, iniciada na Tunísia, e, que ficou conhecida como Primavera Árabe, logo desencadeou uma onda de revoltas e conflitos armados, que atingiram diversos países árabes. Na esteira desses acontecimentos um novo grupo armado autodenominado de Estado Islâmico passa a conquistar importantes porções territoriais ao longo do Iraque e Síria e funda um califado, uma

organização territorial estatal, existente antes do surgimento dos Estados nacionais modernos, centralizado na figura de um califa. Couto Pinto define califado como sendo

[...] uma forma de governo, semelhante a uma monarquia. Como Maomé morreu sem determinar o processo de sua substituição, convencionou-se que o processo de escolha do próximo califa seria o parentesco com Maomé, sem contudo, estabelecer o tipo de parentesco e o grau. O califa deveria dirigir a estrutura do Estado e ser responsável até a morte pela aplicação da lei (sharia), ou até ter capacidade para tanto. Sua substituição obedeceria o mesmo critério, ou seja, seria escolhido o novo califa dentre os parentes de Maomé (COUTO PINTO, 2015, p. 62).

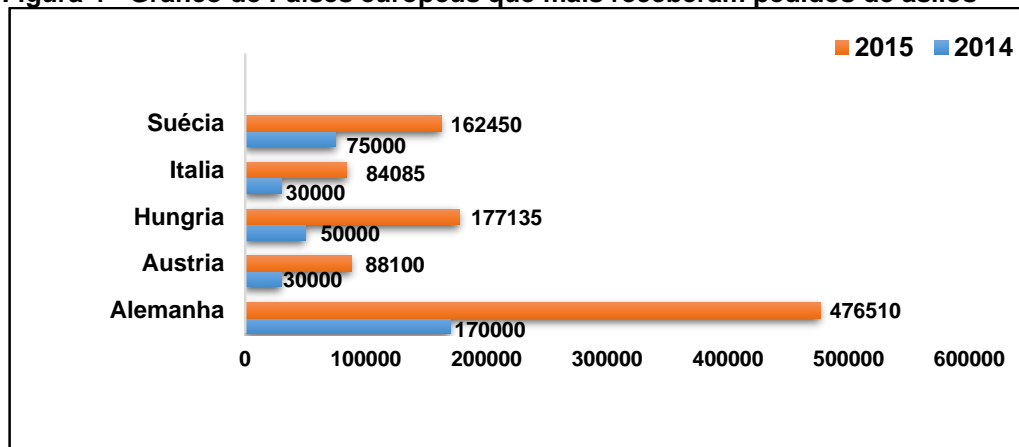
Nestes conflitos, esses grupos armados foram inicialmente apoiado por Estados Unidos e seus aliados europeus, ávidos que estavam em desestabilizar as ditaduras que se perpetuavam nesses países e implantar a democracia baseada na historicidade política e religiosa da civilização ocidental, além de interesses econômicos das potências ocidentais. Porém, com o agravamento dos conflitos armados na Síria e Iraque, principalmente grupos de refugiados começaram a fugir desses países, bem como pessoas que fugiam de conflitos e da fome no continente africano, tendo como destino o continente europeu, atravessando a fronteira natural entre esses continentes, o mar Mediterrâneo adentrando pela suas partes sul e oriental, como indica a figura 3. O destino da maior parte desses refugiados são os países localizados no norte e centro da Europa, onde solicitam pedidos formal de asilo, como indicado na figura 4. O flagelo que os refugiados enfrentam na tentativa de alcançar a Europa, sensibiliza o mundo inteiro, provoca pressões e reações dos governos de países do leste europeu, que estão diretamente envolvidos no recebimento desses contingentes humanos, no sentido de barrar a entrada dos refugiados.

Figura 3 - Mapa de Países com maior trânsito de refugiados em solo europeu



Fonte: Organizado por Thiago Neto, 2018

Figura 4 - Gráfico de Países europeus que mais receberam pedidos de asilos



Organizado por Lenivaldo Marques, 2017.

De repente barreiras são levantadas entre os países que fazem parte da União Europeia. Trocas de acusações entre governos e a não aceitação de refugiados em seus territórios provocam atritos entre os países do bloco econômico, o que motivam retorno de manifestações de cunho nacionalista, nitidamente contrárias ao acolhimento dessas populações. O acontecimento mais expressivo dessa nova fase na Europa se materializa na saída do Reino Unido⁹ do bloco econômico europeu, após a realização de referendo, com o intuito de melhor controle de suas fronteiras externas. Cabe aqui salientar que a União Europeia enfrenta, também, crise econômica provocada pelos diferentes níveis de desenvolvimento econômico da

⁹ É importante destacar que a população mais envelhecida, localizada basicamente na Grã-Bretanha, votou a favor da saída da União Europeia, enquanto que a população mais jovem era a favor de continuar no bloco europeu. A saída do Bloco econômico, chamado de BREXIT, tem ocasionado insatisfações principalmente na Escócia, que tenciona realizar outro referendo com o objetivo de saber se a população escocesa pretende se tornar um Estado independente.

maior parte de seus Estados-membros, o que acarreta maior pressão entre os três alicerces do bloco, Alemanha, França e Reino Unido, um dos fatores, também, responsáveis pela saída do Reino Unido da União Europeia.

A França também tem apontado para esse retorno do nacionalismo, visto que é um dos países que mais sofre com atentados terroristas, favorecendo o discurso de candidatos considerados de extrema direita francês, contrário ao recebimento de refugiados e a favor de se desligar do bloco econômico europeu. Esta realidade francesa tende a se agravar, uma vez que este país é um dos que mais acolhem populações de origem muçulmanas e que hoje estas minorias têm sido alvo de ataques xenofóbicos por franceses de origem cristã europeia. As eleições para presidente na França, ocorrida em 2017, têm apontado para um discurso mais pragmático em relação a alguns assuntos que são caros ao Estado e a nação francesa.

O resultado das urnas demonstra que a população pretende ter uma via alternativa, pois, o candidato vitorioso tem se identificado como de centro, nem muito para a extrema esquerda e nem para a extrema direita. O mesmo ocorreu na Holanda, onde um candidato de centro saiu das urnas vitorioso. O que se pode perceber, analisando os resultados dos sufrágios nesses dois países, é que a população se encontra bastante dividida em decorrência da forte onda de refugiados que estão indo em direção a Europa.

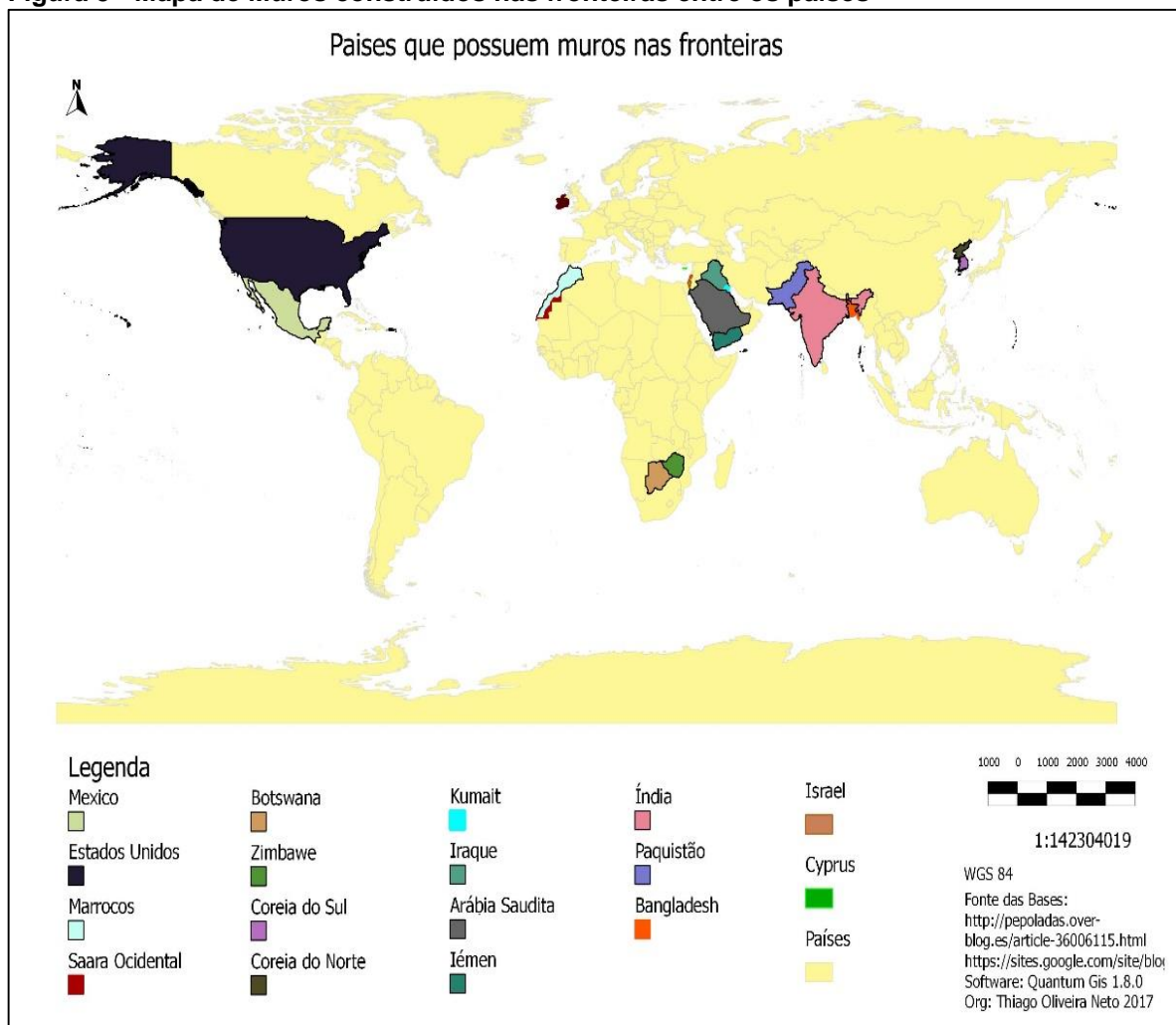
Outra consideração a ser observada é o aparente medo que tem se disseminado por toda a Europa, devido aos ataques terroristas reivindicados por grupos islâmicos, o que tem gerado um elevado índice de xenofobia nos países afetados pelo terrorismo, além de discursos mais exaltados contra a aceitação de refugiados em seus territórios. Os embates e indecisões entre os países europeus pode fazer implodir a tão sonhada união dos Estados Nacionais europeus e pôr em risco a própria existência do bloco econômico europeu.

A eleição presidencial nos Estados Unidos, em 2016, também tem apontado para uma guinada rumo ao nacionalismo, ao eleger um candidato com discurso nacionalista voltado, principalmente para a questão de imigrantes ilegais, depois de décadas em que a maior potência econômica e militar do planeta pregava maior integração entre os diversos países. As primeiras ações do novo governo estadunidense aponta para esse paradigma que se vislumbra, ao priorizar a produção industrial no próprio país, anular acordos econômicos e ambientais firmados nos

governos anteriores, proibir a entrada nos Estados Unidos de cidadãos de países considerados hostis, e, principalmente a construção do muro ao longo de toda a fronteira com o México com o intuito de barrar a entrada de imigrantes ilegais, a maioria desses imigrantes oriundos de países considerados periféricos ou semiperiféricos. Tais medidas incitaram debates dentro e fora dos Estados Unidos. A figura 5 indica os principais muros erguidos nas fronteiras entre os países, no mundo.

Decisões unilaterais têm sido tomadas pelo novo governo estadunidense à revelia tanto das instituições domésticas quanto de instituições internacionais. No entanto, a Suprema Corte dos Estados Unidos tem causado algumas derrotas significativas ao governo, principalmente no que diz respeito a proibição de entrada de cidadãos de países considerados hostis aos estados Unidos, mesmo que estes cidadãos tenham ou sejam de nacionalidade estadunidense.

Figura 5 - Mapa de Muros construídos nas fronteiras entre os países



Fonte: Organizado por Thiago Neto, 2018

O que se observa, é que um novo paradigma começa a se estabelecer nas relações de poder entre os Estados nacionais. Muros têm sido levantados na tentativa de impedir a circulação de pessoas, onde antes não havia. O discurso xenofóbico tem sido bastante utilizado por candidatos e partidos políticos, que pretendem chegar ao poder nos mais diversos países e que podem fomentar novos conflitos armados.

As discussões sobre conceitos de Estado Nacional, soberania e fronteiras nacionais, que são sensíveis ao conjunto dos Estados nacionais modernos, e, também à Geografia não se encontram esgotadas, uma vez que os limites fronteiriços dos Estados não são imutáveis. As fronteiras mundiais nos últimos cem anos têm experimentado constantes transformações territoriais.

A evolução das sociedades humanas tem sido a grande responsável pela gradativa territorialização do espaço geográfico ao longo da história da humanidade, partindo de uma condição de subsistência, em que grupos familiares se deslocavam por determinados territórios em busca de alimentos, até o surgimento dos grandes impérios da antiguidade.

A primeira fase das comunidades humanas se caracterizava basicamente pela condição efêmera dada aos territórios ocupados. Nesta fase nômade, onde eram, principalmente caçadores/coletores, grupos familiares se deslocavam constantemente em busca de áreas, que apresentassem melhores condições de caça e coleta de frutos silvestres. Portanto, o conceito de fronteira não estava estabelecido entre essas protopopulações, mas, dificultavam contato com outros grupos humanos para evitar confrontos.

No decorrer dos séculos, estas comunidades foram se estabelecendo em determinadas áreas devido ao desenvolvimento de técnicas de domesticação de animais e de agricultura. Com o passar do tempo e com o crescimento das sociedades, estas comunidades começaram, internamente a organizar-se hierarquicamente, com a especialização do trabalho, a partir do desenvolvimento das técnicas e da complexidade da organização social, tendo algumas pessoas se diferenciado de outras, passando agora a administrar os excedentes produzidos na agricultura, garantindo privilégios e riquezas. A partir da sedentarização das comunidades é que surgiram as primeiras urbes e depois a formação das primeiras territorializações espaciais de grande vulto, que viriam a se tornar impérios. Foi a partir dessa fase histórica que surgem as primeiras noções de fronteiras, embora ainda de maneira menos rígida.

O exemplo clássico seria a dos *limes* romanos, que eram fortificações construídas nos limites do império e se destinavam a facilitar a ligação dos territórios, abarcando dentro de seus limites terras de fácil localização. Guarinello (2006, p. 41) aponta que “a delimitação do território é marcada pela existência dos *limes* terrestre e físico”, e destaca

O *limes* terrestre considerado como um arquipélago de fronteira linear e militarizada pode ser dividido em quatro tipos: *limes* fechado da Bretanha, com o muro de Adriano; Germânia – rota estratégica fortificada; *limes* aberto e descontínuo da Síria; *limes* africano que era uma linha de penetração e de troca com os povos nômades, fortificado somente nas regiões subsaarianas para proteção da Númídia e do Egito. À oeste, o Oceano Atlântico formava a fronteira física do Império, sobre a qual se projetava todo o simbolismo do medo associado ao universo da água ilimitada (MENDES apud GUARINELLO, 2006, p. 41).

A delimitação e demarcação das fronteiras tornando-as mais rígidas, começa a emergir com o declínio do sistema de produção feudal e a ascensão do Estado absolutista. Neste período a soberania não ocorre de forma análoga ao que se estabeleceu com o surgimento dos estados nacionais Modernos. No Estado absolutista o poder se institui na figura do soberano e somente este tem a permissão de ditar os destinos da nação, sem que seus súditos pudessem, eles próprios, escolher o destino de sua sociedade, de forma coletiva.

Com a constituição moderna dos primeiros Estados nacionais, noções de soberania e fronteira ganham importância de primeira ordem na conjuntura internacional baseada no reconhecimento e respeito das bases territoriais demarcadas entre o conjunto de Estados Nacionais existentes. Paiva destaca que

A invenção da nação moderna no século XIX contribui para dar fixidez a muitas formas de fronteiras, entre elas, a territorial, a linguística, a cultural e a religiosa. Os espaços concretos e simbólicos definem-se de forma mais objetiva, facilitando a identificação do estrangeiro que, dependendo dos humores da política, do Estado ou da economia, transformou-se no inimigo (PAIVA, 2007, p. 20)

No alvorecer do século XIX as guerras não ocorriam mais por conta de questões religiosas e nem dinásticas, mas, por questões de indefinições fronteiriças que ainda permaneciam latentes. Portanto, compreende-se que foi somente no século XX, após os dois grandes conflitos iniciados no velho continente, que as linhas fronteiriças de fato se consolidaram.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, as relações fronteiriças entre os Estados Nacionais se tornam mais amenas, com maior ou menor interesse nas

relações lindeiras. As rurgas entre os Estados agora são de ordem econômica, uma vez que, atualmente os Estados Nacionais priorizam mais o desenvolvimento socioeconômico de suas sociedades do que a necessidade de distender a superfície de seu território. É o território das grandes corporações, da Globalização que agora regionaliza o espaço territorial mundial.

A partir das novas feições observadas no contexto territorial, percebe-se que as fronteiras nacionais têm se modificado mais em razão de divisão interna dos Estados do que mesmo de anexação de territórios por terceiros países. As exceções observadas ao longo dos últimos trinta anos foi a invasão do Iraque ao território do Kuwait, logo rechaçada por uma coalizão internacional, e, a anexação da Criméia pela Federação Russa. Esta até o momento, sem uma solução aparente.

CAPÍTULO 2 - O ESTADO BRASILEIRO E AS FRONTEIRAS EXTERNAS

2.1 O processo de formação do território brasileiro

Quando os primeiros europeus chegaram na enorme massa continental que denominaram de América, o sistema de organização política existente não era moldado nas mesmas configurações estruturadas e estabelecidas no continente europeu. O completo desconhecimento de funcionamento dessa estrutura política, considerada rudimentar, fez com que julgassem os povos autóctones primitivos e desprovidos de capacidade, que os invasores identificassem como de uma civilização nos moldes que conheciam. Na visão europocêntrica (MARTIN, 1998), os povos autóctones não possuíam territórios delimitados por limites fronteiriços como os Estados absolutistas europeus.

Em relação ao subcontinente sul-americano, Portugal e Espanha tiveram protagonismo no tocante a colonização dos territórios conquistados dos povos que aqui habitavam. Diversos territórios foram retalhados, levando em consideração quem primeiro chegou ao território em questão. Vale ressaltar que os reinos português e castelhano assinaram, em 1494, o Tratado de Tordesilhas¹⁰. Em 1750 o Tratado de Tordesilhas foi substituído pelo Tratado de Madri¹¹, uma vez que nenhuma das duas coroas haviam respeitado os limites fronteiriços estabelecidos por Tordesilhas.

O Tratado de Madri inaugura novo paradigma no processo delimitatório entre os reinos ibéricos, uma vez que para essa nova divisão fronteiriça são utilizadas barreiras naturais como forma de estabelecer o processo fronteiriço que ora vinha se desenhando entre as coroas ibéricas. O protagonismo do brasileiro Alexandre Gusmão, nas negociações com a coroa espanhola foi fundamental para as pretensões lusitanas nas colônias sul-americanas. Correa e Godoy citam que

Eleito no governo de D. João V, ele ficou conhecido como figura notável em Portugal por ser Secretário do Conselho Ultramarino, sendo o responsável pelos rumos e ganhos que seguiram as negociações do Tratado. [...] Gusmão foi estudioso dos tratados de limites da colônia brasileira e encabeçou as

¹⁰O Tratado de Tordesilhas (1494) foi formalizado entre as coroas portuguesa e espanhola, que visava dividir as terras descobertas ou a descobrir. Definia como linha de demarcação o meridiano 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão no arquipélago de Cabo Verde. Os territórios a leste deste meridiano pertenceriam a Portugal e os territórios a oeste, a Castela.

¹¹ Celebrado entre os reis de Portugal e Espanha, o Tratado de Madri (1750) veio a substituir o de Tordesilhas, uma vez que este último pouco foi respeitado pelas partes envolvidas. Esse novo tratado privilegiava os acidentes geográficos como novo paradigma demarcatório entre as coroas ibéricas, consagrando também o princípio do *uti possidetis, ita possidetis*.

negociações que superaram o Tratado de Tordesilhas. Sua estratégia geopolítica no Tratado de Madrid de 1750 foi a de adotar como limites entre as colônias ibéricas, as fronteiras naturais. O Mapa das Cortes serviu de base às negociações de Gusmão para traçar os limites entre as colônias de Portugal e Espanha, cujo acordo em Madri forneceu aos lusos acréscimos territoriais de cerca de 5.600.000km² aos 2.850.000km² resultantes do Tratado de Tordesilhas de 1494 [...] (CORREA e GODOY, 2013, p. 2).

Todavia, esse novo Tratado continuava a criar dúvidas entre as partes envolvidas, havendo, inclusive, resistência no interior das monarquias ibéricas. Essa resistência ocorria, principalmente, em decorrência das trocas territoriais estabelecidas quando da assinatura do Tratado. Seu principal idealizador, Alexandre de Gusmão, fora bastante criticado por ter cedido a colônia de Sacramento, até então ponto inegociável da coroa portuguesa em suas pretensões na parte meridional do território colonial português, na América do Sul. Para D. João V, a questão da definição dos limites do território brasileiro era questão central na sua política externa e que deveria ser resolvido em definitivo (RIO-BRANCO, 2010). O Tratado de Madri termina sendo, então, anulado pelo Tratado de El Pardo (1761), o que agravou o acirramento das hostilidades entre os súditos das coroas lusitana e espanhola, suscitando conflitos de soberania no decurso da ocupação do território (GOLIN, 2002). Góes Filho assinala que

[...] em 1761, os dois países assinaram o Tratado de El Pardo, pelo qual, como reza o próprio texto do acordo, o Tratado de Madri e os atos dele decorrentes ficavam “cancelados, cassados e anulados como se nunca houvessem existido, nem houvessem sido executados”. Voltava-se, assim, pelo menos em teoria, às incertezas da divisão de Tordesilhas, tão desrespeitada no terreno, quão alterada por acordos posteriores. Na prática, nenhuma nação pretendia renunciar a suas conquistas territoriais ou a seus títulos jurídicos (GOES, 2015, p. 231).

Apesar da ratificação dos Tratados de Madri e depois o de El Pardo, as coroas ibéricas continuavam beligerantes por conta dos territórios localizados na parte meridional da América do Sul. A indefinição a quem de fato pertenceriam os territórios de Sacramento e Sete Povos das Missões, haviam ocasionado conflitos entre portugueses e espanhóis. Interessados em pacificar os impérios ibéricos, Inglaterra e França pressionaram os beligerantes a constituírem um acordo que desse cabo a tal conflito pelas possessões meridionais. Por conta disso, em 1777, na cidade de San Ildefonso, na Espanha, Portugal e Espanha assinavam o Tratado de Santo Ildefonso, encerrando as hostilidades entre ambas pelos territórios de Sacramento e Sete Povos das Missões. Para Magnoli (1997, p. 252) “o Tratado de Santo Ildefonso constituía,

efetivamente o paradigma das políticas de fronteiras dos vizinhos hispano-americanos”. Rio-Branco comenta que

A 1º de outubro de 1777 os dois monarcas assinavam em Santo Ildefonso o tratado preliminar de limites da América Meridional, sendo plenipotenciários, pela parte de S.M. Fidelíssima, D. Francisco Inocência de Souza Coutinho, e pela S. M. Católica, o Conde de Florida Blanca. Esse instrumento devia servir de base a outro, definitivo, de amizade e ser elaborado depois de feita a demarcação de fronteiras. [...] Era quase uma repetição do convênio de 1750. Ratificavam-se os ajustes de 1668, de 1715 e 1713 e o conceito de *uti possidetis* voltava a servir de base [...] (RIO-BRANCO, 2010, p. 37).

No entanto, mesmo com a assinatura do referido tratado, as latentes imprecisões sobre os territórios contestados pelas duas metrópoles coloniais ibéricas continuaram a provocar rugas fronteiriças. Com o passar do tempo, estas rugas foram herdadas pelos já independentes Império Brasileiro e os países que surgiram com a fragmentação dos vice-reinos espanhóis. Citando a disputa fronteiriça entre Brasil e Paraguai, Oliveira destaca

Somente após a Guerra da Tríplice Aliança é que seria estabelecido o Tratado de Limites de 1872, que prevalece até hoje. Importante destacar que desde os Tratados de Madri e de Santo Ildefonso os atributos naturais, especialmente os rios, se apresentavam como referências principais para o esforço de separação territorial. As águas já se constituíam a essa época um fator central nas relações fronteiriças (OLIVEIRA, 2008, p. 38)

As feições atuais do território brasileiro vêm sendo moldada desde a chegada dos primeiros europeus a estas terras, quando a fronteira a oeste do que conhece-se hoje como Brasil, ainda era limitada pelo tratado realizado entre portugueses e espanhóis. Desde então, tais feições têm se modificado algumas vezes num movimento de expansão e retração territorial ao longo dos séculos. Cita-se aqui somente dois exemplos do que seria esse movimento. O primeiro movimento, o da expansão, dar-se-á a partir do rompimento dessa “fronteira” criada pelo Tratado de Tordesilhas. Com a União Ibérica (1580-1640) tanto portugueses quanto espanhóis penetravam, sem maiores dificuldades, em territórios de ambos, mesmo aceitando Tordesilhas como limites de seus respectivos marcos territoriais. Foi nesse período que Portugal aproveitando-se da união com o reino de Castela, inicia uma forte ocupação a oeste, para além de Tordesilhas. A partir desse avanço foram se estabelecendo as primeiras feições territoriais fronteiriças do que mais tarde passou a ser o Brasil. O segundo movimento, o da retração, denota os territórios perdidos ao

longo da história do Brasil, sendo o caso mais emblemático a Província Cisplatina, atual Uruguai.

Estes exemplos são somente para compreender as feições territoriais que foram surgindo ao longo do processo de formação do Estado Brasileiro. No entanto, a organização espacial, que primeiramente foi de colônia, cria no território uma marca quase dinástica (MORAES, 2002) que vai nortear toda a sociedade, e seus núcleos populacionais, a partir de marcas permanentes construídas na paisagem cultural. Holanda (1987, p.61) constata que “para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram”. As formas de ocupação do território entre os reinos ibéricos na América apresentavam paradigmas distintos entre si. Magnoli assinala essa distinção quando destaca o choque entre espanhóis e portugueses no avanço deste último para o ocidente do território sul-americano.

Missões de um lado, povoados de outro: o rio Guaporé tornou-se, ao longo das três décadas anteriores ao Tratado de Madri, um tipo de fronteira especial. Ele foi um *front* entre dois expansionismos coloniais contrapostos, mas também um testemunho de visões de mundo e modalidades de ocupação do território radicalmente distintas (MAGNOLI, 1997, p. 247).

Praticamente todos os limites territoriais brasileiros formaram-se a partir de negociações com os Estados vizinhos ou arbitramentos internacionais. Nos acordos, primeiramente levava-se em conta paisagens naturais, que fossem amplamente visíveis e aceitos por ambos e mais tarde por marcos construídos nas fronteiras. No caso de ainda persistir o litígio, haveria necessidade de arbitramento internacional, como foi o caso do território do Amapá¹². O juiz para esse caso específico foi a Suíça, na figura de seu presidente que concedeu ganho de causa ao Brasil na disputa com a França (SILVA e RUCKERT, 2009). O último território incorporado ao Brasil foi o Acre, a partir de acordos assinados com a Bolívia.

Uma vez consolidadas as fronteiras, o Estado brasileiro atuou para tornar essas linhas mais densas demograficamente, o que Vallaux (apud MARTIN, 1998) denomina de fronteira viva, levando em conta a densidade de povoamento e as relações de

¹² O tratado de Utrecht (1713), um dos principais assinados entre Portugal, através de João V e França, por Luís XIV, atendeu ao propósito português, afirmando que o rio Oiapoque, denominação dada ao Rio Vicente Pinzon, era o limite entre seu domínio e o da França. Apesar da assinatura do tratado acima, o desejo de expansão da colônia francesa sobre terras amazônicas não cessou. Após inúmeros estudos e conferências, a sentença foi pronunciada três anos mais tarde (1900), concedendo ao Brasil a posse definitiva da região litigiosa através do laudo suíço ou laudo de Berna (SILVA e RUCKERT, 2009).

intercâmbio entre as populações fronteiriças. Em áreas em que a fronteira não é habitada, criou-se mecanismos de vigilância e proteção para resguardá-las. Nogueira constata que

Rigorosamente a fronteira dos Estados nacionais possui como ponto primordial regular e controlar este movimento. Embora as fronteiras apresentem esta característica comum, as diferenciações são enormes pois vão depender da interação existente entre os Estados que compartilham a linha divisória e da tipologia apresentada por ela, que pode ser natural ou artificial, ocupada ou despovoada, tensa ou tranquila (NOGUEIRA, 2008, p.43).

Os tratados de limites fronteiriços entre o Brasil e os países hispano-americanos podem ser divididos em duas seções: A primeira ocorre com a delimitação e posterior demarcação das fronteiras amazônicas com os Estados hispânicos, de forma relativamente consensual. A segunda se dá nas demarcações que ocorreram na porção austral do território brasileiro, onde o uso de exércitos como forma de garantir suas posses territoriais foi o paradigma estabelecido. Magnoli destaca que

Não deixa de ser interessante sublinhar um contraste: perto de 30% da extensão dos limites de horogênese imperial originaram-se de guerras, enquanto mais da metade da extensão dos limites de hologênese nacional originaram-se de arbitramento. Isso justifica, até certo ponto, as percepções hispano-americanas relativas à agressividade expansionista imperial, ainda que a caracterização não seja historicamente apropriada. (MAGNOLI, 1997, p. 243).

2.2 A formação das fronteiras na Amazônia: A prevalência de acordos e arbitramentos

As demarcações fronteiriças do Brasil com os Estados amazônicos, desde o período colonial passando pelo império e depois a república, foram estabelecidas, em sua maior parte, através de acordos e arbitramentos tendo como base o conceito do *uti possidetis*. Todo o processo ocorreu de forma relativamente “amistosa”, no sentido de que apesar de toda a tensão e os interesses políticos e econômicos dos Estados envolvidos, os conflitos armados quase não sucederam, salvo as rusgas ocorridas na questão do Acre (Brasil e Bolívia) e a questão do Amapá (Brasil – França). Estas duas demandas territoriais merecem destaque devido ao fator conflituoso envolvendo Portugal e duas potências mundiais.

A primeira com a França, ainda no período colonial, envolvia a definição dos limites entre os territórios coloniais lusitanos e gauleses. A França já ocupava o território da Guiana e pleiteava como limite com o Estado português o território de

Cabo Norte onde o rio Araguari desaguava, como indicado na figura 6, praticamente na foz do rio Amazonas, (GOES, 1991), o que daria aos franceses livre acesso ao rio Amazonas.

Os embates entre portugueses e franceses já haviam se iniciado desde as primeiras incursões de reconhecimento, que os lusitanos realizavam nos cursos fluviais amazônicos, após sua chegada por essas paragens. Tais conflitos perduraram por quase trezentos anos, tendo iniciado no período colonial, com Portugal, e solucionado, através de arbitramento, somente em 1900, período em que o Brasil já havia se tornado república. No dia 1^o de dezembro de 1900, o resultado do arbitramento, confiado ao representante suíço, foi divulgado dando ganho de causa as pretensões brasileiras. Goes cita que

[...] a sentença foi inteiramente favorável ao Brasil. Na costa atlântica, a divisão foi fixada pelo Oiapoque – afinal reconhecido como o Japoc ou Vicente Pinzón de Utrecht – e, no interior da Guiana, o limite ficou sendo um divisor de águas, os montes de Tucumaque, muito mais próximo das pretensões máximas do Brasil do que das da França, que reivindicava diferentemente do que mostram muitos mapas da questão– um território que ultrapassava a região do rio Trombetas. A questão do Amapá, para ela, envolvia uma área de 500 mil km², isto é, quase quatro vezes maior do que o atual estado do Amapá, que tem 140 mil km² (GOES, 1991, p. 153).

A questão da incorporação do Acre (vide figura 7), que levou ao conflito o exército boliviano e seringueiros brasileiros, se deu de forma distinta das demais possessões anexadas ao território brasileiro. A gênese fronteiriça entre Brasil e Bolívia data de 1750, com a assinatura do tratado de Madri, quando são definidos os limites das possessões lusas e castelhanas na América do Sul. As linhas geodésicas que indicavam os limites fronteiriços entre Brasil e Bolívia foram definidas pelo Tratado de Ayacucho. Goes, destaca que

Por este tratado, o ponto inicial da reta no rio Madeira é deslocado, quase três graus para o sul: Deste rio para oeste seguirá a fronteira por uma paralela tirada de sua margem esquerda da latitude 10°20' até encontrar o rio Javari". Pensava-se, pois que a nascente do Javari estivesse mais ou menos nesta latitude e por isso fala-se em paralela. Admitia-se, entretanto, que estivesse mais próxima do equador, já que este artigo tinha um parágrafo único que rezava: "Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha Leste-Oeste seguirá a fronteira desde a mesma latitude, por uma reta, a buscar a origem principal do Javari" (GOES, 2013, p. 110).

Entretanto, o acordo ainda era alvo de contestações tanto pelo Estado brasileiro quanto pelo boliviano. Goes (1991, p. 160) aponta que "ao se concluir este acordo, não conhecia o Brasil, muito menos a Bolívia, a região limitada pela linha geodésica que, a partir de 10° 20' de latitude sul (junção do Beni com o Madeira) demandava a nascente do Javari. [...] Imaginavam os negociadores que a nascente principal do Javari estaria na mesma altura da foz do Beni – por isso falavam em 'paralela'" [...].

Território considerado de difícil acesso e de pouca importância econômica para os bolivianos, uma vez que sua atenção estava voltada para a exploração mineral encontrada nos altiplanos da Cordilheira dos Andes. Portanto, a ocupação humana na região era rarefeita. As riquezas na floresta boliviana estavam na sua biodiversidade, principalmente a flora. Esse fato ficou evidenciado quando o látex extraído da seringueira passou a ser bastante valorizado na indústria dos países europeus e nos Estados Unidos. No entanto, a exploração dos recursos existentes no território acreano é anterior ao boom econômico do látex da seringueira. Inicia-se no período das primeiras explorações de espanhóis e portugueses na Amazônia. A busca era, principalmente por drogas do sertão e riquezas minerais. A questão dos limites era imprecisa, em virtude de que nessa fase do período colonial as coroas lusitana e castelhana estavam unidas em torno da União Ibérica.

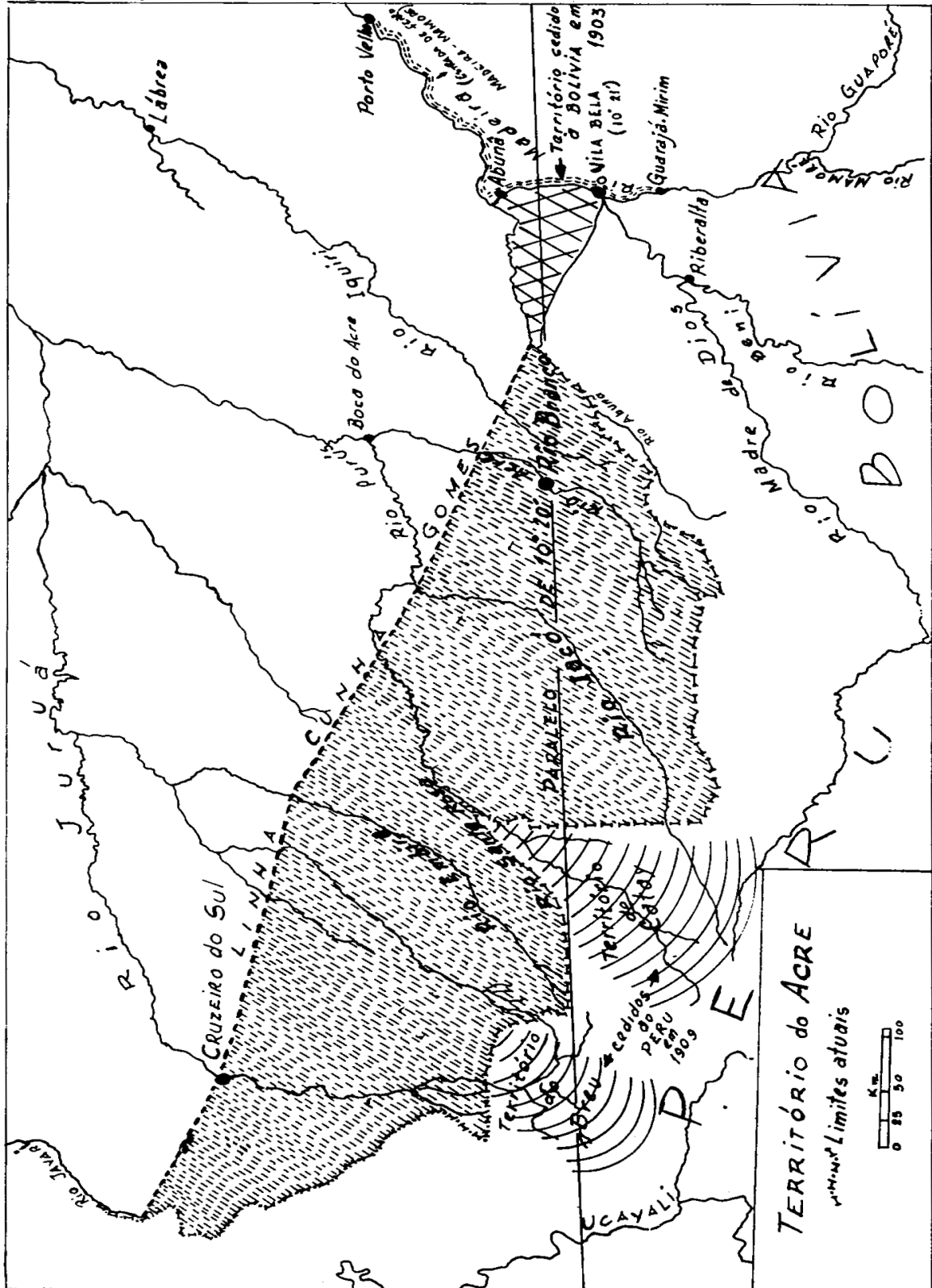
Somente com o advento e valorização do látex e da produção gomífera para exportação, devido ao seu valor de commodities no mercado internacional, é que o

Estado boliviano inicia o processo de ocupação efetiva do território acreano. No entanto, seringueiros brasileiros já haviam penetrado no interior do seu território em busca de árvores da seringueira. Iniciava-se, assim, a disputa pelo território rico em látex e que estava sendo ocupado por brasileiros. A partir desses fatos agora conhecidos, de que os seringueiros brasileiros ocupavam parte significativa do Acre, o Estado boliviano se organiza para expulsar os invasores. Campos ressalta que

[...] Apesar de não haver registro preciso sobre a população da área em questão, no ano de assinatura do Tratado de Ayacucho já havia registros de expedições e da existência de povoados e seringais formados por migrantes nordestinos, o que significa que a área era habitada de acordo com as características peculiares da Amazônia. Se por um lado havia o registro de ocupação brasileira, ainda que impreciso, por outro lado o registro de sua ocupação por bolivianos praticamente inexistia. Na verdade, [...] a Cordilheira dos Andes se configurava na maior barreira à ocupação boliviana na Amazônia (CAMPOS, 2004, p. 63).

Como o Brasil havia reconhecido os limites fronteiriços com a Bolívia, no acordo de Ayacucho, nada fez para defender os brasileiros que eram constantemente emboscados por tropas bolivianas. Ao contrário, o próprio governo brasileiro, por vezes atacava as fortificações acreanas com o intuito de expulsá-los do território em litígio. O governo boliviano, percebendo que seria difícil retirar os seringueiros brasileiros da região, realiza acordo com empresa estadunidense e arrenda todo o território acreano, uma vez que os Estados Unidos tinham forte interesse na produção gomífera para abastecer suas indústrias com a matéria-prima amazônica, dessa maneira se constituindo forte aliado boliviano na contenda com o Brasil.

Figura 7 - Mapa da Questão do Acre



FONTE: Góes, 1991.

Após as diversas escaramuças entre os seringueiros e o Estado boliviano, o Brasil decide intervir em favor dos brasileiros que ali se encontravam, culminando com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em que a Bolívia aceita a cessão do território acreano ao território brasileiro, mediante ao pagamento da quantia de 2 milhões de libras esterlinas e o compromisso, por parte do Estado brasileiro, de construir uma ferrovia que facilitasse o escoamento dos produtos extrativistas bolivianos a partir do rio Amazonas até sua foz com o oceano Atlântico. Assim, no dia 17 de novembro de 1903 o território conhecido como Acre passa a integrar o conjunto do território brasileiro, sendo a última possessão territorial anexada ao Brasil. O quadro abaixo mostra a formação das lindes do território amazônico. O quadro 6 mostra como as fronteiras amazônicas foram constituídas ao longo da formação do território brasileiro.

Quadro 6 - Formação das fronteiras do Arco Norte

CONSTITUIÇÃO DAS LINDES DA SEÇÃO NORTE DO BRASIL				
LINDES	FRAGMENTO	EXTENSÃO (KM)	PERÍODO	GÊNESE
Bolívia	AC	618	Republicano	Negociação
Colômbia	AM	1.644	Republicano	Negociação
Peru	AC, AM	2.295	Imperial	Negociação
Guiana	RR, PA	1.606	Republicano	Arbitramento
Guiana Francesa	AP	655	Republicano	Arbitramento
Venezuela	AM, RR	1.495	Imperial	Negociação
Suriname	PA, AP	593	Colonial	Intermetropolitana

FONTE: Adaptado de Magnoli (1997) por Lenivaldo Marques, 2018.

2.3 Fronteira austral brasileira: A formação do território através de confrontos armados

Diferentemente ao que ocorreu com a parte setentrional do território sob possessão lusitana, em que a maioria das conquistas territoriais foram através de acordos e arbitramentos por terceiros países, a parte sul do território que veria a formar o Brasil ocorreu de forma bastante violenta no que diz respeito as relações entre Portugal e Espanha na fase colonial, bem como o período em que os vice-reinos espanhóis se constituíram repúblicas e o Brasil em império. As fronteiras, na porção sul do território brasileiro foi imposta na ponta da baioneta. Magnoli (1997, p. 255) destaca que “as díades do Uruguai e do Paraguai respondem pela totalidade da extensão de fronteiras originadas de guerras e materializam a conclusão da complexa política platina conduzida desde a ‘transmigração’”.

As negociações do Império brasileiro e, posteriormente república foram realizadas com base no conceito definido por Alexandre Gusmão, ainda na fase do

Brasil Colônia. O conceito defendido pelo brasileiro Gusmão, a serviço da coroa portuguesa, estava alicerçado no conceito do *uti possidetis, ita possideatis*, isto é, assegurava a terra a quem de fato a possuía. Estabelecia ainda os acidentes geográficos como forma de demarcação dos limites de fronteiras entre Portugal e Espanha, quando da assinatura do Tratado de Madri. Soares destaca que

[...] Lisboa enxergava no Amazonas, no norte, no Paraguai, a oeste, e no Rio da Prata, ao sul, os acidentes geográficos mais favoráveis para emoldurar as colônias brasileiras: “Três imponentes fronteiras naturais, que podiam estorvar as tentativas de expansão por parte da Espanha”. [...] O entendimento da colônia de Sacramento estava, entre outros motivos, amparado na ideia de levar os limites do domínio luso até o estuário platino (SOARES, 1955, p. 8).

O Tratado de Santo Ildefonso trouxe novo paradigma nas tratativas de demarcação das díades entre os impérios ibéricos. Este tratado, praticamente ratificava todo o acordo anterior, assinado em Madri com a ressalva de que o atual acordo implantava a doutrina do *uti possidetis juris*, enquanto que Portugal tinha como paradigma o *ita possideatis*. “O apego ao último tratado colonial de limites traduzia-se pela doutrina do *uti possidetis juris* de 1810 (MAGNOLI, 1997, p. 252). Marzone esclarece que

A posse que se invocava era *de jure*, e não de fato. Esse direito a exercer a soberania sobre as terras não possuídas materialmente nascia com o movimento emancipador de 25 de maio de 1810. Esta tese não foi aceita nem pelos Estados Unidos nem pelo Brasil[...]. Porém, o *uti possidetis juris* foi consagrado pelo Tratado de União, Liga e Confederação, subscrito em Lima em 1847 (MARZONE, 1979, pp. 31 – 32).

A questão da delimitação das fronteiras meridionais levava em conta o domínio da bacia do Rio da Prata, pois, o mesmo possui ligação direta com o oceano Atlântico, além de ser entrada para o centro da América do Sul, o que atingia diretamente os vice-reinos localizados em seu interior. Portugal buscava dominar as duas saídas para o Atlântico que poderiam ligar os territórios mediterrâneos. Quem dominasse a foz do Amazonas e do Prata dominaria toda a navegação para o interior do continente, o que levou ao choque geopolítico as duas metrópoles envolvidas e seus territórios coloniais ávidas em conseguir tal controle. Divergências em determinar os lindes territoriais na porção sul do território brasileiro levaram os atores envolvidos a assinarem acordos fronteiriços para logo em seguida não reconhecerem tais delimitações. Por conta

disso, as alterações e reivindicações territoriais ocorriam conforme os questionamentos por determinada fatia do território.

Porém, o maior front entre os dois reinos ibéricos, e, posteriormente entre o Império Brasileiro e as repúblicas hispânicas independentes ocorreram pelo domínio dos territórios banhados pela Bacia do Prata. A Argentina havia se tornado o principal adversário a ser combatido pelo Brasil. Ainda no período colonial, o Vice-Reino do Rio da Prata, que compreendia os atuais Paraguai, Bolívia, Uruguai e Argentina, já era canalizado como um anteparo às pretensões territoriais lusitanas na porção sul do subcontinente americano.

Disputas territoriais se estenderam até ao atual estado brasileiro de Mato Grosso e foram decididos a partir de guerras e conflitos mais isolados. A Guerra do Paraguai e a independência do Uruguai se destacam no cenário meridional pela sua importância geopolítica que se estenderia para o período em que estes vice-reinos se tornassem independentes. Em relação a Guerra da tríplice Aliança, Mello (1997, p. 164) aponta que “em consequência da derrota na guerra, o Paraguai foi obrigado a assinar o Tratado de limites de 1872, pelo qual cedeu ao Brasil 60 mil km² do seu território original”. Peregalli cita que

A guerra não pretendia “apagar do mapa” a república do Paraguai. O Brasil sempre preferiu nas suas fronteiras um “inofensivo” Paraguai a uma “agressiva” Argentina. Esta política levou o Império a apoiar os guaranis em seus primeiros passos de vida independente. [...] Com a guerra, retornou à orbita brasileira. E o Brasil se opôs a que a Argentina anexasse todo o Chaco paraguaio (PEREGALLI, 1982, p. 73).

A intervenção portuguesa na Banda Oriental¹³ provocou rugas com a Espanha, pois, o reino português pretendia avançar sobre o Vice-Reino do Rio da Prata. Tal *status quo*, entre lusitanos e castelhanos perdurou mesmo após estes territórios terem se tornado independentes de suas metrópoles. Uruguai seria estratégico para ambos os Estados, porque controlaria o delta do Prata, que deságua no oceano Atlântico, e, conseqüentemente controlaria os países mediterrâneos. Para Mello a importância do território uruguaio se deve ao fato de

¹³ Correspondia, inicialmente, ao território colonial espanhol localizado a leste do rio Uruguai abrangendo os atuais estados do Paraná e Santa Catarina a até próximo a desembocadura do rio da Prata. Com a colonização portuguesa na região denominada Sete povos das Missões, esse território restringe-se a atual forma do Estado uruguaio.

Situado junto à embocadura do rio da Prata, porta de entrada para as vias fluviais que conduziam ao interior do continente, o país foi alvo do expansionismo luso que ali fundou em 1680, defronte a Buenos Aires, a Colônia de Sacramento. Desde então, o Uruguai se tornou o “*punti dolens*” da rivalidade luso-castelhana pelo controle do estuário platino e, no pós independência, do antagonismo brasileiro-argentino na bacia do Prata (MELLO, 1997, p. 191).

Após mais de duas décadas de conflitos pelo domínio do território uruguaio, agora chamado de Cisplatina, e, por imposição da Inglaterra, que estaria sendo prejudicada em seus negócios na parte austral da América do Sul, os governos do Brasil e da Argentina decidem pela soberania política ao país platino, como forma de finalizar os conflitos gerados pelo seu controle. O Estado uruguaio foi fundado como forma de dissipar os conflitos e rivalidades pelo controle do rio da Prata entre os Estados do Brasil e Argentina, atuando como um Estado-tampão¹⁴. O quadro 7 indica a formação da fronteira dos Arco Central e Sul após os diversos conflitos que ocorreram antes que se chegasse a atual configuração.

Quadro 7 - Formação das fronteiras do Arco Central e Arco Sul

CONSTITUIÇÃO DAS LINDES DA SEÇÃO CENTRO - SUL DO BRASIL				
LINDES	FRAGMENTO	EXTENSÃO (KM)	PERÍODO	GÊNESE
Argentina	PR, RS, SC	1.263	Colonial/Nacional	Arbitramento/intermetropolitana
Bolívia	MT, MS, RO	2.508	Colonial/Imperial	Intermetropolitana/ Negociação
Paraguai	MS, PR	1.339	Imperial	Guerra
Uruguai	RS	1.003	Imperial	Guerra

FONTE: Adaptado de Magnoli (1997) por Lenivaldo Marques, 2018.

O Brasil deixou de ter problemas fronteiriços ainda no início do século XX, quando os últimos impasses foram resolvidos com Holanda, Peru e Colômbia. Desde então suas zonas lindeiras têm sido de constante tranquilidade prevalecendo o intercâmbio cultural e econômico nas zonas de contato entre as populações, não apresentando questionamentos territoriais com nenhum dos nove Estados Nacionais e uma possessão francesa com os quais faz limites fronteiriços. Ao longo do processo de formação territorial brasileiro desde seu início colonial pode-se analisar que os ganhos de território foram maiores que os territórios, em que o Brasil teve que ceder

¹⁴ É um Estado criado como forma de conter guerras ou choque entre dois Estados Nacionais. Na América do Sul o caso uruguaio é o mais nítido caso de Estado-tampão. O país obteve sua independência com o apoio inglês, devido aos inúmeros conflitos que eram constantes entre a Argentina e o Império do Brasil, que ao longo dos anos alteraram o domínio da área (PECK e CARNEIRO, 2014, p. 30).

para seus vizinhos. A figura 8 aponta as fronteiras atuais do Estado brasileiro, que se constituíram nos períodos colonial, imperial e republicano, respectivamente.

Vale ressaltar a atuação de três grandes brasileiros que se sobressaíram na defesa dos interesses territoriais em cada período histórico do Estado brasileiro. Alexandre de Gusmão foi quem iniciou o processo de ganhos territoriais ainda a serviço da coroa portuguesa, nas negociações diretas com o reino de Castela. As negociações iniciadas por Gusmão em Madri estavam alicerçadas no conceito do *uti possidetis*, tendo como base os acidentes geográficos como limites entre os dois reinos ibéricos.

Na fase do Brasil Império emerge a figura de Duarte da Ponte Ribeiro, Barão da Ponte Ribeiro tendo como missão, dar continuidade aos processos demarcatórios fronteiriços com os vizinhos hispânicos. Fez uso dos mesmos conceitos utilizados por Gusmão, alcançando vitórias importantes nos acordos com os Estados limítrofes. No entanto, no início do período imperial, dentro da própria cúpula do governo haviam vozes dissonantes com relação ao instrumento do meio utilizado para as negociações de fronteiras, uma vez que essas vozes ponderavam como o mais benéfico para o império os acordos quando da assinatura do Tratado de 1777. Porém, Ponte Ribeiro ressalta a sua importância, ao defender a utilização do conceito do *uti possidetis* citando o início das negociações do acordo fronteiriço com o governo da Bolívia.

Convencido como estou de que é conveniente ao Brasil consentir na declaração feita pelo Governo da Bolívia, de terem caducado os Tratados que ligavam as Potências [coloniais] (...) segue-se que toda a questão de limites ficará reduzida ao princípio do *uti possidetis*: a sanção deste princípio é de todo meu empenho, e o consignei como acessório a ver se passa: chamando imediatamente a atenção sobre o comprometimento de celebrar o tratado especial de navegação fluvial, que tanto desejam (Apud SOUZA, 1952, p. 114).

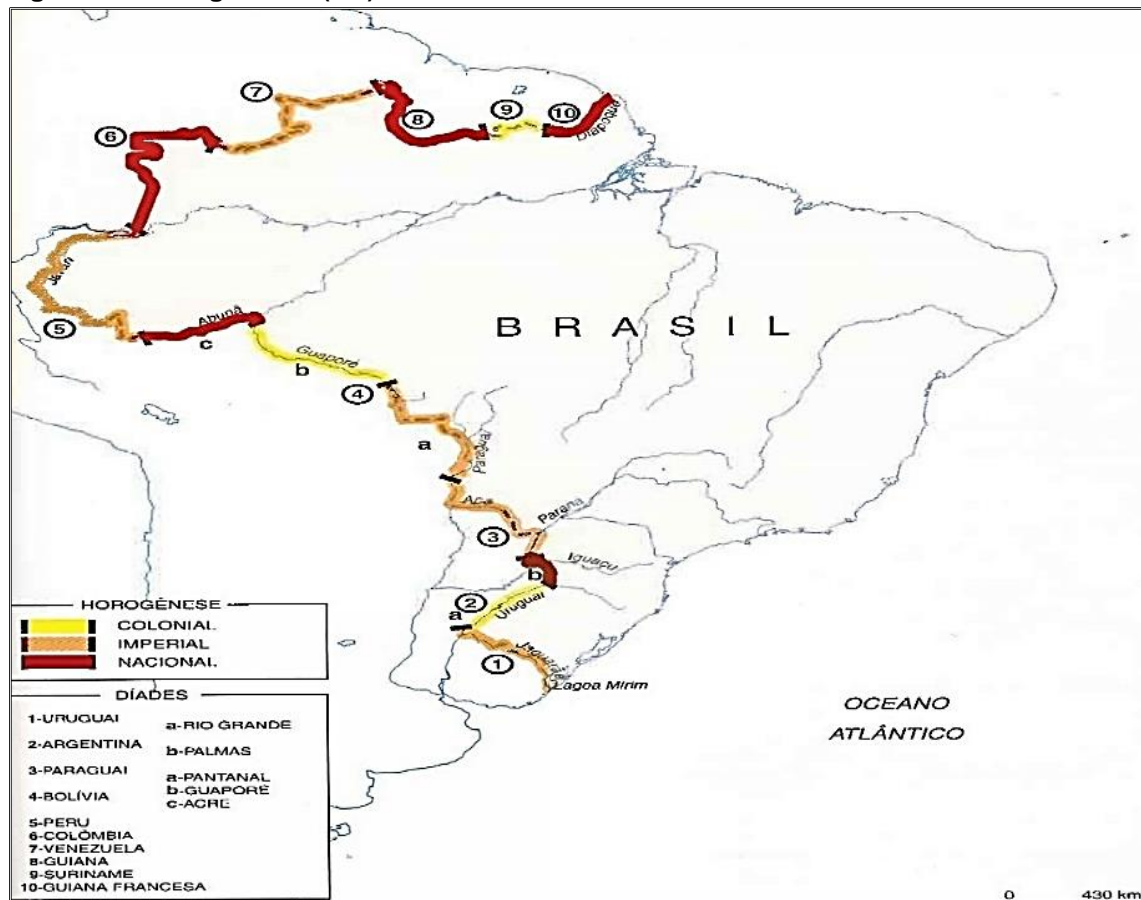
Por fim, esse conceito passa a ser regra geral dentro do Império brasileiro a partir de 1849, quando o Visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Souza assume a pasta dos Negócios Estrangeiros (GOES, 2013). O Império brasileiro não aceitou e não adotou o conceito criado no Tratado de Ildefonso, *uti possidetis juris*, por considerar que não consubstanciava de forma fidedigna a realidade do território em disputa. Do ponto de vista do rearranjo espacial das novas repúblicas hispano-americanas que estavam surgindo, o *Juris* teve uma importância primordial, uma vez que documentos confeccionados ainda em sua fase de vice-reinados foram fundamentais para definir suas fronteiras comuns. Mas, para as demandas imperiais

brasileiras o *ita possideatis* seria mais conveniente. Para Accioly (1938) este conceito repousa em uma afirmação contraditória. Goes constata que o Tratado de 1777

No fundo significaria comparar os documentos possuídos sobre certa região, por cada um dos Estados em que foram transformadas as antigas unidades administrativas dos Vice-Reinados. Ora, isso seria determinar quem tem mais direito a um território e não quem tem dele realmente a posse, o elemento essencial do princípio. Desde o Direito Privado Romano, donde provém, quando o juiz determinava, em certos casos de dúvida sobre a propriedade de um bem, que quem tivesse a posse ficaria com ele até a decisão final: *uti possidetis, ita possideatis* (como possuiis, assim possuias), era a fórmula utilizada (GOES, 2013, p. 31).

Outro brasileiro a atuar nas diversas demandas territoriais ainda existentes, foi Jose Maria Paranhos, Barão do Rio Branco. Sua relevância na geopolítica sul-americana se dá na fase do Brasil República. Sua atuação em dois controversos episódios fronteiriços, questões do Amapá e do Acre fizeram com que ficasse conhecido pela comunidade diplomática internacional. Foi o Barão do Rio Branco quem defendeu os interesses brasileiros nos acordos e arbitramentos nas disputas dos limites fronteiriços, que ainda haviam, principalmente na região amazônica, concluindo, dessa maneira, uma caminhada que havia se iniciado ainda no período em que o Brasil ainda era uma mera colônia ultramarina do Estado português.

Figura 8 - “Horogênese” (sic) das lindes do território brasileiro



FONTE: Magnoli (1997)

2.4 As Faixas de Fronteiras do Brasil e os *Neopuncti Dolents*

Não se pretende aqui teorizar sobre a criação de novos “territórios federais” para as regiões, que ainda não tenham alcançado um grau de desenvolvimento, que as permitissem manter-se por si mesmas, notadamente as de faixa de fronteira. No atual estágio de desenvolvimento do Brasil, não cabe mais esse tipo de estratégia geopolítica. O termo *puncti dolents*, cunhado por Rodrigues (1947) consistia em referencial teórico que designava algo maior na geopolítica do Estado brasileiro em relação aos vizinhos sul-americanos. Entretanto, aqui não serão empregados neste contexto, isto é, no sentido de “dominação geopolítica” deste ou daquele Estado limdeiro pelo Brasil.

Os pontos nevrálgicos da atualidade perpassam as relações geopolíticas entre os Estados nacionais sul-americanos e se configuram em uma escala global (se materializam na forma de tráfico de drogas, de pessoas, de animais, além de contrabando de cigarros, eletroeletrônicos, de armamentos, provocando novas dinâmicas nas relações entre os Estados vizinhos), mas, que possuem potencial de

afetar o cotidiano dos arcos fronteiriços, irradiando-se para outras regiões do Brasil. Atualmente existem algumas zonas de fronteiras, que poder-se-ia destacar como sendo os novos *puncti dolentes*¹⁵ do Estado brasileiro. Destes, destacam-se três zonas lindeiras, ao longo dos três arcos de fronteira do Estado brasileiro, por apresentarem problemas com potencial de elevar a tensão nas suas bordas¹⁶.

Iniciando pelo Arco Sul, poder-se-ia destacar a Tríplice Fronteira formada por Argentina, Brasil e Paraguai. O problema nessa tríplice fronteira reside no que Carneiro (2012, p. 84) chamou de “transfronteirização através do crime”, que seriam ilícitos como descaminho e o contrabando¹⁷, desde cigarros até armamentos de pequeno e grosso calibres, que são introduzidos, principalmente pela fronteira do Paraguai com o Brasil. A porta de entrada desses ilícitos se dá através da Ponte da Amizade (mostrado na figura 9), que liga os dois países, além da Argentina. O fluxo intenso e a falta de agentes da Aduana brasileira e da Polícia Federal para fiscalizar de forma adequada, tem contribuído para a entrada de mercadorias de uso proibido no Brasil ou sem pagar os tributos devidos para a Fazenda Nacional. Quando há um reforço na fiscalização do fluxo de pessoas e mercadorias que entram em território brasileiro através da ponte, as organizações criminosas que atuam na região, utilizam o rio Paraguai como rota de contrabando para transportar mercadorias das mais diversas para o lado brasileiro.

O tráfico internacional, também, tem se mostrado uma questão bastante sensível para os três lados dessa fronteira. Relatos de que terroristas, ou seus simpatizantes, estão atuando nessa fronteira como forma de difundir sua ideologia, bem como “lavar” dinheiro para financiar grupos terroristas muçulmanos, têm sido investigados pelos serviços de inteligência dos Estados lindeiros envolvidos, pois, muitos muçulmanos têm como domicílio esta tríplice fronteira. Carneiro afirma que

¹⁵ Cabral (2013 p.183) define que *Puncti dolentes* “é formado por uma área crítica onde se chocam forças geopolíticas antagônicas e que, por sua localização geoestratégica, pode constituir em um ponto de atrição capaz de deflagrar um conflito bélico entre dois ou mais países”.

¹⁶ Deve-se destacar que, diferentemente do conceito de *puncti dolens* destacado por Cabral, a qual se está utilizando, as problemáticas fronteiriças aqui levantadas estão mais sujeitas a implicações decorrentes de ações ilícitas, delitos que ocorrem nessas aglomerações fronteiriças, e não mais por indefinições de fronteiras ou influência geopolítica. Ou seja, novas dinâmicas transfronteiriças que envolvem os Estados vizinhos. Portanto, essas tensões são causadas por um terceiro ator, não estatal.

¹⁷Carneiro (2012 p. 87) define descaminho como o “ato de importar ou exportar mercadorias permitidas sem o devido respeito à legislação tributária, com o intuito de lesar o fisco. O descaminho possui característica eminentemente tributária”; O artigo 334 do Código Penal Brasileiro estipula como contrabando: “Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria”.

A população árabe da TBA¹⁸ é alvo de denúncias feitas por autoridades dos Estados Unidos. De acordo com Washington, alguns membros da comunidade árabe da Tríplice Fronteira fazem parte da rede internacional que financia o terrorismo no Oriente Médio. Por esse motivo, após os ataques de 11 de setembro de 2001, o governo George W. Bush ativou um mecanismo chamado Diálogo 3+1 sobre Contraterrorismo, que consiste em encontros periódicos entre os Estados Unidos, Brasil, Paraguai e Argentina para discutir a segurança e o controle das movimentações financeiras na Tríplice Fronteira (CARNEIRO, 2012, p. 92).

Embora ações sejam implementadas pelas autoridades dos três países para combater esses crimes, tais ações ainda são muito incipientes para mitigar a problemática dos ilícitos que ocorrem nesta zona limdeira.

Figura 9 - Ponte da Amizade na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.



FONTE: Carneiro, 2013.

No Arco central poder-se-ia citar a fronteira entre o Brasil e Bolívia, mais precisamente entre os municípios de Corumbá e Puerto Quijarro, respectivamente (como indica a figura 10). O tráfico internacional tem elegido essa fronteira como porta de entrada de diversas drogas para o território brasileiro. Os esquemas de tráfico internacional de drogas tem sido de transportá-las em pequenas quantidades para evitar maiores suspeitas (Costa e Oliveira, 2014). E complementam

[...] há diversas estradas vicinais (chamadas de cabriteiras) que alimentam a entrada de drogas e armas para o Brasil; também próximo à aduana se encontrava a famosa “trilha do gaúcho”, onde passava um grande fluxo diário de pessoas e funcionava também como passagem de muitas mercadorias ilícitas, facilitando a mobilidade de pessoas que trabalhavam com o contrabando de roupas ou com o comércio de drogas. Essa trilha foi fechada

¹⁸ Tri-Border Area

recentemente pelo Exército (devido a denúncias de mídia televisiva), já que a mesma se situa em área militar (COSTA E OLIVEIRA, 2014, p. 223).

Como consequência, a violência gerada por estes delitos tem se destacado nessa sociedade fronteiriça. Ações combinadas, como a Operação BraBo (Brasil e Bolívia) têm sido realizadas pelos agentes de segurança estatais, como forma de coibir crimes transfronteiriços, tais como tráfico internacional de drogas, pessoas e animais silvestres, além de apreensão de armas, que teriam como destino organizações criminosas de grandes centros urbanos brasileiros.

Merece destaque, também, a fronteira com a Bolívia a partir do estado de Rondônia, mais precisamente, o município de Guajará Mirim e seu homônimo boliviano Guayaramirín. Esta fronteira tem sido utilizada como rota de entrada de entorpecentes, principalmente a maconha, oriundos da Bolívia e do Paraguai, na tentativa de burlar a fiscalização dos agentes brasileiros incumbidos de combater o tráfico internacional.

Figura 10 - Fronteira entre Brasil (MS) e Bolívia.



FONTE: diarioonline.com.br/?s=noticia&id=63912

Recentemente o Parlamento boliviano aprovou uma lei polêmica, que diz respeito aos automóveis de origem brasileira que circulavam em território boliviano, com placas brasileiras, e, que estavam com registro de furto em território brasileiro. O presidente da Bolívia, Evo Morales Ayma sancionou a Lei de nº 133 de 08 de junho de 2011, criada com o objetivo, segundo autoridades brasileiras, de legalizar tais veículos em território boliviano. Este decreto, em seu artigo 1º, destaca

Establecer por única vez un programa de saneamiento legal de los vehículos automotores a gasolina, gas natural vehicular (GNV) y diesel, así como de mercancías consistentes en tractores, maquinaria agrícola, remolques y semirremolques, indocumentados que al momento de la publicación de la presente Ley se encuentre en el territorio aduanero nacional y de aquellos que estén en depósitos aduaneros y zonas francas nacionales, de acuerdo a las condiciones establecidas en los siguientes artículos (ASAMBLEA LEGISLATIVA PLURINACIONAL DE BOLÍVIA, 2011).

Esta celeuma criou mal-estar diplomático entre os dois Estados limdeiros, tendo em vista que incentivava o furto de veículos automotores no Brasil, prejudicando seus proprietários e a economia como um todo.

Partindo em direção ao Arco Norte da faixa de fronteira do Brasil, privilegiou-se a Tríplice Fronteira Amazônica, localizada na mesorregião do Sudoeste amazonense, na microrregião do Alto Solimões, no estado do Amazonas, embora outras zonas de fronteiras desse Arco merecessem atenção quanto às proposições limdeiras.

Participam dessa Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru representadas por Tabatinga, Letícia e o povoado de Santa Rosa, respectivamente. Os limites com a Colômbia têm sido a de maior dinamismo e preocupação, tanto em escala regional, quanto nacional e internacional. Dentre as maiores preocupações estão as atividades de guerrilha, representada pelas FARCS, com atuação, inclusive, nas bordas da fronteira entre os dois Estados¹⁹. Vale ressaltar, que recentemente foi assinado um acordo de paz entre esse grupo guerrilheiro e o Estado colombiano, sendo que as FARC, na atualidade, se transformou em partido político, atuando agora na esfera legal. Com a deposição das armas pelas FARCS, o contrabando de armas de grosso calibre tem se intensificado nessa tríplice fronteira amazônica, e que tem abastecido grupos criminosos nas cidades brasileiras, com armamentos originários da Europa Oriental, notadamente da Rússia.

Outras duas questões ainda são pendentes em relação a este Estado limdeiro. A primeira diz respeito a extração e comercialização de peixe, especialmente os peixes lisos²⁰, que são bastante apreciados na parte setentrional da Colômbia. O problema está em que muitos destes bagres são extraídos de rios localizados em território brasileiro, tanto por embarcações brasileiras quanto por barcos colombianos, sem recolher os impostos devidos, configurando-se contrabando. A outra questão é que essa fronteira tem servido de corredor para a passagem de drogas ilícitas,

¹⁹ O acontecimento de maior repercussão talvez tenha sido o ataque a uma pequena guarnição do Exército brasileiro localizado às margens do rio Traíra, em 1991 (Folha de São Paulo, 02/03/1991, p.1).

²⁰ Peixes lisos são assim chamados os bagres pelos habitantes dessa tríplice fronteira, onde Tabatinga está localizada.

notadamente cloridrato de cocaína. Portanto, essa tríplice fronteira faz parte da rota internacional desse entorpecente, que tem como mercado final os grandes centros consumidores dentro do Brasil, EUA e Europa. Mesmo que o Brasil não cultive a planta de coca e, conseqüentemente não seja produtor de cloridrato de cocaína, a fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru tem se caracterizado pelos altos índices de violência, principalmente homicídios, em decorrência de disputa de grupos criminosos que atuam nessa região.

As questões entre os Estados brasileiro e peruano estão relacionadas, além do tráfico de entorpecentes, à questão da extração ilegal de madeira na região conhecida como Vale do Javari. As autoridades ambientais brasileiras acusam as serrarias localizadas no lado peruano do rio Javari, de extraírem madeiras do lado brasileiro e levando-as ao lado peruano²¹ (MARQUES *et al*, 2005). O problema está na imprecisão da fronteira fluvial. As toras ao serem lançadas ao rio não se tem a certeza se as mesmas foram extraídas do lado brasileiro ou peruano dessa fronteira. Com isso, o ilícito não se configura, o que impede uma ação mais enérgica por parte das autoridades ambientais brasileiras.

A fronteira com o Peru tem se destacado, também, por estar se tornando zona de plantio da folha da coca, trazendo para a zona lindeira de Tabatinga com Santa Rosa grupos de criminosos com atuação internacional. Tal situação tem sido comprovada a partir da constatação de que o transporte de entorpecentes pelos rios amazônicos tem acrescentado um componente a mais: o segurança ou escolta dos traficantes que transportam os ilícitos. Este fato ficou evidenciado quando uma patrulha de agentes da Polícia Federal baseados em Manaus, foram surpreendidos ao abordarem uma embarcação em atitude suspeita. Dois agentes vieram a óbito quando disparos com armas de grosso calibre foram efetuados por estes “seguranças” da embarcação²².

Ainda há o ressurgimento do grupo terrorista peruano Sendero Luminoso, que havia sido desarticulado há alguns anos com a prisão de seu principal líder, Abimail Guzmán. Após a prisão do seu líder, este grupo praticamente se desarticulou. No entanto, na primeira década do século XXI, começam a surgir diversas facções desde

²¹Há a necessidade de atualização da informação, visto que já se passou uma década desde os primeiros campos sobre esta temática.

²²Segundo informações da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF), homens armados estavam em outra embarcação dando cobertura aos traficantes e abriram fogo contra os policiais. Extraído do site oglobo.globo.com/brasil/policiais-federais-morrem-em-tiroteio-com-trafficantes-no-amazonas-2924818. Acesso em 08/03/2018.

grupo, considerado terrorista pelo Estado peruano, sendo a mais ativa e principal facção neosenderista (O'SHEA, 2017) o Partido Comunista del Peru Militarizado, baseado, principalmente no Valle del Río Apurimac, Ene y Montaro (VRAEM)²³. O'Shea cita que este grupo

Utilizan un lenguaje pseudomarxista a la vez que se involucran en prácticas narco-capitalistas, siendo el narcotráfico su principal fuente de financiamiento. Sin embargo, el narcotráfico no es su principal fuente de financiación sino también era una forma de acercarse a la población y ganarse su confianza tras la violenta relación que había mantenido Sendero Luminoso tradicionalmente con el campesinato. Esta nueva estrategia se centra en conseguir apoyos entre la población – esenciales para la victoria – involucrándolos y apoyándolos en la producción y el transporte de droga (principal fuente de ingreso en la zona) mediante vías de cohesión en vez de coercitivas como en el pasado (O'SHEA, 2017, p. 10).

A principal dissidência do Sendero Luminoso reiniciou sua atuação, principalmente a partir da floresta peruana de Ayacucho, na região central do território peruano, aliando-se aos grandes produtores de folha de coca e aos grupos criminosos que fabricam o cloridrato de cocaína, seguindo a mesma “cartilha” de seu homônimo colombiano. Estas dinâmicas de grupos criminosos acabam convergindo para a faixa de fronteira com o Brasil, notadamente nas zonas lindeiras com os estados do Acre e na Tríplice Fronteira Amazônica com Brasil e Colômbia, no estado do Amazonas. Portanto, estas problemáticas no trato fronteiriço têm provocado novos pontos dolorosos na relação geopolítica entre os Estados lindeiros com o Brasil, que compõem os três arcos fronteiriços, que serviram de base para a análise dos *puntum dolens* que os Estados lindeiros sul-americanos terão que enfrentar.

²³ El Vraem se extiende a lo largo de 400 kilómetros de longitud y abarca un área aproximada de 12,081 kilómetros cuadrados de selva alta. Es una zona con gran diversidad ecológica y geográfica, consta de altitudes que van desde los 540 hasta los 3000 metros sobre el nivel del mar. Se estima que la población de dicho ámbito geográfico se encuentra asentada en cerca de 460 centros poblados llegando a 125 mil habitantes. Se trata de un espacio aislado, con muy pocas vías de acceso vial y con un ecosistema propicio para el cultivo de la hoja de coca (DIAZ, 2015, p. 63).

Figura 11 - Municipalidade de Islândia, Peru²⁴



FONTE: Lenivaldo Marques, 2014.

Atualmente, o Estado brasileiro apresenta situação confortável nas suas linhas de fronteiras com os Estados limítrofes. A pretensão do Brasil em influenciar geopoliticamente os Estados vizinhos já não são mais condizentes com os novos rumos que estes mesmos vizinhos têm estabelecido no subcontinente sul-americano. A palavra chave na atualidade é integração. Acordos firmados entre os diversos países sul-americanos têm apontado para esse ponto de inflexão. As alianças regionais firmadas no âmbito político-militar, com a criação da União das Nações Sul-americanas (UNASUL) e no âmbito econômico, com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), tem provocado maior cooperação entre os Estados, limítrofes ou não.

Áreas de fronteiras que antes representavam pontos de atritos entre Brasil e os Estados limítrofes, têm se dissipado em nome dessa integração sul-americana. Entretanto, novos *punctis dolentes* têm sido identificados. Agora estes pontos de atritos são de outra ordem. Saem os pontos nevrálgicos entre o Brasil e os Estados limítrofes, e, apresentam problemas com outras roupagens, novos atores envolvidos, mais globalizados, e, que para combatê-los, necessitam de ações combinadas entre antigos “inimigos”, que agora atuam em conjunto para mitigar estas novas ameaças à soberania territorial de seus Estados. Com esse novo paradigma sul-americano, o Brasil procura se distanciar da imagem de um Estado imperialista, que fazia exercer a sua influência através de seu poder econômico, demográfico e militar na relação

²⁴ Região da Tríplice Fronteira, na microrregião do Alto Solimões, estado do Amazonas. Porto principal da Municipalidade de Islândia, território peruano, fronteira com o município brasileiro de Benjamin Constant, localizados na foz do rio Javari na sua margem direita.

com os países vizinhos no período em que estava modelando suas zonas lindeiras, desde a fase colonial até a fase republicana.

CAPÍTULO 3 - O BRASIL REFORÇA SUAS FRONTEIRAS: O ENDURECIMENTO DO COMBATE AOS CRIMES FRONTEIRIÇOS COM BASE NA CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS (ENAFRON)

3.1 As zonas lindeiras brasileiras: Terra de ninguém?

As fronteiras externas do Estado brasileiro têm experimentado estabilidade desde o início do século XX quando José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco encerrou o ciclo de contestações fronteiriças com nossos vizinhos sul-americanos, já no período republicano. Portanto, há mais de um século que a configuração territorial brasileira permanece inalterada. Apesar dessa aparente tranquilidade de suas zonas lindeiras, o Estado brasileiro atuou e atua nessas regiões com o intuito de resguardar e assegurar a soberania de importante fatia territorial nacional. Esta preocupação com as lindes surge como consequência de uma política colonial de resguardar a integridade territorial da colônia portuguesa na América do Sul. Porém, foi somente no governo do Imperador Pedro II que a preocupação com o território que se encontra próximo as fronteiras externas do Brasil, ganhou notoriedade no debate nacional, como destacado no quadro 8.

Quadro 8 - Evolução das Faixas de Fronteiras no Brasil

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAIXA DE FRONTEIRA NO BRASIL			
PERÍODO	LARGURA DA FAIXA	LEI / ARTIGO	CONSTITUIÇÃO
Imperial	10 léguas (66 km)	Lei 601 de 1850; Artigo 01. Regulamentada em 1854 pelos artigos 82 a 86	Constituição Política do Império do Brasil 1824
Republicano	Não determina	Não indica a lei; Art. 64	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 1891
Republicano	100 km	Não indica a lei; Art. 166	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 1934
Republicano	150 km	Lei 2.597 de 1955; Art. 176 / 180	Constituição dos Estados Unidos do Brasil – 1946
Republicano	150 km	Lei 6.634 de 1979 e Decreto 85.064 1980; Art. 89	Constituição da República Federativa do Brasil – 1967
Republicano	150 km	Não especifica a lei; Artigo 20 / 91	Constituição da República Federativa do Brasil – 1988

FONTE: Adaptado de Borba (2013) por Lenivaldo Marques, 2018.

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, em seu Artigo 20 e § 2º contempla a faixa de fronteira como sendo “A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei”. Esta faixa, com cerca de 15.718 km de extensão, na porção ocidental do território brasileiro abrange 11 estados brasileiros, 10 milhões de habitantes, 27% do território nacional, 588 municípios, sendo que 122 estão localizados na linha de fronteira. Esta longa extensão territorial, equidistante com as linhas fronteiriças tem provocado problemas para alguns dos estados brasileiros, notadamente Roraima e Acre, uma vez que seus territórios municipais estão completamente dentro da faixa de fronteira. Estudos realizados por Machado, para o Ministério da Integração nacional, cita que

[...] Roraima e Acre, têm seus territórios totalmente incluídos na Faixa de Fronteira, fato que tem provocado repetidas reclamações de seus governos a respeito das limitações impostas a todo o território estadual pela legislação que instituiu a Faixa de Fronteira. Curiosamente não é aventada a possibilidade de redução do tamanho dos municípios pela alteração da malha municipal, prerrogativa devolvida aos governos estaduais pela atual Constituição e que colocaria vários municípios fora do polígono de 150 km, tanto no Acre como em Roraima (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA, PDF, 2005, p. 54).

Dentro da América do Sul, somente Brasil (150 km), Bolívia (50 km), Peru (50 km), Paraguai (50 km²) além de Colômbia, Equador e Venezuela (que não especificam a largura de suas faixas fronteiriças) constituíram faixas de fronteiras em seus territórios limítrofes. Os demais países do subcontinente sul-americano não apresentam esta organização espacial fronteiriça. No caso específico brasileiro, esta enorme faixa do território limítrofe termina por ficar dependente das ações do governo central. A partir desse fato criou-se uma “cultura” de que os territórios que estão localizados em faixa de fronteira, ficam “dependentes” das políticas que o poder central empreenda de forma direta, para alavancar o desenvolvimento dessas localidades, tornando estados e municípios meros atores passivos dentro desse processo de desenvolver o local, como forma de garantir a soberania territorial. Essa passividade decorre da interpretação de que, dentro dos 150 km de faixa de fronteira, todas as ações somente podem ser executadas mediante autorização do Conselho de Defesa Nacional (CDN), criando condição de dependência em relação ao poder central.

No entanto, é na zona de fronteira, que ocorrerá o contato entre as populações dos países que possuem fronteiras entre si. O Brasil apresenta limites fronteiriços com nove Estados Nacionais e o território ultramarino da França. Portanto, é uma extensa área onde ocorrem contato direto entre culturas diferentes. Estas relações fronteiriças têm trazido excepcional ganho para os dois lados, uma vez que as interações dessas populações têm proporcionado intercâmbio não só cultural, mas, econômico e político singulares, que não se reproduzem em outras zonas de contato lindeiras. Entretanto, vale diferenciar Faixa de Fronteira e Zona de Fronteira. Em seu trabalho para o Ministério da Integração Nacional, Machado diferencia estas duas vertentes conceituais sobre fronteira.

A Faixa de Fronteira do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 150 km de largura (Lei 6.634, de 2/5/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional. A largura da Faixa foi sendo modificada desde o Segundo Império (60 km) por sucessivas Constituições Federais (1934; 1937; 1946) até a atual, que ratificou sua largura em 150 km (p. 9). [...] Grosso modo, a zona de fronteira é composta pelas 'faixas' territoriais de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional das interações transfronteiriças (PDFF, 2005. P. 152).

Conquanto o termo faixa de fronteira vem sendo previsto nas constituições federais brasileira até 1988; o conceito de zona de fronteira não é contemplado por esta mesma constituição, sendo utilizada somente pelos estudos realizado nas academias, para definir a área de contato direto entre populações lindeiras distintas. Steiman (2012, p. 156) define zona de fronteira como “espaço de interação juridicamente impossível, uma vez que pertence simultaneamente a mais de um Estado”. Portanto, embora o conceito esteja bastante difundido nos meios sociais e acadêmicos, não é institucionalizado. Porém, é onde este trabalho de pesquisa irá se ater.

Para a fronteira oriental com o Oceano Atlântico, o Estado brasileiro criou programas específicos, com a finalidade de proteger as riquezas encontradas sob as águas jurisdicionais dentro das 200 milhas náuticas estabelecidas pelo Brasil como Zona Exclusiva Econômica (ZEE)²⁵. Couto e Silva (1967, p.45) constata que o

²⁵ Em conformidade, com a CNUDM, o Brasil faz referência à ZEE nos arts. 6º e ss. da Lei nº 8.617/93: Art. 6º A zona econômica exclusiva brasileira compreende uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial. Art. 7º Na zona econômica exclusiva, o Brasil tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não-vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, e no que se refere a outras

“Atlântico passa a figurar nada mais do que um simples Mediterrâneo maior”, fazendo uma analogia entre este oceano e aquele mar, por sua importância para o comércio mundial. Por conta de seu grande potencial econômico e sua grande biodiversidade, o Brasil, através de sua Marinha de Guerra cunhou o termo Amazônia Azul e apresentou este imenso território marinho, como pertencente ao conjunto do território nacional, na Convenção das Nações Unidas sobre os direitos ao Mar (CNUDM). Embora não sendo reconhecido por alguns países participantes deste tratado, o Congresso Nacional Brasileiro ratificou a demanda de nossa marinha. Esta nova delimitação do mar territorial brasileiro é importante, pois,

Essa nova delimitação corresponderia à metade do território terrestre atual, sendo comparado a uma nova Amazônia. Com a aquisição dessas novas terras, o Brasil ganharia em fatores estratégicos e econômicos, visto que 95% do nosso comércio exterior passam por essa extensa área marítima. É objetivo da Marinha, dentre outros, enfatizar a promoção da soberania do Estado nessa nova faixa, focando no desenvolvimento e eficiência das vertentes econômica, ambiental e científica [...] (BARBALHO et al., s.d. p. 15).

Não obstante a fronteira oriental possua seus problemas específicos, as maiores atenções do Estado brasileiro têm sido a sua linde ocidental, uma enorme massa continental que faz contato com quase todos os países sul-americanos, à exceção do Chile e Equador. Esta grande porção territorial tem sido alvo de constantes perturbações sociais, que se refletem nos grandes centros demográficos. Estas perturbações se materializam na forma das mais diversas, desde lavagem de dinheiro, contrabando, suspeita de células terroristas até o tráfico humano, passando pelo tráfico de armamentos e de drogas. O Estado brasileiro tem criado programas e estudos dirigidos às zonas de fronteiras, com o intuito de combater e aprimorar estratégias de desenvolvimento socioeconômico específicos para estas localidades. Estas estratégias têm sido criadas como forma de garantir emprego e renda para as populações lindeiras na tentativa de evitar o envolvimento dessas populações com os ilícitos que são detectados nesses territórios.

3.2 O Sistema Integrado de Monitoramento de fronteiras (SISFRON)

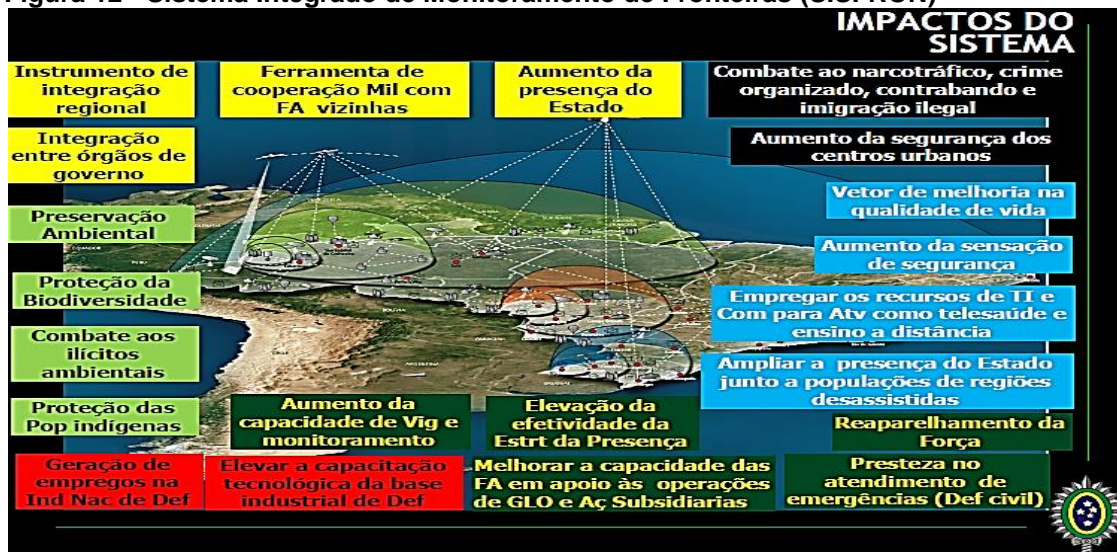
Um dos programas de controle e vigilância de maior destaque, idealizado para a sua fronteira oeste, ainda em fase implantação pelo Estado brasileiro, através do

atividades com vistas à exploração e ao aproveitamento da zona para fins econômicos (GONÇALVES, 2002, p. 3).

Exército Brasileiro (EB) tem sido o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Programa com características militares, mas, que se readequou a partir do Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016, para abranger ações, que envolvam outros órgãos estatais nas três esferas do poder executivo. “A diretriz principal desse diploma legal é a atuação integrada dos órgãos de segurança pública, das Forças Armadas, Vigilância Sanitária e da Receita Federal, além de outras agências federais, estaduais e municipais”²⁶, como mostra a figura 12. Barbalho destaca que este sistema

[...] foi concebido por iniciativa do Exército brasileiro, com o apoio da Marinha e da Força Aérea, abarca os 16.886 km de fronteiras terrestres nacionais. É o maior projeto de vigilância de fronteiras em execução no país, e orienta a organização das Forças Armadas em monitoramento/controle, mobilidade e presença. Além de enfatizar o aumento de Unidades das Forças Armadas nas fronteiras, estimulam a indústria nacional para conquistar a autonomia em tecnologias de defesa. O SISFRON, bem como os demais projetos sob a coordenação do Ministério da Defesa (MD), será mais abordado na seção referente às ações do MD (Barbalho et al, s.d. p. 9).

Figura 12 - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)²⁷



Estas e outras ações advindas do governo federal têm apontado para uma maior parceria e integração com os entes federados. No entanto, a prática tem exposto as dificuldades de sinergia com todos os demais atores envolvidos nas ações de segurança pública, que se desenrolam nas faixas de fronteiras com os países vizinhos do Brasil. O maior impedimento está na própria estrutura criada pelo Estado Nacional brasileiro.

²⁶ Site do Escritório de Projetos do Exército Brasileiro (<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>).

²⁷ www.suframa.gov.br/fiam/arquivos/serminarios2011/9/painel-1-palestra-1-general-villas-boas.pdf.

A existência de distintas organizações estatais que combatem a sonegação e da esfera da segurança pública nas três esferas do poder executivo, acaba por concentrar as atribuições, cada vez mais ao governo federal, do que partilhar as responsabilidades com as esferas estadual ou municipal. Pode-se perceber essa concentração, por exemplo, ao constatar que delitos transfronteiriços são atribuição da esfera federal, limitando a atuação dos seus congêneres estaduais e municipais. Portanto, definir atribuições com maior clareza a todas as secretarias envolvidas, traria ganhos incomensuráveis e evitaria trabalhos repetitivos, garantindo eficiência na atividade fim dessas secretarias.

Os municípios localizados nas faixas de fronteiras são atores de primeira ordem na conformação dessas políticas de defesa e segurança, o que provoca reflexos nas ações sociais diárias, pois, estão diretamente conectadas com o “outro lado”. No entanto, este protagonismo não se sobressai devido a política institucional do governo central. Quando se analisa o marco jurídico no artigo 20 e § 2º da nossa constituição federal, nota-se que somente o governo federal tem a prerrogativa de criar leis específicas para as faixas de fronteiras, deixando os outros entes federados, sem autoridade legal para criar condições normativas, que possam facilitar a convivência com as populações do Estado vizinho, nas fronteiras externas localizadas em seu território. A questão municipal é ainda mais delicada, uma vez que é o local de contato com o território do Estado limdeiro. Não se tem nenhuma brecha nas leis, criadas para organizar o Estado Nacional como um todo, mas, que ignora justamente as suas zonas fronteiriças.

Portanto, cria-se um dilema em que as sedes municipais não podem promulgar leis específicas para a realidade local porque a constituição federal não permite. Embora seja o município a sofrer a ação federal quanto ao combate aos ilícitos, que ocorrem nas periferias do território nacional, o município não participa das ações de repressão e combate. Sua participação é inexpressiva no que diz respeito ao planejamento das operações que são implementadas.

A fronteira percebida pelas populações dos grandes centros urbanos brasileiros é de uma região em que a lei não impera. Tal percepção vem a partir de uma visão distorcida, que se tem de que as fronteiras são lugares em que o Estado brasileiro não atua de forma a impedir a entrada de ilícitos, que acabam por transbordar para as grandes cidades, e, conseqüentemente aumentando os índices de violência nessas metrópoles. Isso ocorre porque as maiores zonas fronteiriças, mesmo apresentando

singularidades muito específicas, possuem problemas semelhantes entre si. As zonas de fronteiras, nos três arcos fronteiriços, despontam como porta de entrada de contrabando, tráfico e armamentos e lavagem de dinheiro.

Em nível de exemplo poder-se-ia ser citada a região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, que tem sido alvo, além de combate ao contrabando e tráfico de drogas e armas, de investigações por parte dos agentes de inteligência em virtude da informação de que há presença de células terroristas de origem muçulmana e lugar de lavagem de dinheiro para grupos terroristas árabes. Tal investigação tem sido respaldada por conta da grande colônia árabe formada nessa região fronteiriça. Pode-se citar outras percepções sobre a fronteira. Uma delas é de que o controle de entrada e saída de cidadãos de outros países, ocorre de forma muito fluida em todas as linhas fronteiriças, sem maior controle, e, que por conta dessa incipiente fiscalização facilitaria a entrada de criminosos.

Portanto, os problemas que ocorrem nas suas periferias nacionais, provocam essa visão distorcida das populações lindeiras, marginalizando-as ao criarem um estereótipo de que todos são criminosos ou coniventes com os crimes que lá ocorrem. No entanto, a fronteira vivida passa muito além dos problemas que são praticados nessas localidades.

O Brasil não possui problemas de relacionamento com nenhum dos países que conosco dividem um limite fronteiriço. Ao contrário, as zonas de contato direto entre Estados lindeiros tem propiciado um ganho cultural, social e econômico que ultrapassa as “ingerências” que os órgãos estatais dos dois lados da fronteira procuram consolidar como forma de evitar contrabando. Pensada para os grandes centros urbanos, as normas que procuram evitar descaminhos e barrar os ilícitos de entrarem no Brasil, não se adequam para as zonas lindeiras, pois, consideram contrabando as pequenas trocas comerciais, que acontecem nas bordas de seus países.

Com exceção da tríplice fronteira de Foz do Iguaçu, e, nas zonas lindeiras dos estados do sul e centro – oeste, onde o contrabando de produtos dos mais diversos invadem os grandes centros urbanos brasileiros, os municípios da região amazônica que fazem contato direto com o outro lado da fronteira, as transações comerciais entre si tem impacto insignificante na economia nacional como um todo. Isso decorre porque tudo que se compra nos dois lados, fica na fronteira. Porém, constituem complementaridades fundamentais para a vida diária de seus habitantes. Exemplo

disso pode-se citar a tríplice fronteira localizada no Amazonas entre Tabatinga (BRA), Letícia (COL) e Santa Rosa (PER), em que cada um dos países que participa dessa fronteira, apresenta importância econômica específica na formação da cesta básica local, reduzindo o impacto da distância geográfica e do valor dos fretes, que culminaria no aumento do valor das mercadorias, por conta da grande distância dos principais centros fornecedores, como indica a figura 13 abaixo.

Figura 13 - Mapa da distância entre Tabatinga e as capitais que exercem influência sobre essa Tríplice Fronteira



Fonte: 2. Adaptado por Lenivaldo Marques, 2018.

Os agentes públicos que para essa fronteira são enviados, passam a ser fonte de recursos para a economia local, pois, seus vencimentos movimentam o seu circuito econômico. Os colombianos fazem uso do comércio tabatinguense para comprar produtos de primeira necessidade e alimentício, enquanto que os brasileiros compram produtos importados nas inúmeras lojas do centro daquela cidade. Em relação aos peruanos são grandes fornecedores de gêneros hortifrúti e enlatados. Os alimentos tradicionais são bastante apreciados pelos habitantes, assim como os diversos bares e clubes dançantes que atraem muitas pessoas, e ,que tocam músicas, tanto

brasileiras quanto peruana e colombiana. Os serviços médicos têm sido utilizados de forma diferenciados. Brasileiros e peruanos que podem pagar por uma consulta médica, utilizam os serviços privados oferecidos pelas clínicas médicas de Letícia. No entanto, os serviços médicos oferecidos gratuitamente ocorrem somente em Tabatinga. O Hospital Militar e as muitas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) atendem a brasileiros e peruanos, que habitam no lado brasileiro. Entretanto, como muitos dos peruanos estão de forma irregular dentro do Brasil, estabelecimentos hospitalares têm se recusado a atender essas pessoas. Assim, será a singularidade de cada zona de contato lindeiro, que se destacará e que as relações ali empreendidas se tornará única perante ao conjunto das características do Estado Nacional.

Figura 14. Tríplex Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, visto a partir do Porto da Feira Livre de Tabatinga²⁸



FONTE: Lenivaldo Marques, 2017

3.3 O Programa ENAFRON como novo paradigma de integração entre união, estados e municípios no combate aos ilícitos nas faixas de fronteiras

Buscando dar uma resposta aos anseios de maior controle e vigilância de suas fronteiras externas, além de levar sensação de segurança para as populações que habitam as zonas lindeiras, o Estado brasileiro elaborou estudos direcionados para as faixas de fronteiras, que abrangem a totalidade do território nacional localizados nessas faixas. Com base nas estatísticas sobre apreensões e violência ocasionada

²⁸ Comercialização de produtos oriundos de agricultura familiar de ribeirinhos no porto da feira livre de Tabatinga. Vale ressaltar que esses ribeirinhos vêm tanto do Brasil como Colômbia e Peru.

por estes ilícitos, o governo brasileiro elaborou uma série de estudos que culminaram na criação de programas, que atendessem e dessem uma resposta ao conjunto da sociedade nacional sobre o que estava ocorrendo em suas bordas fronteiriças.

Estas ações começam a se consubstanciar a partir de 2008 quando o Ministério da Justiça (MJ), através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) inicia estudos para a criação de projeto com atuação específica nas faixas de fronteiras. Para tanto, a SENASP se utiliza da própria experiência no combate ao crime de abigeato²⁹, que estava ocorrendo no Rio Grande do Sul. Porém, a grande vitrine foi a experiência vitoriosa de dois estados que possuem zonas de contato lindeiros, o Mato Grosso que criou o Grupo Especial de Segurança na Fronteira (GEFRON) e Mato Grosso do Sul com o seu Departamento de Operações de Fronteira (DOF)³⁰. Estas duas unidades federativas alcançaram resultados satisfatórios, implantando projetos específicos de combate aos ilícitos nas fronteiras de seus territórios. A partir dessas práticas exitosas foi instituído o projeto Policiamento Especializado na Fronteira (PEFRON). Tem-se o exemplo, ao destacar que

[...] o potencial de impacto desta iniciativa sobre a situação da segurança pública no Brasil foi retratado por uma ação de policiamento de fronteira – GEFRON – executada pelo governo do Mato Grosso, contando com a participação de 90 policiais militares. Em 5 anos, esta ação levou ao incremento de 1.000% no volume de veículos recuperados, 3.300% no volume de drogas apreendidas e 400% no número de armas apreendidas na zona de fronteira do estado do Mato Grosso. Fora estes indicadores de aperfeiçoamento da eficácia da atuação policial, cabe salientar ainda alguns indicadores de impacto direto sobre a qualidade de vida da população residente na região de fronteira. Devido à situação de insegurança que imperava antes da implantação do GEFRON, de 1996 a 2001, ocorreu uma redução de 10% na população residente nos municípios desta região. Esse quadro de alterou após a implantação da ação, havendo inclusive o retorno de antigos moradores. Outro sinal positivo desta melhora na situação de segurança pública foi o aumento do preço do hectare de terra na região de fronteira. Segundo a Associação dos Proprietários Rurais do Estado do Mato Grosso, o hectare de terra na faixa de fronteira Oeste do Mato Grosso aumentou de R\$ 700,00 para R\$ 2.000,00 com a implantação do GEFRON (PRONASCI - FRONTEIRAS, 2009, p. 5).

Este projeto objetivava o treinamento de agentes de segurança pública dos estados fronteiriços, para atuação nas faixas e zonas de fronteiras. Além do treinamento específico houve investimento em aquisições diretas de veículos, armamentos de menor letalidade, capacetes e coletes balísticos, entre outras

²⁹ É uma espécie de crime de furto que envolve animais domesticados, como animais de carga e animais de abate, no campo e fazendas.

³⁰ Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Programa ENAFRON (s.d. p. 39).

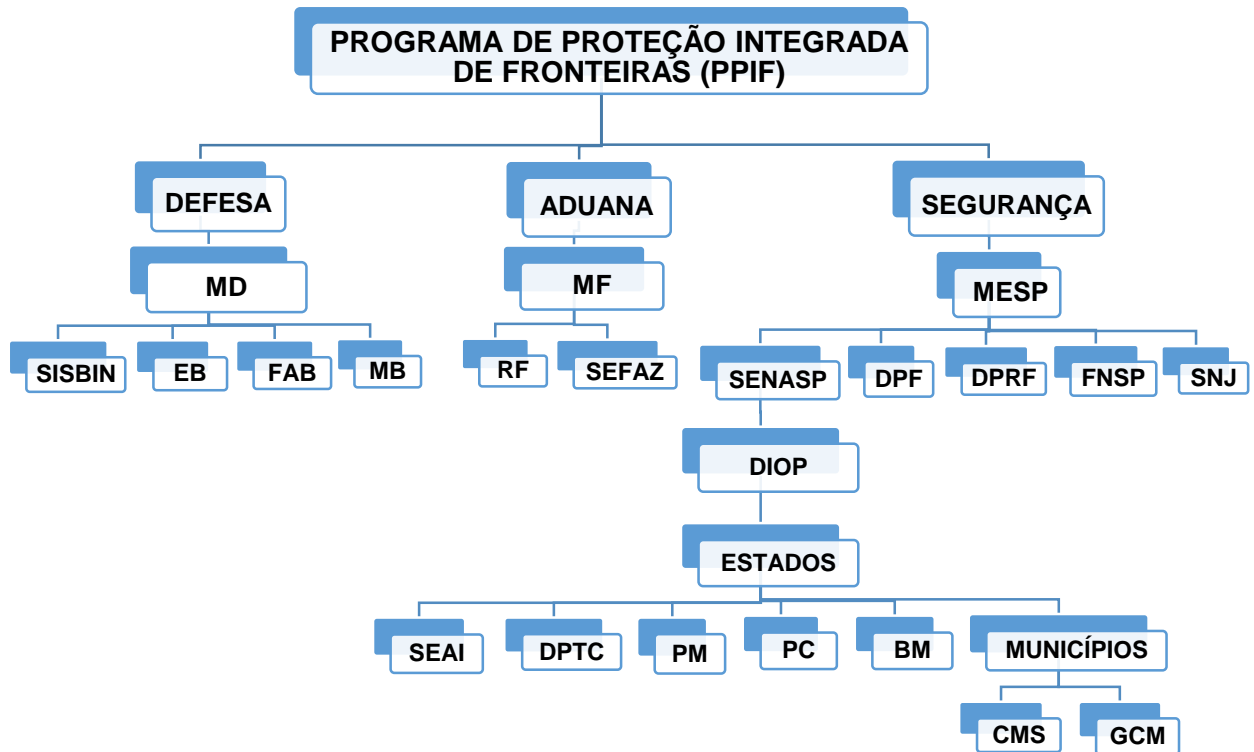
aquisições. No ano de 2011 o projeto Policiamento Especializado na Fronteira é encerrado e em seu lugar é instituído o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) com foco no fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira (Decreto nº 7.496 de 08 de junho de 2011). A SENASP cita que o plano tem como objetivo

[...] a atuação integrada dos órgãos de segurança pública, a Receita Federal, as Forças Armadas, e os órgãos correspondentes dos países vizinhos, devendo ser implementadas ações de integração federativa entre a União, Estados e Municípios situados na Faixa de Fronteira, mediante a formulação de projetos estruturantes e ações de cooperação internacional (ENAFRON, s.d. p. 43).

Nesta nova estrutura organizacional as áreas de defesa e segurança passam a atuar de forma coordenada nas faixas de fronteiras, além de órgãos de fiscalização aduaneiro. Aqui abri-se um parêntese sobre o conceito de segurança e defesa, tanto pública quanto a nacional. Tomando como base os conceitos estabelecidos por Bento (2013), pode-se definir a segurança pública como sendo a segurança dentro do Estado Nacional, contra violações e ameaças de seus pares, no interior do Estado. O combate a estas violações das normas, são executadas pelas polícias, e, estas são estruturadas de acordo com a organização de cada estado. A defesa nacional está voltada para a segurança do Estado contra ameaças a sua população e soberania por forças externas. São de responsabilidade das Forças Armadas, estruturadas de acordo com a constituição dos distintos Estados.

O Programa de proteção Integrada de Fronteiras apresenta três grandes eixos de trabalhos, que atuarão nas suas respectivas áreas com o intuito de definir as responsabilidades e ações de cada um dos atores envolvidos, com base nas diretrizes estabelecidas pelo decreto de sua criação, como destacados na figura 15 abaixo.

Figura 15 - Identificação dos atores de cada Ministério envolvidos na diretriz do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras



Organizado por Lenivaldo Marques, 2018.

As ações de caráter internacional combinadas com os países limítrofes ocorrem na esfera federal através de suas chancelarias, mas, se materializam em ações no local, tanto de segurança e defesa, passando por ações de cunho cívico e sociais com a finalidade de demonstrar que o Estado Nacional está atento ao que acontece em suas lindes. Muitas ações combinadas têm sido realizadas com certa periodicidade nas faixas e zonas de fronteiras do território brasileiro, como a Operação Multinacional AmazonLog, mostrada na figura 16. Entretanto, o tamanho de nossa linha fronteira, com mais de 16 mil quilômetros de extensão, com quase todos os países sul-americanos dificulta a criação de uma política única para as fronteiras, tendo em vista que cada zona limítrofe possui singularidades que as diferenciam das outras. Além disso, os acordos fronteiriços com os países vizinhos ao serem negociados de forma individual, dilatam e retardam a implantação dos tratados, postergando, com isso, normas que poderiam simplificar as relações socioeconômicas, políticas e culturais nos municípios fronteiriços.

Figura 16 - Operação Multinacional AmazonLog, 2017³¹



FONTE: Jornal Em Tempo. Foto: Diego Cajas.

Diferentemente do que ocorre nas faixas de fronteiras do centro-sul do Brasil, onde os delitos transfronteiriços são mais diversificados, indo desde o tráfico humano, passando por contrabando e tráfico de drogas e armas até a suspeita de existência de células terroristas, ou que apoiam a causa terrorista muçulmana na região amazônica, as ocorrências dos delitos praticados nas suas faixas lindeiras têm características similares. Embora o tráfico humano e o contrabando estejam presentes nesses locais, a maior preocupação se dá por conta do tráfico transfronteiriço de armas e drogas, que acometem todas as zonas de contato fronteiriço, na Amazônia. Ademais, a presença de povos indígenas e de populações ribeirinhas que habitam os mais variados rincões dessa região continental, faz com que as forças armadas seja uma das poucas instituições estatais, a marcarem presença junto a essas populações desassistidas e esquecidas dos centros de poder nacional.

O Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) foi criado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, na esteira de criação do Plano Estratégico de Fronteiras, com o objetivo de concentrar todas as iniciativas e projetos relacionados à segurança pública nas fronteiras, os quais contemplam, em sua totalidade, os estados e municípios localizados nestas áreas. A SENASP (2016, p. 33) assinala que a Estratégia Nacional de Segurança Pública em Fronteira busca promover ampla articulação política, jurídica e administrativa ao

³¹ Operação AmazonLog 2017, realizada na Tríplice Fronteira Amazônica, tendo como base operacional o município de Tabatinga, estado do Amazonas. Exército colombiano realizando transporte de pessoas para receberem atendimento médico em Tabatinga.

propor bases para uma segurança pública regional, que mesmo restrita ao território nacional, acaba repercutindo junto à todos aos cidadãos de distintas nacionalidades, podendo, então, ser compreendida como

[...]conjunto de medidas e de processos jurídicos e políticos para o fortalecimento da democracia global visando afastar a população de riscos à vida, bem como, controlar e reduzir danos ao patrimônio público e privado produzidos pelo crime transnacional, através de esforços comuns envolvendo a Sociedade e Estados Nacionais (CAMPOS 2012. CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS-DEPAID-SENASP).

Pode-se assinalar, que pela primeira vez as políticas desenvolvidas para as localidades lindeiras estabelecem responsabilidades para os municípios, que estão localizados nessas faixas fronteiriças. No entanto, se não houver participação efetiva dos agentes de segurança e defesa dos Estados que dividem conosco as linhas de fronteira toda a organização e planejamento das ações a serem empreendidas nas zonas lindeiras, terá pouco valor prático, inviabilizando todo o trabalho que foi direcionado de forma a mitigar os problemas que ocorrem nessas localidades. Por isso mesmo, o decreto que instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras, tem como um de seus objetivos ações de cooperação internacional com os países vizinhos. Apesar de todas as ações ocorrerem nos limites territoriais dos municípios lindeiros, todas as tratativas se dão na esfera federal, com pouca ou nenhuma participação do representante municipal.

O Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras está estruturado em seis eixos. De acordo com a SENASP, cada um desses eixos

[...] prevê uma série de projetos e iniciativas a serem elaborados e executados pelos Departamentos e Coordenações da SENASP em conjunto com Estados e Municípios, visando fortalecer a presença dos órgãos estaduais de segurança pública na circunscrição dos municípios da Faixa de Fronteira, sobretudo nas cidades “gêmeas”, nas “tríplices” fronteiras, nos rios e lagos penetrantes da costa oeste brasileira, nas rodovias estaduais, e áreas dos municípios com população superior a 50 mil habitantes (ENAFRON s.d. p. 48).

Estes eixos foram estruturados com base em dois objetivos. O objetivo superior destaca a intensificação do controle e fiscalização das fronteiras. O objetivo específico tem como propósito fortalecer a prevenção, o controle e a repressão dos delitos transfronteiriços praticados na faixa de fronteira brasileira, em parceria com estados e municípios (ENAFRON, p. 49). Deve-se frisar, que os eixos não se anulam, mas, se

complementam, pois, são concomitantes entre si. Os eixos gerados pelo programa são:

- Diagnóstico, Acompanhamento e Avaliação (Intervenções Físicas);
- Integração Sistêmica e Cooperação Internacional;
- Política Nacional Uniforme;
- Inovações Tecnológicas;
- Política de Pessoal;
- Inteligência de Segurança Pública (Sistemas de Inteligência);

Aqui serão analisados cada um dos eixos temáticos que compõem a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) e as responsabilidades que cada estado e municípios fronteiriços têm em seu território.

3.4 Eixo Diagnóstico, Acompanhamento e Avaliação

Todos os projetos e iniciativas estipulados pela ENAFRON no tocante ao estabelecimento dos primeiros estudos, levantamentos e diagnósticos precisos com a finalidade de determinar as vulnerabilidades e problemas na estrutura das forças de segurança, que se encontram baseadas nas faixas de fronteiras, como mostra a figura 17. Este eixo é estratégico à medida em que é responsável por acompanhar, monitorar e fiscalizar este programa.

A partir desse eixo é que se farão levantamentos profundos sobre as principais ocorrências que acometem determinada região fronteiriça. Com base nos levantamentos realizados serão estabelecidas as ações, que determinarão a condução do Programa. “No mesmo sentido, estão inseridas nesse eixo as ações de acompanhamento, monitoramento e fiscalização dos investimentos públicos na Faixa de Fronteira, objetivando-se garantir a execução dos benefícios do Programa, sempre em consonância com as orientações dos órgãos de controle (CGU e TCU)” (ENAFRON, s.d. p. 50).

Figura 17 - Organograma Diagnóstico, Acompanhamento e Avaliação



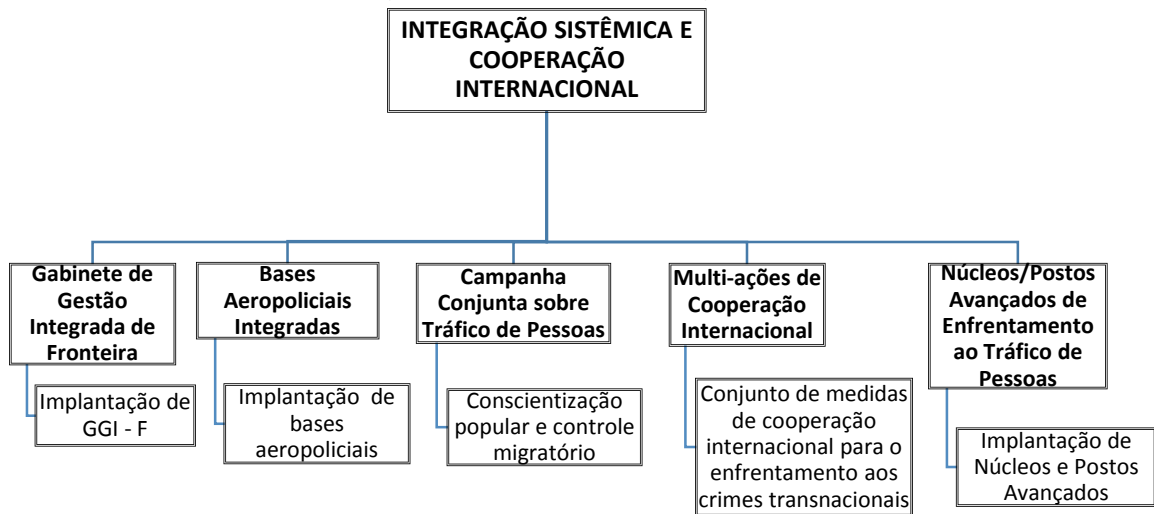
FONTE: Organizado por Lenivaldo Marques, 2018. Adaptado do Programa ENAFRON

3.5 Eixo Integração Sistêmica e Cooperação

Nenhuma política voltada para a segurança e desenvolvimento das faixas de fronteiras do território brasileiro terá êxito, se o “outro lado” não participar ativamente da organização e cooperação das atividades de proteção do território partilhado dos dois lados da linde. Foi buscando maior aproximação com os Estados com os quais compartilha fronteira, que o governo federal incluiu no decreto que criou o PEF, em seu artigo 2º a integração com os países vizinhos. A realização de ações combinadas com os países limítrofes propiciam maior incremento e colaboração com as forças de defesa, segurança e agentes ambientais, além de outros atores das fronteiras, promovendo abertura de canais de diálogos e trocas de informações em níveis governamentais, gerando maior confiança entre os países participantes.

A criação da ENAFRON tem propiciado um maior incremento nas relações entre o governo federal e os governos estaduais e municipais estabelecendo com maior clareza as responsabilidades, que cada ente federado tem na dinâmica de segurança de seus territórios, como demonstrado na figura 18. Com a finalidade de maior convergência das operações de segurança e criar canal de aproximação sistêmica e cooperação entre os agentes envolvidos foram desenvolvidos mecanismos de diálogo entre os governos federal e estaduais e este último com os governos municipais.

Figura 18 - Organograma Integração Sistêmica e Cooperação



FONTE: Organizado por Lenivaldo Marques, 2018. Adaptado do Programa ENAFRON

Com base na conjuntura determinada, e, antes mesmo da celebração dos convênios de financiamento, os estados criaram os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGI / Fron) e / ou Câmaras Temáticas de Fronteiras (CT / Fron). Os Gabinetes de Gestão Integradas ou Câmaras Temáticas são definidos como

[...] estruturas administrativas das secretarias de segurança pública estaduais. Elas foram construídas para articular as políticas da área de segurança pública dos estados da Faixa de Fronteira e com o auxílio da SENASP. Cada estado possui peculiaridades na construção do GGIF ou CT, em razão de diferenças estatutárias. A SENASP organiza periodicamente encontros entre os representantes dos grupos estaduais para discutir a sua atuação estadual e articular a troca de experiências entre os membros do GGIF/CT (SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS, 2016, p. 35)

As principais atribuições dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF) e das Câmaras Temáticas de Fronteiras (CT/FRON), de acordo com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (2013):

- Propor e coordenar a integração das ações;
- Tornar ágil e eficaz a comunicação entre seus órgãos;
- Apoiar as secretarias e polícias estaduais, a polícia federal e os órgãos de fiscalização municipais;
- Analisar os dados estatísticos e realizar estudos sobre infrações criminais e administrativas;
- Propor ações integradas de fiscalização e segurança urbana no âmbito dos municípios situados na faixa de fronteira;

- Incentivar a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM)

Além da articulação com estados e municípios localizados em sua área de atuação, a SENASP também manterá diálogos com as instituições da esfera federal, que estão diretamente envolvidos com as operações de combate aos ilícitos transfronteiriços e fronteiriços (DPF, DPRF, SNJ, RECEITA, FUNAI, IBAMA, ICMBIO, ABIN, EB, MAR, FAB, CENSIPAM, ANVISA, INCRA, MRE, dentre outros), com a Assessoria Internacional do Ministério da Justiça, e, principalmente com a Comissão Permanente de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), fórum permanente, instituído em 2010, que integra vinte Ministérios nas discussões afetas às regiões de fronteira.

Quadro 9 - GGI-Fron e CT-Fron, segundo os estados do Arco Norte

TIPOS DE ESTRUTURA ELABORADA NO ARCO NORTE PARA INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES NAS FAIXAS DE FRONTEIRAS		
ESTADOS	ESTRUTURA	ATA DE CRIAÇÃO
ACRE	Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF-AC)	
AMAZONAS	Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras e divisas do estado do Amazonas (GGIF-AM)	Decreto nº 38.797 de 21 de março de 2018
AMAPÁ	Câmara Temática de Fronteira	Portaria nº 164 / GAB/SEJUSP de 18.10.2011
PARÁ	Câmara Temática de Fronteira	Resolução nº. 002/GGIE-PA/2011, Diário Oficial nº 32031 de 07/11/2011
RORAIMA	Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF-RR)	

FONTE: Organizado por Lenivaldo Marques, 2018. Adaptado do Programa ENAFRON

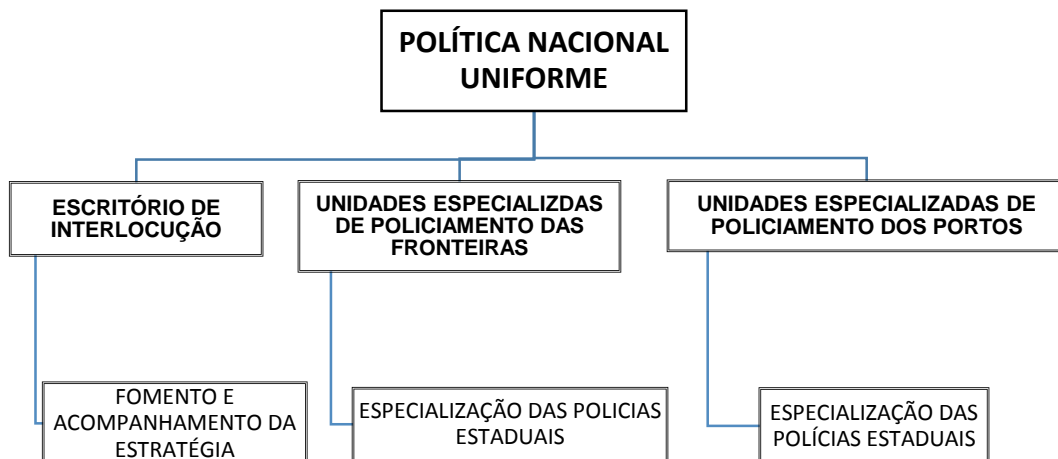
3.6 Eixo Política Nacional Uniforme

Como toda e qualquer legislação que visa potencializar a introdução de ações com fins de parametrizar as ações estruturantes, este eixo busca aglutinar as operações realizadas nas faixas fronteiriças uniformemente, observando as singularidades de cada estado envolvido. Para tanto, terá como principais ações:

- O apoio à estruturação (aparelhamento e reaparelhamento) das unidades especializadas de fronteira;
- Dos centros integrados e canis;
- Das unidades das Polícias Militares, Cíveis, da Perícia, das Polícias Rodoviárias Estaduais, etc.;

Um dos caminhos para se atingir a padronização das atividades, a serem implementadas entre os governos federal, estaduais e municipais, seria a implantação de cartilhas doutrinárias, uniformizando as ações que cada um dos atores envolvidos deverá seguir para se alcançar os objetivos estabelecidos para os envolvidos. A figura 19, abaixo, destaca as principais atividades desse eixo temático.

Figura 19. Política Nacional Uniforme



FONTE: Organizado por Lenivaldo Marques, 2018. Adaptado do Programa ENAFRON

3.7 Eixo Inovações Tecnológicas

Esse eixo contempla dois projetos estruturantes principais: o primeiro projeto refere-se à implantação de sistema de radiocomunicação, com tecnologia digital e interoperável, nas áreas consideradas prioritárias nas faixas de fronteiras. Com investimento nos anos de 2010 e 2014 de cerca de R\$ 127.245.558,40 (como aponta a tabela 1) foram definidas as bases para implantação desse convênio. Para tanto, foi constituído um grupo de trabalho composto pelos 11 estados e os órgãos federais e estaduais envolvidos, podendo alcançar até 153 municípios.

O segundo projeto das inovações tecnológicas está relacionado com a implantação de videomonitoramento nos municípios fronteiriços, que apresentam maior grau de criminalidade e violência nas áreas urbanas, fortalecendo a aproximação e integração dos órgãos federais com suas congêneres estaduais e municipais. A partir de 2013, os investimentos para a implantação do projeto do videomonitoramento somaram a quantia de R\$ 28.380.301,17. Com esse investimento busca-se atingir setenta e sete municípios da faixa de fronteira.

TABELA 1 - Investimento da ENAFRON/SENASP nos municípios fronteiriços do Arco Norte

INVESTIMENTOS CELEBRADOS ENTRE ENAFRON / SENASP COM OS ESTADOS QUE COMPÕEM AS FAIXAS DE FRONTEIRAS NO ARCO NORTE (2010 – 2014)					
INVESTIMENTO (em Reais)	ACRE	AMAZONAS	AMAPÁ	PARÁ	RORAIMA
Capacitação (2011 – 2014)	406.673,01	296.109,93	306.765,56	411.651,57	462.149,95
Aviação (2010)	2.577.508,56	0,00	4.500.000,00	2.496.042,00	0,00
Reaparelhamento (2011 -2012)	16.506.838,70	16.506.449,69	9.908.281,05	10.255.573,60	10.055.752,70
Radiocomunicação (2010 e 2012)	11.830.846,78	7.505.356,27	6.309.737,72	6.633.490,45	3.648.321,76
Videomonitoramento (2013)	2.802.500,00	2.550.000,00	2.150.000,00	2.221.437,00	1.800.000,00
Aquisição e doação de pistolas .40 (2013)	276.285,00	72.885,00	423.750,00	267.810,00	271.200,00
Laboratório de análises de crimes de lavagem de dinheiro (2012 – 2013)	886.834,50	877.034,50	877.034,50	880.234,50	877.034,50
TOTAL DE RECURSOS	35.287.486,55	27.807.835,39	24.475.568,83	23.166.239,12	17.114.458,91

Organizado por Lenivaldo Marques, 2018. Adaptado de documento do Ministério da Justiça, Informação Nº 6/2016/CIAPE/CGPIAPS/DEPRO/SENASP.

3.8 Eixo Política de Pessoal

O referido eixo é considerado primordial para o sucesso integral do Programa ENAFRON nas fronteiras. A política de pessoal busca incrementar a atuação dos agentes estatais nas faixas de fronteiras. Esse incremento está relacionado a questões de cunho financeiro e de infraestrutura para os agentes lotados nessas áreas. Na esfera federal está prevista a criação de cargos comissionados e pagamentos de gratificações especiais para os agentes que atuam ou são enviados em missão para as faixas de fronteiras. Aos estados federados, também, se prevê pagamento de diárias para agentes que são enviados em missões. Está prevista, também, a construção de residências funcionais, com o intuito de abrigar agentes que estão em operação ou que estejam residindo nas faixas de fronteiras.

A SENASP priorizará a capacitação e treinamento aos profissionais de segurança dos estados. Tal prioridade é para capacitar os agentes não somente na proteção e fiscalização de fronteiras como também interagir, de forma adequada, com

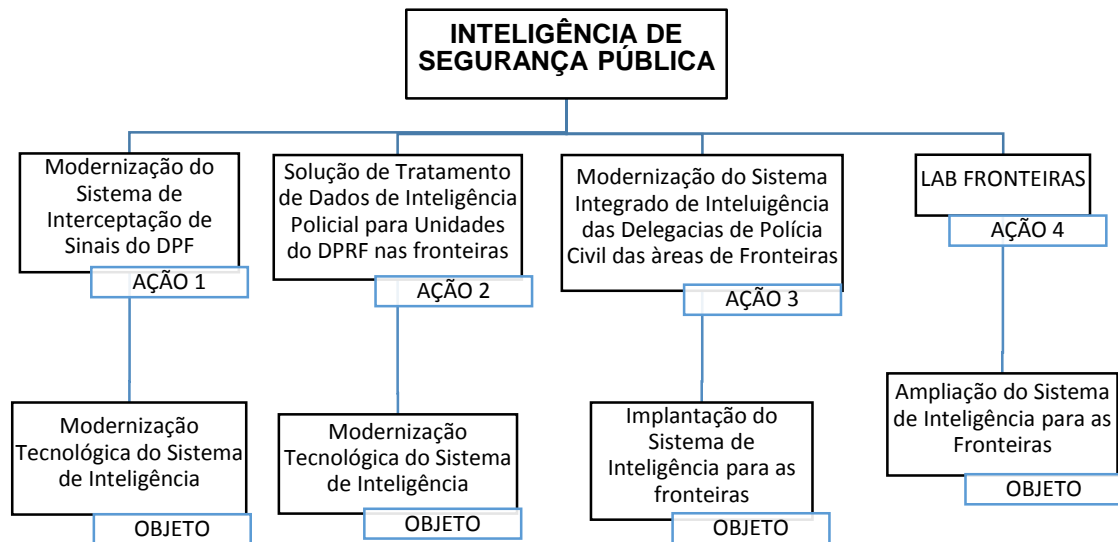
as populações lindeiras, de forma a garantir a paz social dessas populações muitas vezes marginalizadas por outras regiões do território nacional.

3.9 Eixo Inteligência de Segurança Pública

Para que as operações a serem empreendidas nas fronteiras, para combater os ilícitos que lá ocorrem, transcorram de forma fluida e coordenada, se faz necessário um trabalho que é realizado de forma discreta e sigilosa. A coleta de informações que precede cada operação, envolve uma gama de tarefas, que dependendo da missão, apresenta riscos elevados a integridade física dos agentes envolvidos. Portanto, a integração de todos os órgãos estatais na coleta de informações sigilosas se faz necessária, uma vez que são as missões e fornecimento de dados de campo, que servirão como base para subsidiar as tomadas de decisão a serem adotadas nessas localidades.

Com base nessa conjuntura, este eixo possui como projeto principal a criação de Núcleos Integrados de Inteligência nas Fronteiras, bem como a organização de Agências de Inteligência instaladas nas fronteiras e coordenadas por agentes de segurança pública dos estados. Com tais ações, como apontado pela figura 20, busca-se modernizar a utilização de ferramentas e equipamentos com a finalidade de aperfeiçoar as trocas de informações entre os entes federados sob a guarda da SENASP, fortalecendo a interação entre os governos das três esferas do poder executivo.

Figura 20 - Inteligência de Segurança Pública



FONTE: Organizado por Lenivaldo Marques, 2018. Adaptado do Programa ENAFRON

No tocante ao contínuo aperfeiçoamento da gestão federal sobre as políticas que regem as atribuições dos atores de fronteiras envolvidos na atuação em seus respectivos estados e municípios, o Governo Federal revoga o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) criado pelo Decreto nº 7.496, de junho de 2011, e institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), através do Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016. A grosso modo, esta mudança de nomenclatura não altera os principais artigos estabelecidos no PEF, todavia, apresenta mudanças pontuais. Em seu artigo 1º já se nota que as ações serão tomadas para coibir delitos transfronteiriços, retirando do ato de sua criação os crimes que são praticados na sua faixa de fronteira, mas, que não tenha conexão com o outro lado da linde. O Programa de Proteção Integrada de Fronteiras contempla, agora, a fronteira marítima brasileira, dentro da denominada Amazônia Azul. Com isso, as fronteiras a leste e oeste terão importância equivalentes. Dessa forma, o Estado Brasileiro sinaliza, que atuará com a mesma disposição, no tocante a defesa dos recursos naturais percebidos dentro da plataforma continental pertencente ao território brasileiro.

Com relação ao estabelecimento de ações conjuntas com os países limítrofes, além de integrar agora, também, busca-se cooperar com as forças de defesa e segurança desses países limítrofes com o Brasil. O decreto de criação do PEF não contemplava esta cooperação. Isto demonstra que o Estado Brasileiro busca aprofundar as tratativas com os países limítrofes, buscando alternativas e estratégias bilaterais, com o intuito de coibir delitos que estão cada vez mais globalizados, sem

uma pátria definida, porém, que suas ações afetam o conjunto dos Estados Nacionais existentes.

A ENAFRON, portanto, é a ponta de lança, a peça fundamental de combate a esses delitos que ocorrem nas bordas do Estado brasileiro. Esta estratégia congrega todos os órgãos de fiscalização, controle e defesa com o objetivo de convergir as operações, que tomarão corpo nos municípios de fronteira. Além de todo o aparato de combate a esses delitos, uma das funções dessa estratégia é estabelecer parcerias, também, com a população local. Isso se faz importante, porque será essa população a receber todas as ações que se desenrolarão nesses lugares. Por isso mesmo, criar condições de amistosidade entre a população e as instituições e seus agentes, que para a fronteira serão enviados, somente somará aos esforços conjuntos, para levar tranquilidade e segurança para desenvolver e integrar os mais distantes rincões do território brasileiro.

CAPÍTULO 4 - O AMAZONAS ASSOCIA-SE AO ENAFRON: A CRIAÇÃO DA ESTRATÉGIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS DO ESTADO DO AMAZONAS (ESFRON)

A Amazônia tem sido retratada como o lugar de predomínio das paisagens naturais. A exuberância e o “exagero” das formas espaciais que se observa nesta região, a maior bacia hidrográfica do mundo, a maior floresta tropical do mundo, o maior rio do mundo, a maior biodiversidade de fauna e flora do planeta, faz com que o forasteiro perceba este lugar como um gigantesco, exuberante e exótico espaço de predomínio da fauna e flora e uma infinidade de cursos d’água, desde minúsculos igarapés até alguns dos maiores rios do mundo em extensão. Todo esse mosaico de riquezas naturais da bacia sedimentar amazônica tem despertado interesse de todas as ordens. Esses interesses vão desde pesquisas científicas, como as de naturalistas da estirpe de Humboldt, Paul Marcoy, Spix e Martius, Louis e Elizabeth Agassiz em tempos pretéritos, até interesses mais contemporâneos, que é o de dominar de fato essa região por conta de sua riqueza, que não está no visível, isto é, a diversidade mineral localizada em seu subsolo.

A exuberância da floresta latifoliada úmida está associada a existência da Bacia Sedimentar Amazônica, ocupando uma área de aproximadamente 7 milhões de km², englobando sete países, além do Brasil. A maior parte dessa bacia sedimentar encontra-se em território brasileiro, abrangendo 49,29% de toda a bacia sedimentar, equivalendo quase a metade de todo o território continental brasileiro. Essa gigantesca bacia sedimentar internacional é banhada pela Bacia Hidrográfica Amazônica, a maior bacia hidrográfica do mundo, tendo como seu rio principal o Solimões/Amazonas³².

Espremida entre os Escudo da Guiana, extremo norte, Escudo do Brasil Central, centro-norte, e Cordilheira dos Andes a oeste, esta bacia forma um grande anfiteatro natural, sendo a maior floresta de clima quente e úmido do mundo. Petri e Fúlfaro (apud CARNEIRO, 2009, p. 41) salientam que “essa grande bacia sedimentar intracratônica teve sua origem associada a uma zona de fraqueza do escudo Pré-Cambriano, que se dividiu em dois e sua constituição se deu ao longo do fanerozóico”.

³² São partes do mesmo rio, recebendo a denominação de Solimões ao entrar em território brasileiro, no município de Tabatinga, até ao encontro das águas com o rio Negro, em Manaus. A partir de Manaus, até a sua foz no estado do Pará, recebe o nome de Amazonas.

A área de drenagem do rio Solimões/Amazonas possui áreas bastante distintas entre si, que vão desde as elevações andinas, com mais de 6.000 metros de altitude, a até vastas planícies fluviais, com elevações que não ultrapassam os 200 metros de altitude. Ao se fazer um recorte espacial e analisar as características do canal fluvial na microrregião do Alto Solimões, Carneiro destaca que essa sub-bacia do Alto Solimões é

[...] limitada a oeste pelo arco de Iquitos e a leste pelo o arco de Purus. Esta bacia estende-se por mais de 400.000 km², envolvendo área dos territórios brasileiro, colombiano e peruano. No Brasil, encontra-se compartimentada em duas sub-bacias: a do Jandiatuba e a do Juruá, separadas por um alto do embasamento, denominado arco do Jutai. A coluna estratigráfica da Bacia do Solimões, em território brasileiro, possui quatro sequências deposicionais paleozóicas, uma sequência cretácea e uma sequência terciária, correspondente aos pelitos e arenitos miopliocênicos da Formação Solimões, depositados em conexão com a Orogenia Andina. [...] Entender a morfodinâmica do canal do rio Solimões do trecho estudado no âmbito da Bacia Sedimentar Amazônica é de essencial importância, pois muitos processos e padrões espaciais encontram-se associados a características estruturais da Bacia (CARNEIRO, 2009, p. 41).

Com as primeiras expedições espanholas e depois portuguesas por estas regiões foram desenvolvidas estratégias de domínio desse território de grande potencial extrativista, que poderiam gerar riquezas para suas metrópoles. Os povos autóctones se tornaram cativos de uma nova forma de organização espacial do território, desconhecida até então, por eles. Com o avanço português para além da fronteira oeste, sob domínio espanhol, foram criados os primeiros núcleos demográficos com o intuito de dominação e posse do lugar. A partir dessa estratégia surgem as atuais cidades, que hoje compõem a grande maioria das aglomerações populacionais na Amazônia. Becker (2013) constata que

Embora cerca de 70% da população amazônica vivam em núcleos urbanos, a urbanização é negligenciada nos estudos sobre a região. [...] constituíram verdadeiros feitos humanos numa floresta tropical de difícil penetração. [...] os núcleos urbanos foram as pontas de lanças para a ocupação do território, pequenos aglomerados com poder mais simbólico do que efetivo, mas que garantiram sua posse. Serviram de apoio a incursões fluviais em busca de riquezas, bem como de entrepostos para a circulação no grande rio (BECKER, 2013, p. 11).

O período colonial no Brasil e na Amazônia, em particular, sobressai o paradigma implantado por Portugal em todas as suas colônias espalhadas pelo mundo até então, isto é, a fortificação, transformando feitorias comerciais parte do império português (ARAÚJO, 1998). Araújo comenta que

[...] o acto de “fazer fortaleza”, aparece citado com orgulho nas crônicas da Índia como garante da soberania portuguesa. À sombra das fortificações, no território por elas estabelecida, surgiram as primeiras instalações urbanas. Na repetição deste processo funda-se o paradigma inicial do urbanismo da expansão portuguesa que associa a cidade à fortificação (ARAÚJO, 1998, p. 25).

Este paradigma deu origem a algumas das maiores e mais importantes cidades da Amazônia, como Belém e o Forte do Presépio, Macapá e sua Fortaleza de São José, e de Manaus com o Forte de São José do Rio Negro, além de outras conhecidas somente no contexto local. Muitas das cidades que surgiram como fortificações não há mais este símbolo maior de sua criação, seja por questões de abandono dando lugar a outras edificações até desaparecerem ou por terras caídas³³, que levaram as suas ruínas. Carvalho define terras caídas como sendo

[...] termo regional amazônico usado principalmente para designar erosão fluvial acelerada que envolve desde os processos mais simples a altamente complexos, englobando indiferenciadamente escorregamento, deslizamento, desmoronamento e desabamento que acontece às vezes em escala quase que imperceptível, pontual, recorrente e não raro, catastrófico, afetando em muitos casos distâncias quilométricas. É um fenômeno predominantemente complexo, inter-relacionado causado por fatores hidrodinâmico, hidrostático, litológico, climático, neotectônico e ainda que pequena escala antropogênico (CARVALHO, 2006, p. 55)

Outros fortes foram construídos em lugares estratégicos para impedir o ingresso na região. Como o rio Negro era um dos acessos da colônia espanhola para a colônia portuguesa, três fortes foram aí instalados. A construção do forte de São Joaquim, no rio Branco, tinha como objetivo barrar a entrada dos exploradores ingleses e holandeses. No extremo oeste da antiga capitania do rio Negro foi instalado o forte São Francisco Xavier de Tabatinga, que terminou por dar o nome à cidade hoje fronteira com a Colômbia.

O estado do Amazonas é um dos vinte e seis estados da República Federativa do Brasil. É o maior dos estados com extensão de aproximadamente 1.559.159,148 km², porém, já chegou a possuir 1.570.745,68 km². No entanto, no ano de 2007 o Amazonas cedeu ao estado do Acre, a partir de uma decisão do Supremo Tribunal

³³ “Denominação dada na região Amazônica, é o escavamento produzido pelas águas dos rios fazendo com que os barrancos sejam solapados intensamente, assumindo por vezes aspectos assustadores. Em alguns casos, podem-se ver pedaços grandes de terras sofrerem deslocamentos como se fossem ilhas flutuantes” (GUERRA, A. e GUERRA A.J.T., 2003, p. 601).

Federal (STF)³⁴, uma área de 11.583,87 km², dando fim a um litígio que se arrastava por mais de quarenta anos. Mesmo assim, para se ter a ideia de sua dimensão territorial, nele caberiam países como França, Suécia, Espanha e Grécia, todos ao mesmo tempo (MARQUES et al., 2017). Apesar de toda a sua extensão territorial, apresenta uma população relativamente pequena, o que acaba por influenciar em sua densidade demográfica, uma das mais baixas de todos os entes federados. Faz parte, juntamente com outros seis estados, da Região Norte do Brasil, coberta pela maior floresta equatorial, sobre a maior bacia sedimentar e banhada pela maior bacia hidrográfica do mundo, a Amazônia³⁵. A capital Manaus concentra a maior parte de sua população, muito devido à localização de importante parque fabril, o que tem provocado o êxodo de sua população interiorana para a capital, em busca de emprego e qualidade de vida.

As divisões territoriais em unidades políticas, regra geral, são construídas obedecendo processos diversos, que podem sofrer mutações ao longo do seu curso. As características naturais sempre exerceram importância no processo de delimitação das regiões geográficas. Planaltos, as planícies, a vegetação e os rios foram utilizados como linhas fronteiriças ao longo de tempo. Outras formas de se moldar divisões territoriais incluem a história, os costumes, as tradições que terminam por constituir limites e identidades regionais

No Amazonas, a conformação territorial de suas regiões, ocorrem, obedecendo a sua localização geográfica de acordo com o rio que banha o município. Assim sendo, as pessoas utilizam o rio como forma de pertencimento e identificação à determinada região, criando dessa forma, uma identidade cultural. Com isso, cria-se uma identidade territorial, pois, é o rio a emprestar seu nome para identificar às regiões. Portanto, o rio acaba por influenciar na divisão política adotada pelo estado do Amazonas. A partir da predominância de determinado rio, ou rios que banham uma área dos municípios, que estão em suas margens, é que indicará em que localização os municípios ficarão regionalizados. Os sessenta e dois municípios que formam o

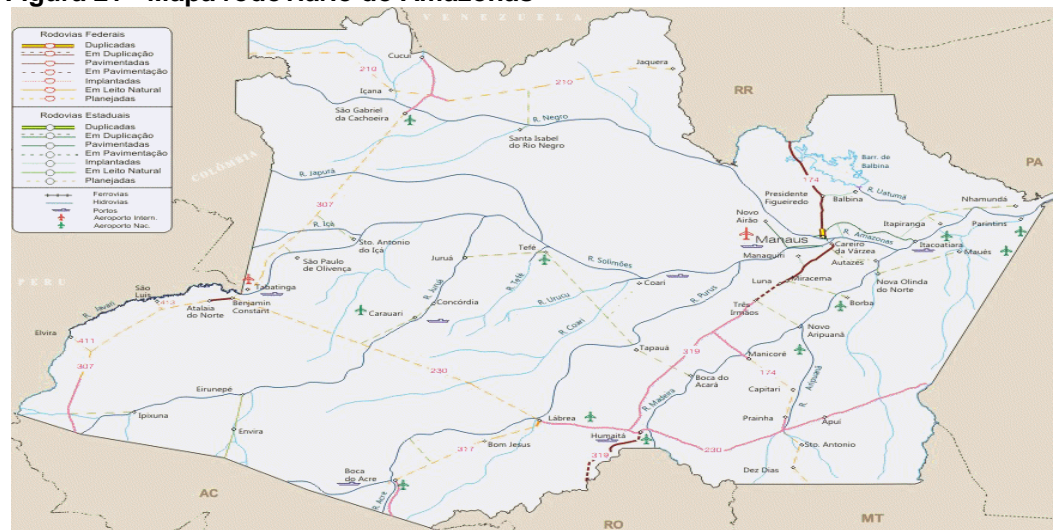
³⁴ A linha Cunha Gomes, que divide os estados, avançou para pontos mais ao norte. Parte da área de sete cidades do Amazonas agora é do estado do Acre. Envira foi o município mais atingido: perdeu quase metade do território. A nova divisão territorial somou quase 25 mil habitantes à população acreana.

³⁵ O estado do Amazonas faz parte da região amazônica ou Amazônia, porém é preciso entender que a Amazônia ultrapassa o território brasileiro, pois por Amazônia compreende-se área do continente sul-americano que tem como característica uma extensa bacia sedimentar e hidrográfica além de vegetação de floresta densa e úmida. Faz parte dessa região, além do Brasil, a Colômbia, a Venezuela, a Bolívia, o Peru, a Guiana Francesa, o Suriname e a República da Guiana. Esta é a Amazônia Internacional.

Estado do Amazonas estão distribuídos em nove regiões administrativas, onde cada uma delas recebe o nome do rio principal que banha a região.

O Amazonas não apresenta muitas vias terrestres, como atesta a figura 21, possuindo somente algumas poucas rodovias, muitas em precárias condições de tráfego. A sua única rodovia de ligação com os demais estados brasileiros, a BR 319, se encontra em precárias condições de trafegabilidade, principalmente no período das chuvas sazonais, que ocorrem anualmente na região amazônica. Esta rodovia é importante via de fluxos de circulação de mercadorias que abastecem o mercado da cidade de Manaus com produtos extrativistas e produtos primários, das inúmeras propriedades de pequenos produtores rurais, que têm a BR 319 como artéria principal de escoamento de seus produtos. Em contrapartida, a produção industrial do parque fabril de Manaus poderia se beneficiar com o barateamento do frete para outros estados, pois, seria realizado por carretas, barateando o produto, inclusive, para estados mais distantes, como o Acre. Portanto, a manutenção ou até mesmo o asfaltamento total da rodovia atenderia o clamor da população envolvida, que cobra mais alternativas de locomoção para outros estados do Brasil, partindo de Manaus, uma vez que atualmente as únicas alternativas existentes são por via aérea, com preços bastante elevados, ou via fluvial, que leva em média sete dias para se chegar a Belém do Pará, e a partir daí concluir por rodovias o seu destino. Há, também, a BR 174, que liga Manaus a Boa Vista e de lá até a Venezuela. Esta rodovia se encontra em melhor estado de conservação, havendo poucos trechos em que se tenha que haver maior atenção por conta da má conservação da via. Além das rodovias federais, existem as rodovias estaduais que ligam Manaus com os municípios que se encontram mais próximos da capital.

Figura 21 - Mapa rodoviário do Amazonas

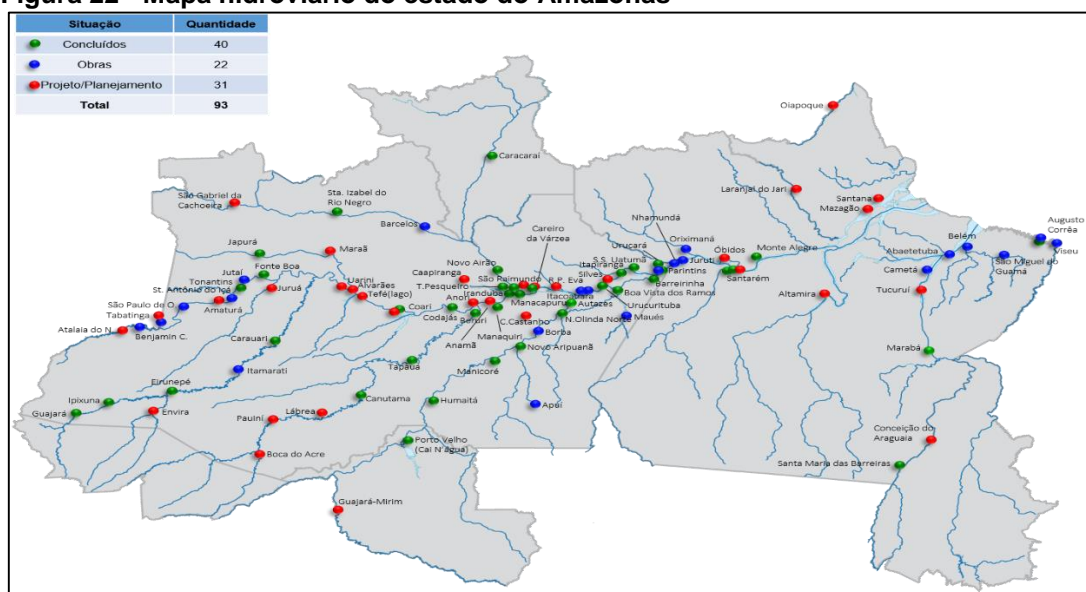


Fonte: Ministério dos Transportes, 2012.

O meio de transporte mais utilizado para ligação entre as populações dos municípios amazonenses se dá por via fluvial, os barcos regionais exercendo importância fundamental na vida das populações, pois, é a responsável em transportar cargas e passageiros entre os municípios, como observado na figura 22. Por ser banhado por uma bacia hidrográfica em que seu rio principal e seus rios tributários são considerados rios de planícies, propícios para a navegação, o transporte rodoviário foi preterido em favor do transporte baseado, exclusivamente para as vias fluviais beneficiado por uma malha fluvial favorável, além de que a abertura de novas rodovias em plena Amazônia acarretaria protestos por instituições que defendem o biossistema amazônico. Ao analisar a localização da sede dos municípios amazonenses, verifica-se, que grande parte da sede desses municípios, se encontram às margens dos grandes rios que formam a bacia hidrográfica amazônica. No entanto, municípios criados mais recentemente, como Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, percebe-se que suas sedes se desenvolveram no entorno da BR174, fugindo ao paradigma das demais sedes municipais. Mesmo assim, Nogueira destaca que

Como modalidade de meio de transporte quase exclusiva no estado do Amazonas, o transporte fluvial tem um significado expressivo para a sua população, visto que o rio sempre foi o caminho natural desde as penetrações exploratórias. Até os dias atuais os fluxos de mercadorias e pessoas seguem, salvo raras exceções, a intrincada rede dendrítica da hidrografia regional, em virtude de quase totalidade dos núcleos populacionais estarem às margens dos diversos rios que compõem a bacia amazônica (NOGUEIRA, 1999, p. 67).

Figura 22 - Mapa hidroviário do estado do Amazonas



Fonte: DNIT. Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4.

4.1 As faixas de fronteiras do estado do Amazonas

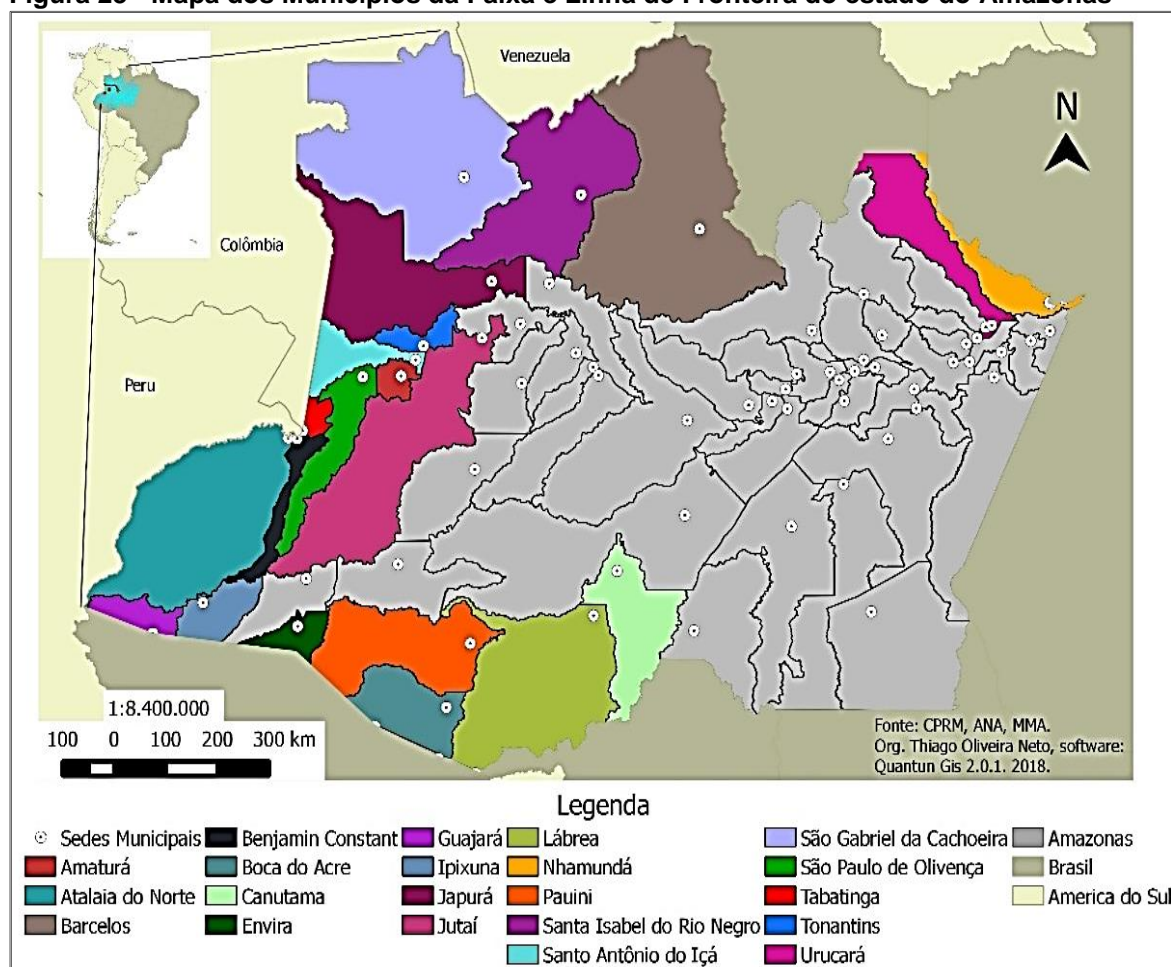
Apesar de sua dimensão territorial, o estado do Amazonas faz fronteira, internamente somente com os estados do Acre, Pará, Roraima, Rondônia e Mato Grosso. Seus limites externos se dão com a Colômbia, Peru e Venezuela. Os limites com os estados brasileiros não apresentam problemas territoriais, visto que o que ainda estava pendente foi solucionado com o Acre. Portanto, as fronteiras internas não representam problemas territoriais de grande monta para o Amazonas. No entanto, os três países com quem o Amazonas possui fronteiras comuns, tem apresentado maior preocupação com relação aos problemas, que ocorrem em suas linhas limítrofes. Não existem imprecisões territoriais com esses países, uma vez que todos as indefinições territoriais foram solucionadas ainda nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, os problemas que incidem sobre as fronteiras são de ordem da defesa e segurança pública, que têm acometido as populações lindeiras. A violência que acomete essas populações, decorre de delitos transfronteiriços realizados por grupos criminosos que estão cada vez mais organizados e se instalando nessas zonas limítrofes, principalmente nas zonas lindeiras com Peru e Colômbia.

O problema de migrações que estão assolando estados vizinhos tem provocado o transbordo desses refugiados para o Amazonas, notadamente a capital, Manaus. Essas migrações têm se destacado, principalmente com os haitianos que iniciou-se logo após o terremoto que assolou o país em 2010. Após o início tumultuado, hoje os

haitianos estão totalmente integrados, contribuindo com o PIB e a sociedade brasileira. Recentemente, outro fenômeno migratório tem assolado o Brasil. Dessa vez o fenômeno migratório tem ocorrido na fronteira entre Brasil e Venezuela, no Estado de Roraima. O caos político e econômico que tem ocorrido na Venezuela tem provocado o êxodo de venezuelanos para regiões lindeiras com os quais a Venezuela faz fronteiras. Colômbia e Brasil têm sido os países que têm recebido maior grupos de refugiados em seus territórios.

O estado do Amazonas possui vinte e um municípios localizados na faixa de fronteira, como indicado no quadro 10 e figura 23, definida pela Constituição Federal como a área de cerca de 150 km contados a partir da linha fronteira para o interior do país. Desses vinte e um municípios, sete estão localizados na linha de fronteira e uma cidade – gêmea, Tabatinga, que também é um município trifronteiriço.

Figura 23 - Mapa dos Municípios da Faixa e Linha de Fronteira do estado do Amazonas



Fonte: Organizado por Thiago Neto, 2018

Quadro 10 - Municípios amazonenses localizados em faixa de fronteira

MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO	POPULAÇÃO IBGE - 2016
AMATURA	Faixa de fronteira	11.047
ATALAIA DO NORTE	Linha de fronteira	18.599
BARCELOS	Linha de fronteira	27.589
BENJAMIN CONSTANT	Linha de fronteira	40.417
BOCA DO ACRE	Faixa de fronteira	33.840
CANUTAMA	Faixa de fronteira	15.312
ENVIRA	Faixa de fronteira	14.143
GUAJARA	Faixa de fronteira	16.085
IPIXUNA	Faixa de fronteira	27.587
JAPURÁ	Linha de fronteira	4.660
JUTAÍ	Faixa de fronteira	16.200
LÁBREA	Faixa de fronteira	44.071
NHAMUNDÁ	Faixa de fronteira	20.633
PAUINÍ	Faixa de fronteira	19.488
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	Linha de fronteira	23.092
SANTO ANTONIO DO IÇÁ	Linha de fronteira	23.378
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	Linha de fronteira	43.831
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	Faixa de fronteira	37.300
TABATINGA	Cidade - gêmea	62.346
TONANTINS	Faixa de fronteira	18.632
URUCARÁ	Faixa de fronteira	17.065

FONTE:CDIF³⁶. Organizado por Lenivaldo C. Marques, 2018.

4.2 A fronteira Brasil-Venezuela: do turismo no Mar do Caribe aos problemas humanos provocados pelas migrações

Com pouca perspectiva de ligação rodoviária entre o Amazonas e os demais estados brasileiros, e, com isso, privado de muitas das regiões turísticas e do mar, o amazonense tem buscado alternativas turísticas, que não necessitem chegar ao destino em voos comerciais. Aproveitando as boas condições da BR 174, única trafegável o ano inteiro, levadas e mais levadas de turistas do Amazonas tem buscado diversão na costa litorânea venezuelana. A viagem que dura em média dois dias, propicia aos amazonenses entrar em contato com uma das regiões mais bonitas e badaladas do mundo, o Caribe. Além das belezas naturais do Caribe venezuelano, o que atrai muitos brasileiros tem sido as compras de produtos importados com preços mais acessíveis que em outros lugares do Brasil, além do câmbio favorável em relação

³⁶ Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (cdif.blogspot.com.br – acessado dia 22/03/2018). As informações referentes a população absoluta foram atualizados por dados disponibilizados no site do IBGE.

ao real. No entanto, a crise que assola este país vizinho, tem provocado desabastecimento generalizado, o que tem gerado manifestações violentas da população, o que faz com que turistas passem a evitar cada vez mais a Venezuela como destino turístico.

A fronteira entre Brasil e Venezuela foi selado pelo Tratado de 1859 e ratificado pelo Protocolo Brasil-Venezuela de 1929. Apresenta uma fronteira de 2.199 Km. Faz limites com os Estados do Amazonas e Roraima. Essa fronteira possui 90 km de divisas convencionais e 2.109 km tendo como linhas divisórias entre as bacias do Amazonas (Brasil) e do Orinoco (Venezuela).

As primeiras negociações para se definir a fronteira entre o Império do Brasil com o governo venezuelano inicia-se em 1843 quando o governo imperial brasileiro nomeia Miguel Maria Lisboa, mais tarde Barão de Japurá, para tratar dos assuntos junto à Venezuela. Assim como em outras negociações fronteiriças realizadas pelo Brasil o conceito de *uti possidetis* foi estabelecido como base das negociações que iniciavam. No entanto, a Venezuela sinalizou que somente concordaria se fosse utilizado o conceito do *uti possidetis juris*.

Outras iniciativas ocorreram como forma de definir os seus limites. Negociações ulteriores ocorreram ainda em 1845, 1850 e 1852, sempre impedidos de ratificarem por conta de disputas territoriais entre as ex-colônias espanholas, Colômbia, Peru e Equador. Somente em 1859 foi celebrado o acordo em Caracas, a partir do Tratado de limites e Navegação Fluvial³⁷, sendo Felipe José Pereira Leal representante do Brasil e Luiz Sanojo representante da Venezuela.

No Estado do Amazonas, os limites fronteiriços com a Venezuela são definidos com base em elementos naturais, que neste caso ocorre a partir da floresta amazônica e com o Planalto Residual Norte-amazônico³⁸, sem contato direto com populações dos dois lados da fronteira. Embora a maior parte da fronteira esteja em áreas consideradas de difícil acesso, toda a linha limdeira já está totalmente demarcada, e, constantemente sendo atualizada pelos dois governos.

³⁷ Ratificado no ano seguinte, esse tratado estabelecia como divisor um trecho entre a cabeceira dos rios Memachi e Negro, área disputada entre os governos venezuelano e o da Nova Granada, hoje Colômbia. No entanto, a disputa só foi resolvida em 1891, pela rainha Maria Cristina, da Espanha, que em sentença arbitral determinou que a Venezuela não teria direito ao território que vai da nascente do rio Memachi até a nascente do rio Negro.

³⁸ Neste planalto são encontrados os picos culminantes do território brasileiro, localizados na Serra do Imerí, na fronteira do Amazonas com a Venezuela. São regiões com maiores altitudes da região, com variações entre 200 metros a 1.200 metros.

Atualmente, a entrada de refugiados da Venezuela em território brasileiro tem provocado debates em torno do impacto que esta demanda provocará na economia e na logística, que os governos das três esferas do poder executivo terão que implementar para receber e acolher essas populações desassistidas. Como consequência, os venezuelanos deverão ser remanejados para outros estados com a finalidade de reduzir a pressão social e econômica ocasionada por estas populações no Estado de Roraima, o que tem sido atingido diretamente com o êxodo venezuelano.

O Amazonas será um dos estados que deverá receber populações de refugiados venezuelanos, principalmente na sua capital. Em 2017 Manaus já havia experimentado esses deslocamentos de pessoas, de forma desordenada, de índios venezuelanos da etnia Waraos³⁹, que se espalharam pela cidade e viviam como pedintes pelas ruas da capital. Em acordo entre os governos federal e o governo municipal de Manaus ficou acertado, que esta cidade receberia uma parcela de cidadãos venezuelanos, que assim desejassem, vir para Manaus.

A entrada de grandes levas populacionais tem apresentado efeitos colaterais no interior dos estados atingidos. Uma delas diz respeito ao surto de sarampo que tem surgido nos estados de Roraima e Amazonas, visto que esta doença já havia sido erradicada do território brasileiro. No entanto, após as suspeitas da doença em crianças vindas da Venezuela e com a morte de uma criança venezuelana confirmada, e a suspeita e posterior confirmação dos primeiros casos em crianças nas cidades de Boa Vista e Manaus, as autoridades sanitárias têm se apressado para conter o avanço da doença, realizando campanhas de vacinação nas faixas etárias mais vulneráveis, bem como imunizando os venezuelanos que estão entrando no Brasil.

Atualmente a fronteira entre Brasil e Venezuela tem estado em constante estado de tensão latente por conta dos milhares de refugiados que todos os dias tem buscado abrigo e comida. A situação tornou-se mais preocupante, devido aos demais países fronteiriços com a Venezuela terem dificultado, ainda mais, o visto temporário de permanência das populações de refugiados em seus territórios. O viés político-ideológico, também, tem sido fator de tensão entre os governos brasileiro e venezuelano, pois, o governo venezuelano tenta disseminar a sua ideologia bolivariana a outros países do continente americano. Os dólares abundantes vindos da riqueza gerada pela exploração do petróleo, dava suporte financeiro ao avanço da

³⁹ Etnia indígena que habita o nordeste da Venezuela e o norte das Guianas. O termo Warao traduz como o "Povo do Barco", devido ao seu forte relacionamento com a água, ao longo de sua vida.

agenda bolivariana. Enquanto o Brasil era governado por um partido de viés de esquerda, o Estado brasileiro dava apoio à causa. No entanto, após a presidente do Brasil ter sido impedida de governar pelo Congresso Nacional Brasileiro, assume um presidente que começa a se afastar das teorias emanadas de Caracas. Com a perda de apoio do Brasil, o presidente venezuelano protestou, veementemente contra a destituição da antiga mandatária, ameaçando, inclusive, a soberania territorial brasileira com invasão militar. A partir de então, as relações bilaterais têm sido de pouca cordialidade, chegando, inclusive, a fechar sua fronteira e chamar seu embaixador de volta a Caracas.

4.3 Fronteira Brasil- Peru: a saída do Brasil para o Oceano Pacífico

O sonho de possuir saída para o Oceano Pacífico, persegue o Brasil desde os primórdios de sua formação territorial. Ainda no período colonial, a coroa lusitana já se discutia a necessidade de possuir territórios que dessem acesso ao Oceano Pacífico, visto que Portugal possuía muitas colônias localizadas nas Índias, e este corredor de acesso ao Pacífico facilitaria e diminuiria o tempo de navegação até essas colônias mais distantes da metrópole portuguesa. Na atualidade, o acesso ao Pacífico seria um incremento a mais nas exportações de produtos produzidos no Brasil. Um dos principais benefícios seria o barateamento do transporte nos modais terrestres e marítimos, uma vez que os maiores importadores de produtos brasileiros se encontram em países asiáticos.

Aos meados do ano 2000, os doze países que compõem o subcontinente sul-americano iniciaram conversações com a finalidade de “construir” um ambiente, em que se pudesse criar condições para promoção de integração física entre os países da América do Sul. Ações conjuntas seriam estabelecidas com a finalidade de modernizar a infraestrutura de comunicações, energia e transporte. Para isso, foi desenvolvido o programa de Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). A partir desse programa continental viabilizou-se a sonhada saída para o Oceano Pacífico, almejada pelo Estado brasileiro.

Oficialmente, a construção da rodovia, conhecida como Transpacífico ou Interoceânica, iniciou em 2002, porém, a maior parte das obras teve início em 2003 e 2005. No ano seguinte é inaugurada a ponte ligando Brasil e Peru, entre os municípios de Assis Brasil, Acre, e Iñapari, no Peru. A duplicação e asfaltamento da parte brasileira ficou pronta em 2007. No entanto, a liberação total da rodovia ocorre

somente no ano de 2010, quando o Peru concluiu o asfaltamento sob a sua responsabilidade.

Com extensão de aproximadamente 4.000 km, a construção da rodovia significa, na realidade, via de mão dupla, pois, enquanto o Brasil almeja atingir países da região Ásia–Pacífico, através de portos no Peru, passando ainda por Bolívia, o Peru pode se utilizar desta rota para escoar seus produtos para países da região do Oceano Atlântico, garantindo agilidade e baixo custo no frete das mercadorias. A Bolívia seria, também, beneficiada, pois, teria a partir dessa carreteira, portos a oeste e a leste da América do Sul, para escoar seus produtos de exportação, utilizando tanto portos peruanos quanto portos brasileiros. Pode-se pensar, inclusive, no incremento turístico que essa rodovia pode proporcionar aos países envolvidos e que estão em sua rota de destinos.

A fronteira entre Brasil e Peru tem uma extensão de 2.995 km, sendo considerada uma das 11 maiores linhas fronteiriças do mundo. Os estados limítrofes com o Peru são Acre e Amazonas. Com a constituição dos respectivos governos independentes de suas metrópoles, o império do Brasil e a República do Peru tratam logo de estabelecer relações diplomáticas e determinar os seus limites fronteiriços. Gonçalves (2009, p. 1301) destaca que “a urgência da medida por parte dos peruanos justifica-se não só tendo em vista a via fluvial amazônica, mas também devido ao litígio com o Equador”.

O governo peruano almejava uma saída para o Oceano Atlântico através de sua região oriental banhada pelo rio Amazonas. Embora o tratado de limites com o Brasil fosse favorável ao Peru com relação a sua linha divisória, a navegação pelo rio mar o deixava em situação desfavorável, pois, o governo imperial detinha a exclusividade de navegação pela bacia amazônica, tendo em vista que a maior parte dessa bacia encontra-se em território brasileiro, inclusive sua foz (GONÇALVES, 2009). Acuña destaca que

[...] lo que más llama la atención és cómo Brasil logro imponer sus intereses geopolíticos al Peru, apoyado en una relativa unidad política y tradición imperialista sobre la importancia de la frontera amazónica, que le permitió consolidar en *status* jurídico la posesión de Tabatinga y la exclusividad de navegación sobre el río Amazonas. En estas circunstancias quedaron enterradas las pretensiones del Peru, Colômbia y Ecuador que reclamaban territorialidad hasta el brazo Avati-Paraná y la orilla sur del río Japurá (ACUÑA, 2010, p. 29).

As primeiras tratativas para se definir as linhas divisórias entre os dois países, ocorreram em 23 de outubro de 1851, quando Duarte de Ponte Ribeiro, encarregado de negócios do Brasil, e Bartolomeu Herrera, Ministro de Relações Exteriores do Peru, assinaram em Lima o Tratado de Comércio, Navegação e Limites. A solução encontrada para definir as linhas limítrofes foi o princípio do *uti possidetis*, já utilizada pelo Brasil em outros acordos de fronteiras.

Neste tratado fica estabelecido que a localidade de Tabatinga seria o limite dos dois países, daí seguindo para o norte em linha reta até o rio Japurá, na foz do rio Apaporis⁴⁰. Embora, em 1858, os dois governos tenham iniciado o processo de demarcação do território fronteiriço, foi somente em 1866 que os primeiros marcos divisórios foram levantados na foz e vertente do igarapé Santo Antônio. Com este tratado o Peru garantiu autorização para a navegação pelo rio Amazonas.

No entanto, “pressão exercida por Estados Unidos e Inglaterra, tanto o Brasil quanto o Peru se viram obrigados a permitir a navegação sobre o rio Amazonas e seus afluentes a todos os países do mundo” (ACUÑA 2010, p.29, tradução nossa)⁴¹. Esta imposição estadunidense sobre a livre navegação pela Amazônia se dava, principalmente pela pressão do seu parque manufatureiro por nova fontes de fornecimento de matérias-primas para suas indústrias, que se desenvolviam em ritmo acelerado, levando os Estados Unidos a se tornarem, ainda no século XIX, o quinto maior produtor industrial do mundo.

Outra questão envolvendo a fronteira Brasil–Peru ocorreu na disputa pelo território do Acre. Como o governo peruano estava envolvido em conflito com o Equador, 1859-1860, o Peru cedeu sem maiores problemas territórios ao Brasil. Em 1863, o governo peruano, no entanto, tentou renegociar o acordo com base no tratado de 1777, o que não foi aceito pelo governo imperial. Conflitos ocorridos entre peruanos e brasileiros recolocaram a questão do território acreano na pauta de negociações, conquistada pelo Brasil através do Tratado de Petrópolis. Os peruanos reivindicavam parte do território boliviano cedido ao Brasil. Por conta disso, e sob o arbitramento argentino, Rio Branco neutralizou a área litigiosa. Como a Argentina deu ganho de causa à Bolívia, eliminou a pretensão do Peru. Magnoli aponta que Rio Branco firmou novo tratado de limites em 1909. Este novo tratado destacava que

⁴⁰ Este trecho da fronteira, disputado por Peru, Colômbia e Equador, passou para o domínio colombiano, sendo aproveitado essa demarcação para fixar os limites com o Estado colombiano.

⁴¹ Ante la presión de Estados Unidos y Inglaterra, Brasil y Peru se vieron obligados a permitir la navegación sobre el río Amazonas y sus afluentes a todos los países del mundo.

[...] Por ele, e de acordo com o *uti possidetis*, se transferiu para o Peru uma área acreana de 39 mil km². O novo tratado, porém, reafirmava essencialmente o ajuste de 1851, mas conferia ao Brasil a condição de primeiro país amazônico – e ainda hoje o único – a não ter nenhum litígio fronteiriço em suspenso (MAGNOLI 1997, p. 254).

Com o Peru, encerrava-se o ciclo de contestações territoriais entre os países amazônicos e o Brasil. No entanto, muitos países que possuem cobertura vegetal da floresta amazônica ainda não definiram totalmente suas linhas limítrofes, gerando tensões e desconfianças entre os Estados Nacionais envolvidos.

4.4 Fronteira Brasil – Colômbia: Amistosidade e problemas de tráfico de drogas na Tríplice Fronteira

A Colômbia é o único dos três países a possuir fronteiras somente com o estado do Amazonas. Delimitada pelo Tratado de Bogotá, em 1907, posteriormente ratificada pelo Tratado de limites e Navegação Fluvial de 1928, esta fronteira de 1.644 km de extensão está totalmente demarcada. As primeiras tratativas sobre a linha limítrofe entre Brasil e Colômbia se iniciaram logo após a independência em relação a Espanha. Nogueira (2007) destaca que “não foi somente o Brasil que conseguiu sair do domínio lusitano, o império espanhol, na América, começa a esfacelar-se”. Como consequência, ocorre

[...] o surgimento de diversas repúblicas, o que só vem agravar a questão dos limites, porque agora não são apenas dois Estados a negociar, mas no mínimo cinco novos negociadores, todos, evidentemente, querendo apropriar-se do maior território possível (NOGUEIRA 2007, p. 149)

Embora tenha se procurado chegar a acordos de delimitação das linhas de fronteiras ao longo do período imperial brasileiro, foi somente com o Barão de Rio Branco, na fase republicana, que tal feito foi atingido. Na segunda década do século XX, Colômbia, Peru e Equador se envolveram em conflitos territoriais pelas terras localizadas ao sul do rio Japurá ou Caquetá. Esta disputa ocasionou ganhos territoriais para a Colômbia, conquistando um território que depois foi denominado de Trapézio Amazônico⁴². Esta área foi delimitada, primeiramente entre Brasil e Peru, quando no acordo fronteiriço com este país. Quando a área foi conquistada pela Colômbia,

⁴² Território localizado no Departamento del Amazonas colombiano, tem o formato de uma península espremida entre Brasil, Peru e Colômbia. Esta região foi conquistada a partir de conflito entre Peru e Colômbia.

decidiu-se aproveitar a geodésica entre Tabatinga–Apaporis, que era o acordo originalmente acertado com o Peru, como linha provisória, e, logo após reconhecida oficialmente como linha fronteira entre Brasil e Colômbia em 1922. O Equador foi quem mais saiu prejudicado com as disputas territoriais que se envolveu com o Peru e Colômbia.

A díade com a Colômbia foi de certa forma mais complexa de ser delimitada uma vez que, embora o Brasil negociara com os Estados surgidos com a dissolução dos vice-reinos espanhóis com o conceito do *uti possidetis*, a Colômbia objetivava as negociações a partir da doutrina do *uti possidetis juris*. Estas questões perduraram por todo o período imperial brasileiro. Magnoli (1997) comenta que somente em 1907 se fixava a fronteira ao norte do Japurá, adiando a fronteira mais ao sul por conta dos litígios entre Equador, Peru e Colômbia.

Atualmente, a fronteira colombo-brasileira tem se destacado como rota de passagem de entorpecentes, que têm como destino final, os grandes centros urbanos localizados no Brasil, e, em, praticamente todos os continentes. Outra questão que envolve essa fronteira tem sido a estratégia de facções criminosas, fixando bases nessas lindes como forma de estar mais próximos aos carteis que fornecem a eles entorpecentes e armamentos de grosso calibre, desviadas das fileiras de grupos terroristas colombianos, que estão abandonando a luta armada, e, que passaram a combater o governo na esfera política.

A questão das guerrilhas colombianas que se movimentam próximas às fronteiras brasileiras, também, têm sido fator de preocupação das autoridades brasileiras, pois, ações de guerrilhas dentro do território nacional poderiam desencadear tensão entre os dois países. Embora as atividades de guerrilha das FARCS, grupo terrorista mais ativo e conhecido, tenha chegado ao fim da luta armada, outros grupos menos conhecidos ainda atuam de forma muito ativa dentro da Colômbia, e, também próximas à fronteira com o Brasil. As ocorrências mais frequentes dessas atividades guerrilheiras têm sido a região denominada de Cabeça do Cachorro⁴³, região do Alto Rio Negro, que faz fronteira com Colômbia e Venezuela, região de baixa densidade populacional, havendo somente três municípios ali localizados, São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. Com uma população absoluta, somada, de aproximadamente 94.512 habitantes (IBGE,

⁴³ É uma região localizada na microrregião do Alto Rio Negro, nas fronteiras com Colômbia e Venezuela. Recebe esse nome devido ao desenho formado na linha de fronteira, que lembra a cabeça desse animal abrindo sua aberta.

2016) e território com cerca de 294.432,088 km² (IBGE, 2016), a densidade demográfica é baixa para o território, havendo a ocorrência de somente 3,12 hab/km². Esta região não foi uma das rotas de migrantes que vieram para o Amazonas, para trabalhar na extração do látex, devido a rarefação da *Hevea brasiliensis*, ou simplesmente árvore da seringueira. No entanto, é uma região que apresenta diversidade cultural significativa, composta por diversas etnias que já habitavam a área antes da chegada dos primeiros europeus. Por conta disso, foram criados territórios ou reservas para que esses povos continuassem praticando as suas culturas sem intervenção externa, abrangendo grandes extensões territoriais desses municípios. Portanto, por ser uma região pouco povoada, as linhas fronteiriças ficam sem contato direto entre as populações lindeiras, e, propícias para a circulação e prática dos que ferem as leis do Estado brasileiro.

4.5 O Forte São Francisco Xavier de Tabatinga

A vila, situada sobre uma barranca de aluvião profundamente escavada e fendida em múltiplas direções, se compõe de uma dúzia de casas em ruínas em volta de uma espécie de praça central. Bem pouco poderia dizer dos seus habitantes, pois a tarde já ia adiantada quando fui à terra, e todo mundo se havia retirado com receio dos mosquitos. Duas pessoas estavam ainda encostadas à porta de suas casas e me aconselharam amigavelmente que não fosse adiante, a menos que me resignasse a ser devorada pelos mosquitos.

(LOUIS E ELIZABETH AGASSIZ)

A história de Tabatinga se inicia ainda na fase colonial, período em que Portugal e Espanha estavam ligados entorno da União Ibérica. Aproveitando-se desse fato, Portugal avança para o oeste de Tordesilhas, explorando territórios que estavam sob o domínio espanhol. Com o fim da união dos reinos ibéricos, as atividades de exploração religiosa e riquezas de Portugal já haviam se estendido para as calhas dos rios Solimões e Negro, garantindo, efetivamente a conquista dessas regiões. Com a intenção de tomar posse definitiva da região do extremo oeste amazônico, e último domínio territorial português, Mendonça Furtado, Governador do Pará, solicita à Metrópole o desmembrando do território paraense, com a finalidade de criar a Capitania de São José do Rio Negro, sendo aprovada em Carta Régia em 1755, mas, ainda subordinada ao Pará. Sua capital seria São José do Javari, uma antiga aldeia agora elevada a Vila, situada na foz do rio de mesmo nome. No entanto, por algumas

razões⁴⁴, a capital da dita capitania foi instalada na Vila de Mariuá, na calha do rio Negro, embora a Vila de São José do Javari, segundo Nogueira (2007, p. 147), havia sido “escolhida para impedir qualquer pretensão espanhola a partir daquele ponto à jusante do rio”.

Mesmo a capital da nova capitania não se instalando na região fronteira com o domínio espanhol, foi criada uma fortificação na boca do Javari, com a finalidade de intensificar a fiscalização e evitar contrabando de drogas do sertão por cidadãos espanhóis. No entanto, a localização se mostrou ineficaz, uma vez que os mesmos passavam subindo pela outra margem do rio Solimões, sem serem abordados ou fiscalizados de forma eficiente.

Com o intuito de intensificar a fiscalização de canoas que se destinavam ao Peru, o governador da Província do Grão-Pará e Maranhão, Fernão da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho (1763-1772) ordena a transferência de uma fortificação localizada na foz do rio Javari, que marcava o limite ocidental da coroa portuguesa na região amazônica, para a margem esquerda do rio Solimões. A partir desse termo é fundado o Forte São Francisco Xavier de Tabatinga. Baena (2004) aponta que

Pouco antes da plantação deste lugar no mesmo ano de 1766 tinha estabelecido ali o Alferes Francisco Coelho, comandante do registro da vila de São José do Javari, um destacamento composto de 9 soldados e um sargento, para ver e registrar as canoas, que vogassem para a povoação castelhana de Nossa Senhora do Loreto, ou outras do mesmo governo subalterno de Mainas e do geral de Quito: porque havia observado o dito Alferes que remontavam o rio algumas canoas sem procurar o registro da vila. [...] O Governador do Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive não só aprovou a medida daquele comandante do Javari, mas, ainda parecendo-lhe o sítio idôneo para defender o passo aos espanhóis mudou para ele o destacamento da vila de Javari, e fez alçar debaixo da mesma denominação do recém-plantado lugar um forte. (BAENA, 2004, p. 339-340)

Por esta região fronteira passaram exploradores naturais em busca de novas espécies vegetais e animais, desbravando os diversos canais fluviais existentes, desconhecidas, ainda, no velho continente, ou expedições militares e comissão científica espanhola desbravando e conquistando novos territórios. Em uma dessas expedições exploratórias Louis e Elizabeth Agassiz desembarcam no posto fronteiro de Tabatinga e descrevem as impressões que tiveram do posto militar: “quando se olha para os dois ou três pequenos canhões em bateria sobre o rio, a casa de taipa

⁴⁴ Em carta enviada por Frei Miguel de Bulhões ao governador paraense, destaca que, entre outras coisas, o Javari pela ocorrência de pragas que tem, é indigno de ser moradia perpétua de um governador, ao contrário do rio Negro.

que constitui o posto e os cinco ou seis soldados preguiçosamente deitados à sua sombra, tem-se bem o direito de não considerar a fortificação como formidável” (2000, p. 208). Ainda sob a perspectiva desse novo posto de controle português na sua fronteira do extremo oeste amazônico, o Forte São Francisco Xavier de Tabatinga é assim descrito por Marcoy

Esse posto militar, agora centenário, situa-se numa elevação de uns trinta pés que arremata numa ampla planície nua. Uma escadaria rústica cavada no barranco lhe dá acesso desde o rio. Duas casas de madeiras cobertas de palha, voltadas para o oeste e disposta em ângulo reto, eram os alojamentos do comandante. A caserna era um edifício estreito e longo distante um tiro de espingarda das duas casas e que, sendo-lhes fronteiro, recebia os primeiros raios de sol. Na extremidade da elevação, uma estrutura que parecia um saleiro, mas que outrora havia servido de guarita [...] com um mastro para a bandeira do Brasil e, para a defesa, quatro pequenas peças de artilharia de bronze esverdeadas pelo tempo, dava ao modesto cenário um toque marcial e militar (MARCOY, 2001, p. 49-50).

Atualmente o local onde supostamente esse forte teria sido construído, é chamado de Comara, próximo a uma aldeia indígena da etnia Ticuna. Tanto a Comara quanto a aldeia indígena foram “engolidos” pelo crescimento populacional e transformados em bairros, após a elevação de Tabatinga a categoria de município. Como a área da Comara sofre, frequentemente o fenômeno de terras caídas, possivelmente o forte tenha sido destruído nas muitas quedas dos barrancos causadas pelo solapamento das suas margens, pelas fortes correntezas do rio Solimões. Em conversas informais com moradores mais antigos de Tabatinga, estes narravam que o local onde está localizado o bairro da Comara avançava cerca de trezentos ou quatrocentos metros sobre o rio Solimões e era nesse local que havia as ruínas de um antigo forte, que guardava a passagem dos navegantes que vinham do Peru. Barretto (1958, p. 57) corrobora quando constata que “dois dos canhões que a artilhavam, encontram-se no Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro, e o restante no fundo do rio Solimões, sepultado pela erosão das suas margens”. O Exército brasileiro recolheu restos de madeira e peças de artilharia, durante uma grande seca do rio Solimões em 1990, que seriam do antigo forte que deu origem a localidade.



Fonte: fortalezas.org

O interesse da coroa portuguesa em saber o que ocorre em seus fundos territoriais, foi fator preponderante de surgimento de núcleos populacionais como forma de defesa do território, ações estas que se replicam na atualidade com o Estado Brasileiro. Pode-se perceber tal atenção quando brigadas inteiras do Exército são transferidas para a Amazônia, ou quando parcela significativa de recursos do tesouro nacional são utilizadas para construção de aeródromos nos mais longínquos lugares dessa vasta região, para apoiar os pelotões de fronteira. Isso demonstra, que mesmo com a integração entre os países que ocorre atualmente na América do Sul, o Estado Brasileiro ainda considera importante a vigilância de suas lindes.

A gênese do município de Tabatinga se inicia ainda no século XIX quando a cidade de Benjamin Constant se emancipou politicamente de São Paulo de Olivença. Tabatinga passa a ser um dos distritos pertencentes a Benjamin Constant⁴⁵. Por estar em uma região em que o território brasileiro se encontra com os territórios da Colômbia e Peru, foi criada em Tabatinga infraestrutura necessária para a consolidação das ações do Estado na região. Foram implantados um Batalhão do Exército Brasileiro (8º BIS/CFSOL), transferência da agência do Banco do Brasil de Benjamin Constant para Tabatinga, para atender aos militares e suas famílias. Construção de aeroporto internacional para atender aos voos regulares para ligar Tabatinga a capital Manaus e voos militares que levam suprimentos para o batalhão do Exército e de lá distribuídos para os pelotões de fronteira, mesmo havendo aeroporto de porte semelhante na

⁴⁵ Como município, Benjamin Constant recebeu, desde a sua criação, dos governos estadual e federal dotação em infraestrutura. Soldados da borracha chegavam nos navios da antiga Companhia de Navegação. Também os hidroaviões da Panair do Brasil passaram a fazer o percurso até ai, o que se tornou um atrativo da população local ver sua chegada (NOGUEIRA, 2007, p. 166).

vizinha Letícia, na Colômbia. Na figura 25 se observa o pátio de manobras do Aeroporto Internacional de Tabatinga, servindo de base para operações aéreas durante a Operação Multinacional AmazonLog⁴⁶, em 2017, com aeronave da USAF no pátio de manobras e, ao fundo, aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) decolando para mais uma missão.

Então, tem-se a particularidade em que o território que está submisso a outro, acaba por se tornar mais importante para o Estado Brasileiro do que o próprio município sede. A partir dessa constatação, a população do então distrito de Tabatinga, inicia articulações com o intuito de elevar seu status político à categoria de Município.

Figura 25 - Pátio de manobras do Aeroporto Internacional de Tabatinga, Amazonas



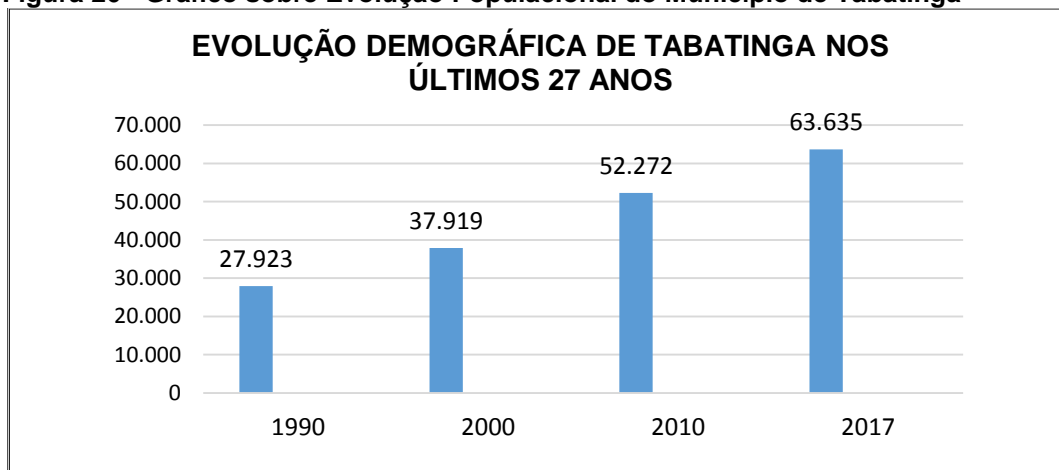
Fonte: Lenivaldo Marques, 2017.

O município de Tabatinga foi criado pela Emenda Constitucional nº 12, de 10/12/1981, (Art. 2º - disposições gerais e transitórias), delimitado pelo decreto estadual nº 6158, de 25/02/1982, desmembrado do município de Benjamin Constant e instalado em 01/02/1983 (IBGE CIDADES, 2013). Localizada no Estado do Amazonas, na mesorregião do sudoeste amazonense, microrregião do Alto Solimões, Tabatinga está a 04° 15' 09" de latitude Sul e 69° 56' 17" de longitude Oeste. Apresenta uma área de 3.266,062 km² e está a 60 metros de altitude em relação ao

⁴⁶ O AMAZONLOG17 é um Exercício de Logística Multinacional Interagências conduzido pelo Comando Logístico do Exército Brasileiro, inédito na América do Sul, que ocorrerá na Região Amazônica, mais precisamente em Tabatinga, área que envolve a tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. (Comando do Exército Brasileiro).

nível do mar. Sua população absoluta é de 63.635 habitantes, com densidade demográfica de 19,73 hab./km² (IBGE, 2016). É banhado pelo rio Solimões/Amazonas, na sua margem esquerda. O nome Tabatinga tem duas origens distintas. Na língua tupi significa barro branco, viscoso, encontrado no fundo dos rios. Na língua tupi guarani quer dizer casa pequena (IBGE, 2016).

Figura 26 - Gráfico sobre Evolução Populacional do Município de Tabatinga

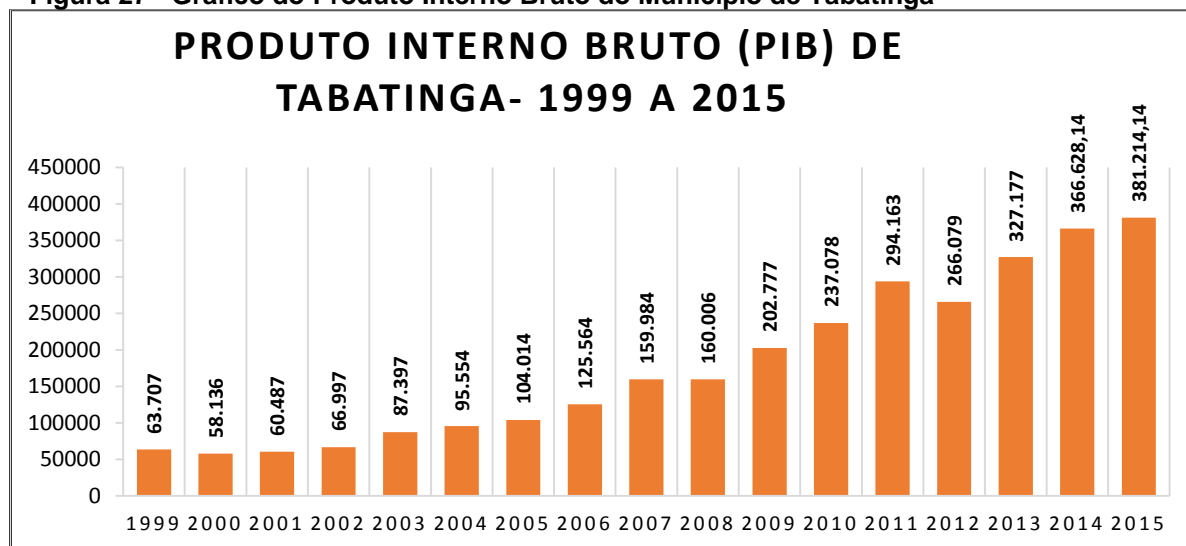


Fonte: IBGE CIDADES. Organizado por Lenivaldo Marques, 2018.

Tabatinga tem apresentado dados estatísticos que a destacam sobre os demais municípios localizados no Alto Solimões (ver quadro 11 e figura 27). É o município mais desenvolvido, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Produto Interno Bruto (PIB), além de possuir as melhores infraestruturas hidroviária e aeroviária. É o mais populoso dentre os municípios da calha do Alto Solimões, e por estar em área de fronteira, foi dado a ela incentivo fiscal através da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) sendo considerada Área de Livre Comércio, a partir da Lei nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989, que criou a Área de Livre Comércio de Tabatinga (SUFRAMA, 2014, p. 7), como forma de levar desenvolvimento com geração de emprego e renda para essa região, apesar de não ter atraído o interesse dos grandes e médios empresários de investir na região, mesmo com todos os incentivos fiscais oferecidos. Recebe voos diários de aviões de comerciais de grande porte. Vale destacar que a partir de Letícia, o “melhor bairro de Tabatinga” (NOGUEIRA, 2007), sai voos diários para as maiores cidades colombianas. Por vezes, para os cidadãos dos três lados dessa trífrente, voar para as grandes cidades brasileiras do sul e sudeste é muito mais acessível,

economicamente, comprar um bilhete em avião comercial decolando em Letícia com destino a São Paulo, por exemplo, do que se deslocar pelo território nacional.

Figura 27 - Gráfico do Produto Interno Bruto do Município de Tabatinga



Fonte: IBGE CIDADES. Organizado por Lenivaldo Marques, 2018.

Quadro 11 - Dados estatísticos dos Municípios do Alto Solimões⁴⁷

DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS DA MICRORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES					
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ABSOLUTA (2015)	ÁREA (Km ²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km ²)	PIB (2013) (Em R\$)	IDH (2010)
Amaturá	11.242	4.758	2,36	53.695	0,560
Atalaia do Norte	19.054	76.354	0,25	78.385	0,450
Benjamin Constant	41.329	8.793	4,70	166.435	0,574
Fonte Boa	19.669	12.110	1,62	138.039	0,530
Jutaí	15.824	69.551	0,23	106.376	0,516
Santo Antônio do Içá	23.075	12.307	1,87	118.289	0,496
São Paulo de Olivença	38.047	19.745	1,93	149.044	0,521
Tabatinga	63.635	3.225	19,73	266.069	0,616
Tonantins	18.782	6.432	2,92	98.905	0,548

Fonte: Lenivaldo Marques, 2018.

4.6 Tipos de modais de ligação com Tabatinga

A História relata que os primeiros estrangeiros a navegarem pelos rios amazônicos foram os espanhóis e portugueses, respectivamente. Esses navegadores somente conseguiram alcançar o “continente perdido”, porque o velho mundo

⁴⁷ As fontes sobre População, Área e PIB são originários do IBGE nos anos de 2015, 2002 e 2013, respectivamente. Os dados sobre IDH são originários do Atlas do Desenvolvimento Humano, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010).

vivenciava um salto sem precedentes nas tecnologias, que envolviam seus meios navais. Invenções como o astrolábio e caravelas que apresentavam dois, três e até quatro ordens de velas eram agora movidas pelos ventos. Estas novas tecnologias se fizeram perceber também na Amazônia, principalmente com o primeiro ciclo da borracha, ainda no século XIX. Nogueira relata que

Remos e velas dominaram por muito tempo a navegação na Amazônia, desde as primeiras expedições até praticamente a metade do século XIX, quando algumas companhias de navegação investiram em vapores para fazer o transporte na Amazônia (NOGUEIRA, 1999, p. 50).

Os principais modais de ligação com a cidade de Tabatinga se dá por vias aérea e via fluvial. A principal ligação fluvial ocorre com a cidade de Manaus com viagens que duram até sete dias, Manaus-Tabatinga, e três dias no trecho Tabatinga- Manaus. No entanto, outras conexões são realizadas ao longo de seu trajeto, parando em diversos portos, transportando cargas e passageiros, como demonstra a figura 28.

Figura 28 - Embarque no Porto Privado Voyager, com destino a Manaus



Fonte: Lenivaldo Marques 2017.

O modal hidroviário internacional também é explorado em Tabatinga, visto que, por se tratar de uma fronteira viva (MARTIN, 1998), o fluxo de pessoas e mercadorias oriundas do Peru é intenso. A população peruana que habita em Tabatinga é significativa, e, atua principalmente no comércio local. Nesse contexto, a cidade de Tabatinga é abastecida com gêneros alimentícios e enlatados oriundos da cidade de Iquitos. Estas mercadorias são trazidas por embarcações peruanas que atracam na

margem direita do rio, território peruano, e de lá são transportadas até o Porto da Feira de Tabatinga, como indicado na figura 29, abaixo.

Figura 29 - Porto da Feira Livre de Tabatinga. Na margem direita é território peruano e a montante do rio Solimões é território colombiano.



Fonte: Lenivaldo Marques, 2017.

Há, ainda, empresas peruanas que exploram a rota Tabatinga-Iquitos-Tabatinga, semanalmente. Estas embarcações são do tipo “rápido” ou “expresso”⁴⁸. Como estas empresas não têm licença para atuarem na margem esquerda do rio Solimões, no lado brasileiro, os passageiros atravessam à margem direita para, só então, embarcarem para Iquitos. A travessia até a outra margem se dá através de pequenas embarcações pec-pec⁴⁹, que diariamente transportam pessoas e toda gama de produtos.

Em relação ao transporte aéreo havia uma empresa peruana que fazia voos duas vezes por semana entre Tabatinga e Iquitos, operando hidroavião. No entanto, esta empresa encerrou as suas atividades e praticamente não há mais conexões aéreas com a capital de Loreto. No setor doméstico há voos diários, realizando a rota Manaus-Tabatinga-Manaus. Atualmente quem explora esta rota aérea é a empresa aérea Azul. Entretanto esta mesma rota já foi explorada pelas empresas aéreas Cruzeiro do Sul, Varig e Trip. A empresa aérea Cruzeiro fazia, inclusive, a conexão

⁴⁸ É a denominação dada pela população amazônica, de um modo geral, para embarcações que alcançam seus destinos com mais rapidez que os barcos regionais devido a motores mais potentes e, por isso mesmo, atingem maiores velocidades.

⁴⁹ São pequenas canoas impulsionadas por motores de popa tipo rabeta ou catraia, e que assim são chamados, pela população local, devido a seu som característico.

Tabatinga-Iquitos-Tabatinga até início dos anos 1990, do século XX, quando, também, deixou de explorar esta malha aérea.

4.7 Conurbação Tabatinga (BRA) – Letícia (COL) e seus fluxos

Por mais que as relações entre brasileiros e peruanos sejam de amizade e o transporte hidroviário entre Iquitos e Tabatinga seja intenso, transportando passageiros e toda gama de produtos que abastecem o comércio local, é com a capital do departamento do Amazonas colombiano, o município de Letícia, que se dá o maior fluxo tanto comercial, social, quanto cultural. Cidade-gêmea⁵⁰, do tipo sinapse⁵¹, a proximidade tem provocado uma ligação muito mais amistosa entre brasileiros e colombianos do que com os peruanos.

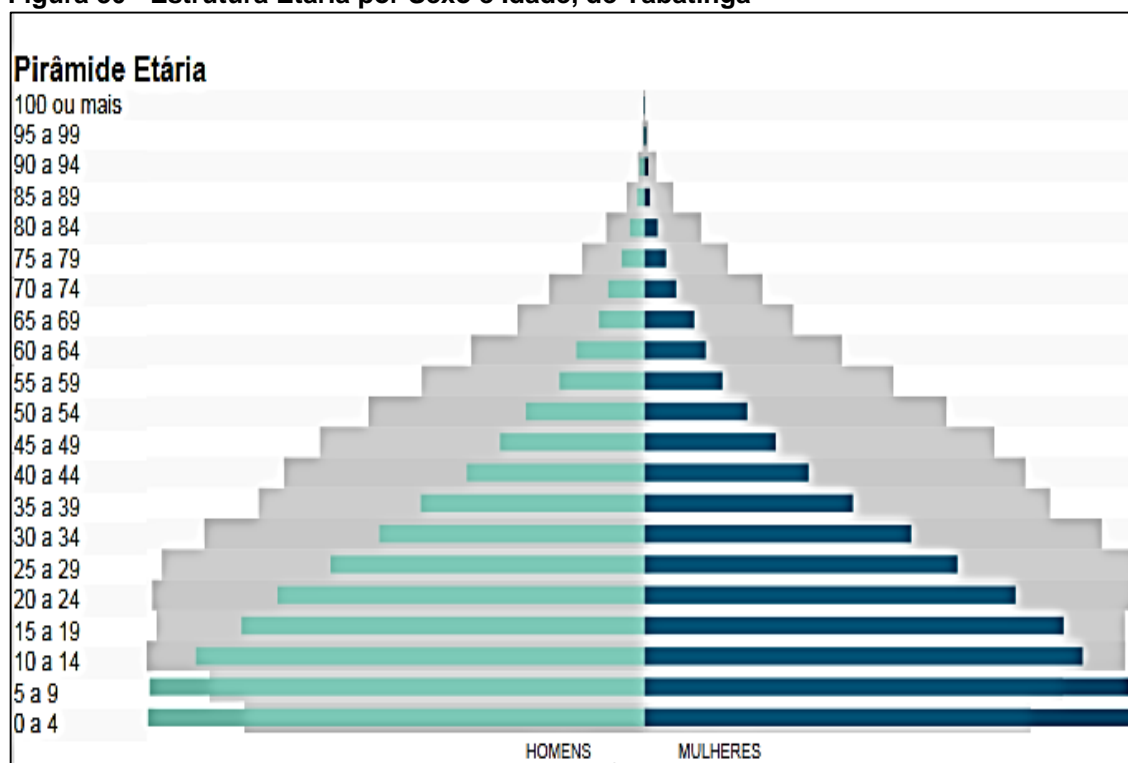
A conurbação formada por Tabatinga e Letícia e as relações de amizade entre estes faz com que, praticamente não se perceba a linha fronteira que separa os dois países. É comum os colombianos se abastecerem de gêneros alimentícios comprados em Tabatinga. Assim como é comum os brasileiros irem às compras no lado colombiano em busca de produtos industrializados como perfumes, calçados entre outros, pois, os mesmos produtos são oferecidos com preços mais elevados em Tabatinga. Isso ocorre devido a cidade de Letícia ser uma Zona Franca, o que facilita a importação de produtos do Panamá e Ásia, principalmente.

As migrações internas e externas que adotaram, e, adotam essa tríplice fronteira para se estabelecer, tem contribuído para enriquecer a cultura local. As migrações andinas colombianas e peruanas, as migrações internas do Brasil, representadas, principalmente pelos agentes públicos que são transferidos para lá com suas famílias, em contato com a população indígena, tem estimulado as relações sociais endêmicas.

⁵⁰ São adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura – e que apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005, p. 152).

⁵¹ Refere-se à presença de alto grau de troca entre as populações fronteiriças. Esse tipo de interação é ativamente apoiado pelos Estados contíguos, que geralmente constroem em certos lugares de comunicação e trânsito infraestrutura especializada e operacional de suporte, mecanismos de apoio ao intercâmbio e regulamentação de dinâmicas, principalmente mercantis (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005, p. 147).

Figura 30 - Estrutura Etária por Sexo e Idade, de Tabatinga



Fonte: IBGE CIDADES

4.8 O transporte urbano conurbado

Tabatinga tem uma responsabilidade que vai além de seu território. É o ponto central de uma rede que atua, inclusive, no campo internacional. A partir do reconhecimento da importância de Tabatinga entende-se que os fluxos de transportes urbanos, são parte importante dessa rede. Faz-se necessário enfatizar o modal urbano que movimentava a população dessa conurbação. Os transportes viários entre as duas cidades é uma mistura de categorias profissionais que, pelo tamanho das mesmas, não comporta todos ao mesmo tempo. Com base nessa constatação, percebe-se a organização espacial idealizada como forma de comportar os diversos atores envolvidos.

A observação dessa espacialidade consubstancia-se quando se verifica o acordo entre taxistas e mototaxistas. Diuturnamente os táxis, praticamente atuam somente em pontos específicos, um deles o aeroporto. Os mototaxistas podem levar passageiros para o aeroporto, mas, não podem fazer corridas a partir do aeroporto. Essa prerrogativa cabendo ao taxi. Na parte da noite, somente os mototaxistas circulam pela cidade, enquanto os taxis atendem a partir de chamadas telefônicas ou a partir de pontos específicos. Quando a corrida de táxi ou moto táxi tiver que

atravessar a fronteira para Letícia, este poderá somente levar o passageiro, mas, está proibido trazer passageiro para Tabatinga. Este acordo também envolve os taxis e tuc-tuc⁵² colombianos que transitam entre Letícia e Tabatinga. No lado colombiano não existe a categoria mototaxistas, sendo realizada de forma irregular e incipiente.

O transporte de passageiros, ou coletivos, são os únicos que podem transportar passageiros de Letícia e Tabatinga, e, também fazer o sentido inverso com passageiros. Esses transportes são realizados por veículos tipo Kombi, muitas em precário estado de conservação, e, por micro-ônibus de origem colombiana. A corrida de táxi, mototaxi, tuc-tuc e coletivos podem ser pagas tanto em moeda brasileira quanto em moeda colombiana, o peso. A moeda peruana, o Sol, tinha certa resistência em ser aceita, apesar de que muitos dessas categorias têm começado a aceitar também. É importante enfatizar, que para o transporte urbano, todas as três moedas nacionais têm o mesmo valor de troca. Há um transporte coletivo, realizado por micro-ônibus, que circula somente dentro do município leticiano, uma vez que realiza viagens para a sua zona rural, trazendo e levando pessoas e mercadorias.

⁵² É um triciclo motorizado, com cabine, utilizado para transportar passageiros ou mercadorias, muito utilizados em países da Ásia e América do Sul, tais como Peru e Colômbia.

Figura 31 - Fronteira conurbada entre Tabatinga e Letícia⁵³



FONTE: Lenivaldo Marques, 2018.

4.9 Letícia: A irmã rica de Tabatinga

Os primeiros assentamentos populacionais na região conhecida hoje como tríplex fronteira amazônica, no extremo oeste amazonense, se dá a partir da decisão do império espanhol em iniciar o povoamento na fronteira com os lusitanos. Em 1760, a Espanha funda o povoamento Nuestra Señora de Loreto de Ticunas, pelo religioso jesuíta Joaquin Hedel, como frente de resistência ao avanço português nesse território, que estava expulsando e extinguindo todas as missões religiosas espanholas que ali haviam se instalado. Por conta disso, Portugal funda o Forte de Tabatinga em 1766, a aproximadamente sessenta quilômetros rio abaixo, estabelecendo ali seu limite com a Espanha (BOTÍA, 2012). De acordo com os relatos do padre Manuel Uriarte, os missionários já estavam advertidos que deveriam abandonar a região, quer seja pelo acordo de Madri, ou, também pelo avanço e alcance do processo de demarcação. Cotía comenta que

[...] Uriarte fué testigo de los trabajos que hacían los portugueses en el recientemente establecido fuerte de Tabatinga, en terrenos que, según el Tratado de Madri, deberían reconocerse a la corona española. Para el padre,

⁵³ Ponto de contato entre Brasil e Colômbia. Vale ressaltar que o principal marco divisório entre os dois países está envolto pelas construções irregulares dos dois lados da fronteira.

el establecimiento de Tabatinga por orden del Gobernador del Pará era una consecuencia de la expulsión [...] (BOTÍA, 2012, p. 25).

Quando o império brasileiro assinou o acordo com o Peru, em 1851, os marcos fronteiriços foram levantados na fronteira entre os dois países no rio Amazonas e na foz do igarapé Santo Antônio, há uns dois quilômetros da Vila de Tabatinga. Do lado peruano da fronteira recém demarcada, em 1867 militares instalaram o Forte Ramón Castilla que posteriormente deu origem ao povoamento de Letícia. Vale ressaltar, que o nome Letícia tem duas versões sobre a sua origem. A primeira versão consta que Letícia foi o nome dado ao acampamento de trabalhadores peruanos que foram destacados para essa fronteira, com o intuito de construir o forte militar peruano Ramón Castilla (BOTÍA, 2008). A segunda versão, segundo Nogueira (2007) dá conta de que o engenheiro Manoel Chacon, responsável pelo levantamento das cartas náuticas fronteiriças, chamava esse povoado de Puerto Letícia nos relatórios enviados à marinha de seu país, como forma de homenagear uma donzela por quem nutria paixão, Letícia Smith, moradora de Iquitos.

O povoado de Letícia foi importante posto aduaneiro peruano na fase gomífera, período em que o vale do Amazonas ganhou notoriedade devido à grande quantidade de árvores de seringueira existentes. Esse posto peruano, assim como o de Tabatinga eram importantes pontos de fiscalização para combater o tráfico de produtos extrativistas, tanto por brasileiros quanto por peruanos que navegavam pelos rios Amazonas e vale do Javari.

Como eram latentes as disputas fronteiriças entre Peru, Colômbia e Equador, devido a fragmentação dos vice-reinados espanhóis, diversos conflitos ocorreram ao longo dos anos. A região de Letícia foi disputada por Peru e Colômbia em 1911 e em 1922. Após esses conflitos, os dois países acertam acordos sobre a área em litígio. Pelo acordo o Peru cedia à Colômbia a região fronteiriça com o Brasil e em troca a Colômbia reconhecia a soberania do Peru sobre o território ao sul do rio Putumayo, também reivindicado pelo Equador. No entanto, o acordo sofreu fortes críticas da população peruana, mesmo sendo ratificada em 1928.

Como resposta a essa insatisfação, em 1932 um pequeno grupo de peruanos, e, logo depois tropas militares invadiram e tomaram prédios públicos do povoado de Letícia. Isso foi possível devido ao abandono institucional em que essa localidade experimentou em relação ao governo central colombiano. Essa agressão provocou mais um conflito entre Peru e Colômbia pela disputa territorial da localidade de Letícia.

Vale destacar a colaboração dada às forças armadas colombianas, pelos estaleiros localizados em Manaus, ao alugarem embarcações para transportar tropas colombianas durante o conflito com o Peru, como destaca a figura 32. Em 1933 a Liga das Nações intermediam uma solução para o conflito. Em 1934 o Peru reconhece, definitivamente a soberania colombiana sobre a localidade de Letícia, selado através da ratificação do Tratado Lozano-Salomón.

Figura 32 - Área do conflito entre Peru e Colômbia, por Letícia.



Fonte: Ministério de Defesa Nacional, Colômbia.

Após o conflito, o Estado colombiano inicia o processo de integração dessa localidade ao conjunto do seu espaço territorial, investindo maciçamente na infraestrutura e incentivando a migração populacional de outras regiões do país, notadamente a região andina, pois, ainda estava desconfiado com a atitude dos peruanos com relação a Letícia. Para Acuña, “los elevados sentimientos patrióticos colombianos como consecuencia del conflicto colombo-peruano, se dio en Letícia un avivamiento del afán de soberania nacional que se reflejo en la implementación de servicios y en la proyección de la futura ciudad” (2010, p. 51).

Em 1991 a Constituição Federal colombiana altera o status político da Comissaria del Amazonas, até então subordinada ao Departamento de Putumayo, elevando à categoria de Departamento, tendo Letícia como sua capital. Como consequência, os investimentos em infraestrutura se tornaram mais elevados, além de receber instituições federais e criação de instituições estaduais, como forma de organizar o novo departamento. Nos primeiros anos de criação, a cidade de Letícia

utilizou, maciçamente a mão de obra brasileira, visto que Tabatinga havia recebido grande quantidade de migrantes vindos do Vale do Javari, nas décadas de quarenta e cinquenta do século XX, por conta da decadência do ciclo da borracha após o fim da 2ª Guerra Mundial. Como afirma Motta

Por lo tanto, antes de que Tabatinga pasara de ser un fuerte militar a una ciudad, gracias a la creación del municipio, las relaciones cotidianas se tejian principalmente entre Letícia e El Marco. Em 1983, El Marco fue absorbido por la nueva unidad administrativa brasileña. Pese a ello, la relación de estas dos poblaciones -El Marco e Letícia-, muy fluida puesto que la construcción de la ciudad colombiana empleó la mano de obra que vivia em El Marco, así como en los diferentes servicios que demandaba la ciudad colombiana en el primer tercio del siglo XX. (MOTTA 2012, p.205)

Ainda que já houvesse uma pequena inclinação de influência regional a favor de Letícia, a sua elevação a categoria de capital fez com que a cidade colombiana aumentasse ainda mais a sua hegemonia nos circuitos socioeconômicos de vasta região da Amazônia, nos territórios dos três países limítrofes. A influência econômica é a que mais se sobressai nessa tríplice fronteira. O interesse por peixes tipo bagres e ornamentais, por empresários da região austral colombiana faz com que a cidade de Letícia se torne um entreposto importante desses pescados, provocando demanda aos pescadores brasileiros que para essa cidade vendem grandes quantidades de peixes. Estima-se que 500 toneladas de pescados são comprados por ano, pelos frigoríficos existentes e destes, 80% são exportados para outras regiões colombianas. Ao exportar tais produtos, Letícia consegue tornar viável os voos cargueiros que vêm buscar esses pescados⁵⁴. Com isso, essas aeronaves trazem produtos originários de regiões mais centrais da Colômbia, abastecendo, assim, o mercado de Letícia de frutas e verduras frescas, além de produtos industrializados, fazendo com que cidadãos militar e civil de Tabatinga se abasteçam de produtos, garantindo mercado certo nessa região (NOGUEIRA, 2007).

Desde sua fundação, Letícia apresenta uma grande diversidade etnológica na sua formação populacional, retratando uma população relativamente jovem, como atesta a figura 34. De origem indígena, e depois com a presença de brasileiros e peruanos na década de 1960, hoje a população leticiana experimenta a inserção de populações de descendência europeia, período em que a região recebeu grande quantidade de migrantes oriundos dos Andes, sendo este período chamado de

⁵⁴ É importante ressaltar que devido ao “isolamento” geográfico de Letícia dos grandes centros urbanos das áreas centrais da Colômbia, está no extremo sul do território colombiano, os produtos importados desses centros se tornariam mais onerosos para o comércio local da fronteira.

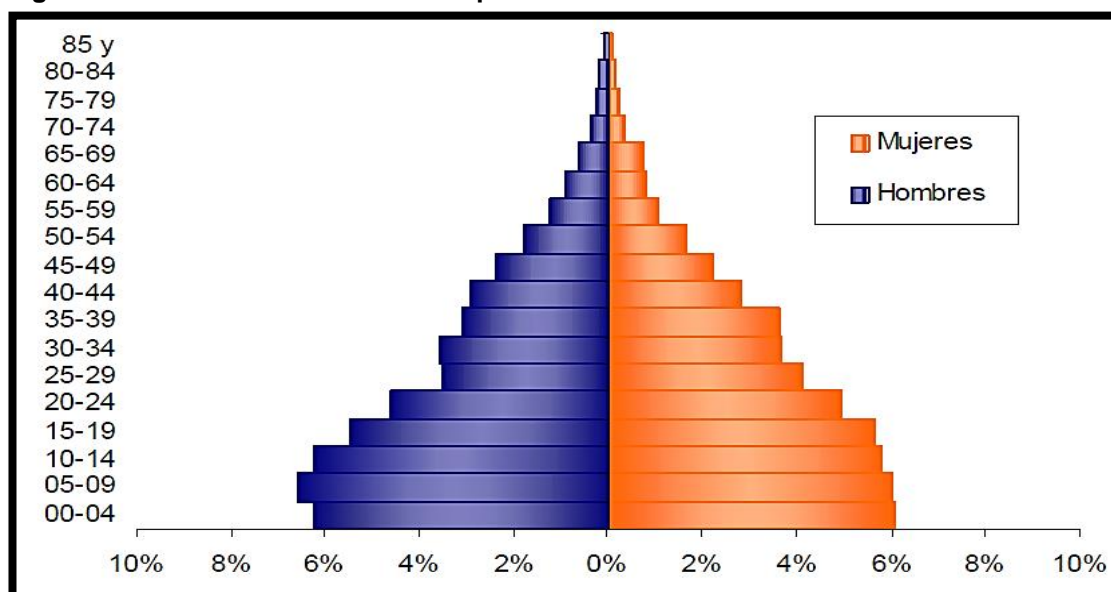
andinização da Amazônia. Com isso a população absoluta observa um salto quantitativo, o que vem de encontro à política que o Estado colombiano implementou para essa fronteira, qual seja a de povoar e desenvolver a partir de obras civis e militares, como indica a figura 33, abaixo.

Figura 33 - Crescimento populacional do município de Letícia



Fonte: DANE: Proyección de la población, 2017; Banco de La República: Anuário Estadístico, 1999.

Figura 34 - Pirâmide Etária do Município de Letícia



Fonte: Departamento Administrativo Nacional de Estadísticas, 2005

A partir da década de 1970 o território colombiano do trapézio amazônico começou a ser utilizada por grupos de traficantes, que elegeram essa fronteira como base para suas operações. Nas próximas décadas Letícia experimentou um crescimento exponencial de sua economia, quando surgiu um pequeno cartel de drogas conhecido como Cartel de Letícia. A narcoeconomia, como não poderia deixar de ser, refletiu na economia de sua vizinha, Tabatinga. A presença de carteis de drogas na zona limdeira tripartite, cooptou principalmente os jovens, em uma cidade em que a maioria da população é predominantemente formada por jovens, como retrata a figura 30, além de populações tradicionais que viam no tráfico de drogas, a forma de garantir renda mais rápida, em uma região onde a fraca economia não proporciona abertura de vagas de emprego, que possam inserir os jovens no mercado de trabalho.

Na década de 1980, o confronto a esse grave ilícito passa a ser combatido de forma mais repressiva, tendo os três países envolvidos trabalhado de forma a coordenar as ações que culminaram em apreensões de entorpecentes e prisões de criminosos. Como consequência, a economia dos territórios fronteiriços experimentou uma forte recessão na circulação de capitais, provocando a falência de diversas empresas que haviam sido criadas no período áureo do tráfico de drogas nessa região.

4.10 Iquitos, Peru: Distante geograficamente, mas importante para a economia da Tríplice Fronteira

Assim como todas as cidades fundadas na Amazônia espanhola, Iquitos teve sua gênese a partir da fundação de um povoado para abrigar uma missão religiosa⁵⁵. No entanto, entre os próprios historiadores peruanos há incerteza onde e quando de fato surgiu Iquitos. Há relatos de que o povoamento de Iquitos surge ainda nas expedições religiosas de padres jesuítas e franciscanos a serviço da coroa espanhola, pelos rios Nanay e Amazonas, quando fundaram o povoamento de San Pablo de Napeanos, para abrigar os nativos da etnia Napeanos e Iquitos, situados às margens do rio Nanay. Sua população nativa se dispersou em 1757, sendo posteriormente essa população levada para às margens esquerda do rio Amazonas⁵⁶, organizada pelo Padre José Bahamonte (SAN ROMAN, 1994). Entretanto, a versão levantada e que

⁵⁵ Paradigma dos conquistadores espanhóis como forma de tomar posse do território.

⁵⁶ Localização atual da cidade de Iquitos.

foi oficialmente aceita como data de criação de Iquitos, com base na chegada dos barcos da marinha peruana Pastaza, Próspero y Morona, no dia 5 de janeiro de 1864, trazendo recursos humanos e materiais para a fundação de uma base naval (GARCIA, 2012).

O período áureo da borracha se traduziu em desenvolvimento comercial intenso para a cidade de Iquitos, uma vez que se transformou na capital *del caucho* na Amazônia peruana, transformando-a, juntamente com Manaus, nas cidades polos de exploração gomífera, bem como uma das mais ricas do continente. Pode-se notar a riqueza gerada pelo caucho, ao observar que a cidade de Iquitos, já possuía uma linha de trem urbano no início do século XX, como se nota na figura 35. No período da borracha, Iquitos recebeu grandes levas de migrantes peruanos vindos de outros lugares do Peru, além de imigrantes de países europeus, que para lá migraram em busca de riquezas proporcionadas pela extração e comercialização da goma.

A partir de Iquitos, o governo de Lima implementava todas as políticas de controle das fronteiras com o Brasil, e Letícia foi o seu posto de fiscalização mais importante. Por conta disso, a população de Loreto não aceitou de bom grado a perda de Letícia para os colombianos. Assim como o Brasil, o Peru tinha pretensões expansionistas e em muitas ocasiões demonstraram tal fato, principalmente em relação a Amazônia onde disputava vastos territórios com Colômbia e Equador, como espólios da desintegração dos vice-reinos espanhóis.

Distante mais de 1850 km de sua capital federal, Lima, Iquitos é a sexta maior cidade do Peru. Mesmo assim, chegar nessa cidade é considerado de difícil acesso para as demais regiões do Peru, pois, se chega somente por vias aérea ou fluvial. Ainda assim, é ator de primeira ordem na configuração espacial da Tríplice Fronteira que forma o Peru, juntamente com Brasil e Colômbia. Mesmo estando a mais de 370 km de distância de Tabatinga, em linha reta, exerce forte influência na dinâmica social, cultural e econômica dessa fronteira. Com forte migração peruana, Tabatinga tem conseguido reduzir os custos dos hortifrúti e produtos industrializados oferecidos em seu comércio, a despeito de sua distância dos grandes centros do Brasil, graças aos comerciantes peruanos que têm em Iquitos grande fornecedora desses produtos.

Figura 35 - Primeira linha de trem construída em Iquitos, em 1910.



Fonte: https://es.wikipedia.org/wiki/Historia_de_Iquitos#/media/File:Primer_ferrocarril_de_Iquitos.jpg

Além dos produtos exportados para a fronteira, Iquitos também tem na exploração de petróleo e seus derivados, grande fonte de recursos para os cofres do governo loreto. A gasolina ali fabricada também é exportada para a fronteira, atingindo a outros municípios da Microrregião do Alto Solimões, como Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tonantins e Jutai. Este tipo de produto tem sido bastante fiscalizado por agentes brasileiros ao abordarem balsas, tanto de bandeira peruana quanto brasileira ou colombiana, que navegam pela calha do Solimões. A despeito dos produtos hortifrúti e industrializados que são descarregados e comercializados somente em Tabatinga, sofrerem pouca ou nenhuma fiscalização pelas autoridades aduaneiras do Brasil, a gasolina sofre maior fiscalização, uma vez que é em maior quantidade, fora das especificações técnicas estabelecidas pelas autoridades brasileiras e se destinam a localidades fora das zonas de fronteira.

4.11 A criação da Estratégia de Segurança Pública nas Fronteiras do estado do Amazonas (ESFRON - AM)

Como mencionado no capítulo sobre a ENAFRON, preocupados com o que ocorrem nos rincões de seu território, o Estado brasileiro, através do Ministério da justiça criou estratégias específicas para os onze estados, que têm áreas de fronteira com nove Estados nacionais e uma possessão francesa. No Ministério da Justiça, a responsabilidade ficou a cargo da Secretaria Nacional de Justiça, no âmbito da Estratégia Nacional de Fronteiras (ENAFRON) para criar mecanismos que possam

combater os crimes típicos de região de fronteira. O Amazonas, juntamente com outros dez estados assinaram convênio com o Ministério da Justiça com a finalidade de reaparelhar os órgãos estaduais de segurança que atuam nessas regiões.

No Amazonas, o plano Estratégia Estadual de Segurança Pública Integrada para a Região de Fronteira e Divisas do Amazonas (ESFRON), foi criado e executado pela Secretaria de Segurança Pública, por meio do Decreto nº 7.496 de 8 de junho de 2011. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas

[...] A Efron tem a missão de desenvolver ações de prevenção da violência, repressão qualificada e de assistência social, inicialmente na linha de fronteira do Amazonas com a Venezuela, Colômbia e Peru, objetivando impedir, conter e reduzir a incidência de práticas delituosas e vulnerabilidades, mediante articulação e integração das forças estaduais da Segurança Pública e parceiros das esferas dos governos Federal e municipais, em interação com as comunidades locais. (SSP – AM, Portaria 074/2011)

Com um investimento inicial de cerca de R\$ 3,5 milhões de um montante de R\$ 13 milhões para a finalização de implantação da primeira parte do programa, o Estado brasileiro, indiretamente, estimula a economia de uma forma geral, uma vez que serão realizadas licitações e posterior compras de materiais que possam reaparelhar os órgãos de segurança, que atuarão nas fronteiras. Ainda segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, essa parte do recurso foi para a compra de viaturas, armamentos e equipamentos a serem enviados para a fronteira, além da instalação de um Escritório de Inteligência (ERINT) na região.

Tabatinga tem sido palco de graves perturbações sociais relacionadas a disputa entre facções criminosas, que atuam, principalmente nos Estados limítrofes colombiano e peruano. Por servir como corredor de passagem de drogas, a população de Tabatinga tem sofrido com homicídios decorrentes do tráfico de drogas. De acordo com Paiva, o problema ocorre por que

A cocaína é um componente importante da vida social na tríplice fronteira, mobilizando múltiplos sujeitos para sua produção, transporte, circulação e distribuição da droga para as demais cidades brasileiras. O que preocupa a população de Tabatinga, no entanto, não é a droga que passa, mas a que fica nas cidades do Alto Solimões e tem produzido efeitos práticos na vida de quem mora na região. [...] Os moradores falam da violência em Tabatinga como um problema que tem se intensificado, principalmente as práticas de vitimização de moradores em função de assaltos e furtos. (PAIVA 2015, p.24)

Contudo, as ações do Estado para mitigar tais crimes têm sido bastante incipientes, ou seja, com pouco resultados concretos. É importante salientar que as forças de segurança dos outros dois Estados nacionais que compõem essa tríplice fronteira, têm combatido o tráfico de drogas, algumas vezes de forma combinada entre as suas forças de segurança. Como afirma um dos ex coordenadores de implantação da ESFRON no Amazonas, o Coronel PM Paulo Roberto Vital

[...] com a instalação das duas bases, serão realizadas constantes operações também nas cidades próximas de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, como é o caso de Benjamim Constant, Atalaia do Norte, Santo Antônio do Içá, no alto rio Solimões, e Barcelos e Santa Izabel do Rio Negro, no alto rio Negro, sempre em integração do Sistema de Segurança Pública (polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Detran) e órgãos federais, como Forças Armadas e polícias Federal e Rodoviária. O atendimento imediato a ocorrências nesses municípios será feito pela Força Integrada de Resposta Rápida, uma equipe formada por policiais, bombeiros e agentes treinados especialmente para atuar em regiões de fronteira. (SSP – AM, 2012)

Portanto, a implantação da Estratégia de Segurança Pública nas fronteiras (ESFRON) visa incrementar a articulação dos diversos atores localizados nessa tríplice fronteira, com o intuito de dinamizar a interoperacionalidade no combate aos tipos de crimes transfronteiriços. Várias operações conjuntas com outros órgãos fiscalizadores têm sido frequentes, principalmente no combate as drogas e aos contrabandos, que provocam perturbações sociais e evasão de divisas ao Estado brasileiro. Exemplificando tais ações, pode-se citar as operações de apoio ao IBAMA durante as fiscalizações de madeireiras e barcos regionais, assim como a participação nas Operações Ágata, estas em cooperação com as forças armadas brasileiras.

Formada por uma fronteira viva (MARTIN,1998), o controle de circulação de pessoas entre Brasil, Colômbia e Peru é quase inexistente. Existem postos de controle entre Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). No entanto, não ocorrem fiscalizações que objetivem combater o tráfico de ilícitos e o contrabando, uma vez que o trânsito entre esses dois Estados sempre foi tolerado.

No tocante a fronteira com o distrito de Santa Rosa (PERU), também não se percebe fiscalização que interrompa o vaivém de pequenas embarcações pec-pec, que diariamente transportam pessoas e toda a gama de produtos, muitos deles para abastecer o comércio de Tabatinga. A população tabatinguense acusa as autoridades brasileiras de serem negligentes em relação ao controle de imigração de cidadãos peruanos, pois, estes são apontados como os que mais praticam crimes nesse município. (PAIVA, 2015)

A base operacional da Esfron está localizada em Tabatinga está posicionado em prédio da Polícia Federal, reunindo a Força Integrada da Polícia Civil, da Polícia Militar, Bombeiros e Polícia Técnico-científica. A ponta de lança desse programa é a Força Integrada de Resposta Rápida (FIRR)⁵⁷, treinados, especificamente para atuação em áreas fronteiriças, como mostra o quadro 12, abaixo.

Quadro 12 - Efetivos básico da FIRR/AM⁵⁸

DESCRIÇÃO	CARGO	EFETIVO PREVISTO	EFETIVO EXISTENTE
Coordenador – CMT	Oficial PMAM	01	01
Subcomandante Graduado	Graduado PMAM	01	01
Guarnição – Praças	Cabo e Soldado PM	18	09
Polícia Civil	Delegado	01	01
Polícia Civil	Escrevente e Agente	05	03
Polícia Civil – DPTC	Perito	01	01

Fonte: ESFRON/SSP-AM

O planejamento inicial da ESFRON seria a atuação em todos os três municípios fronteiriços com Peru e Colômbia, sendo eles Benjamin Constant e Atalaia do Norte, mas, baseados em Tabatinga. A partir desse município seriam planejadas ações de caráter repressivo de combate a ilícitos, que perpassam a soberania dos Estados limítrofes. A proposta inicial seria implantar bases operacionais da ESFRON em três municípios localizados nas faixa e linha de fronteira. Nessa fase seriam implantadas bases, além de Tabatinga, em São Gabriel da Cachoeira e Boca do Acre. No entanto, por falta de recursos a implantação de bases operacionais ficou restrita em Tabatinga. O início das operações abrangia o patrulhamento de toda a área urbana e rural do município, realizando apoio as operações de instituições que atuam na fronteira tais como IBAMA, Polícia Federal, Receita federal, e outros, atingindo resultados expressivos na apreensão de drogas, armas e veículos, apoiando as ações dos agentes do 8º BPM e da Polícia Civil, locais. O quadro 13 aponta as primeiras apreensões realizadas quando no início das operações da ESFRON em Tabatinga.

⁵⁷A Força Integrada de Resposta Rápida é uma composição multi-institucional da polícia militar, polícia civil, polícia técnico-científica e bombeiros visando a atuação em fronteira a partir de municípios base. Está subordinada à Secretaria de Segurança Pública através do setor de Coordenação da Estratégia Estadual de Segurança Integrada na Região de Fronteira e de Divisas do Estado do Amazonas, originariamente uma Câmara Técnica de Fronteira dentro do Gabinete de Gestão Integrada Estadual.

⁵⁸ Atualmente o quadro de efetivo da FIRR está em torno de 40 agentes que são enviados para as operações na fronteira, em Tabatinga. Porém, varia conforme necessidade operacional.

Quadro 13 - Primeiras apreensões realizadas pela FIRR

DESCRIÇÃO	2013	2014
Veículos apreendidos	17	18
Medicamentos	00	1 caixa
Armas de fogo	91	04
Veículos recuperados (produto de furto/roubo)	11	02
Munição	04	28
Entorpecentes (maconha)	0.290 gramas	3.680 gramas
Entorpecentes (cocaína)	0.980 gramas	2.000 gramas

FONTE: Gerência de Estatística/SSP-AM

Como já citado, o contrato assinado entre a União e os estados fronteiriços descreve a obrigação de cada ente federado com o governo federal. Com base nesse contrato, o governo federal entra com os recursos financeiros e os governos estaduais com os recursos humanos. Isso implica, para os estados, ao pagamento de diárias para os agentes que se encontram em missão na fronteira. Até 2015 os pagamentos foram realizados sem grandes problemas, entretanto, com a crise financeira que assolou os estados e união, a partir de 2016 o pagamento das diárias começaram a sofrer atrasos, acarretando prejuízos e insatisfação na tropa, visto que teriam que se instalar com recursos próprios. A partir dessa conjuntura, as operações da ESFRON foram assumidas pela Operação Sentinela, do Departamento de Polícia Federal ficando restritas as revistas diárias das embarcações regionais, que saem diariamente com destino a Manaus, além da operação na Base Anzol, rio Solimões localizado em Benjamins Constant e Base Garateia, em Santo Antônio do Içá, esta última localizada na desembocadura do rio Içá com o rio Solimões.

Dentro do planejamento estratégico do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) havia a previsão de implantação dos seis eixos estratégicos, em que este programa da SENASP está alicerçado, nos programas de segurança pública estaduais. No entanto, a falta de recursos ao longo do projeto de implantação do programa fez com que muitos dos eixos temáticos não fossem totalmente implementados. No caso das fronteiras situadas dentro do estado do Amazonas alguns dos eixos não foram implantados, outros parcialmente e outros de forma integral. Aqui serão discorridos cada um dos eixos citados.

4.12 Diagnóstico, Acompanhamento e Avaliação (Intervenções Físicas)

Durante o período de execução do programa foram levantados os principais pontos de vulnerabilidades, que poderiam causar maior transtorno à paz social dos municípios como um todo. Uma vez realizado o diagnóstico, procurou-se determinar as localidades em que seriam implantadas as bases, sendo contemplados três municípios como fase inicial do programa: Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira e Boca do Acre. Contudo, a instalação dessas bases restringiu-se a Tabatinga, em detrimento aos demais, devido aos recursos, tanto por parte do governo federal quanto do governo estadual. Mesmo assim, os levantamentos das apreensões de ilícitos que foram efetuadas pela parte administrativa do Gabinete da ESFRON, em Manaus, tem como base as apreensões realizadas não somente em Tabatinga, mas também em São Gabriel da Cachoeira e Boca do Acre, que alimentam os dados estatísticos de apreensões realizadas nas faixas e zonas de fronteiras. Porém, até mesmo o envio desses dados tem ocorrido de forma descontínua, uma vez que o sinal de internet dessas localidades não tem sido o suficiente para enviar os dados.

4.13 Integração Sistêmica e Cooperação Internacional

O combate aos ilícitos transfronteiriços que acontecem nas linhas de fronteiras não teriam sucesso, se o Estado vizinho não colaborasse de forma incisiva no combate a esses ilícitos. Por conta disso, os decretos leis que criaram tanto o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) quanto o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), que substituiu o PEF, destacam a integração e cooperação que podem ser realizadas com os Estados limítrofes ao Brasil. Embora acordos entre governos tenham significado simbólico de cooperação, será no cotidiano das localidades fronteiriças, que irão se materializar as ações de combate aos crimes transfronteiriços.

Portanto, seria burocrático ao extremo se toda a ação ocorresse a partir de ordem vinda de alguma autoridade federal, em ambos os países. Assim sendo, tanto os agentes de segurança brasileiros e colombianos ou mesmo peruanos, que estão nas fronteiras de Tabatinga, tem realizados acordos pontuais e efêmeros com a finalidade de dar maior agilidade de ação para combater os delitos, que nela ocorrem, sem que cause algum incidente diplomático entre os três governos.

As conversações com os representantes municipais tabatinguenses têm sido pouco produtivas, uma vez que na visão dos representantes dos governos federal e estadual, o município não demonstra interesse em participar dessa nova forma de combate aos ilícitos, pois, teme em comprometer o orçamento municipal, pois, teria que assumir compromissos que estariam além de seus recursos anuais.

No tocante a esfera estadual, o Governo do Amazonas instituiu o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras e Divisas do Estado do Amazonas (GGIF-AM), vinculado à Secretaria de Segurança Pública, ficando a Câmara Temática de Fronteira vinculada a esta GGIF.

4.14 Política Nacional Uniforme

Embora a ENAFRON buscasse aglutinar as operações realizadas nas faixas fronteiriças, uniformizando as ações que cada um dos atores envolvidos deverá seguir, para se alcançar os objetivos estabelecidos para os envolvidos, este eixo foi parcialmente implantado dentro do ESFRON, tendo em vista que as ações nem sempre ocorriam de forma estruturada e uniforme. Uma das reclamações, segundo fontes ligadas a Secretaria de Segurança Estadual tem a ver com as dificuldades e vulnerabilidades encontradas durante a operação de revistas no embarque de passageiros dos barcos regionais. Muito embora as diretrizes da ENAFRON apontem os municípios fronteiriços como ator importante para o sucesso das operações, Tabatinga ainda não definiu se irá aderir ao programa. Porém, o apoio que a sua Guarda Municipal daria, principalmente no controle e organização dos passageiros para a revista, seria muito importante para a operação como um todo, pois, o que ocorre atualmente, são que os próprios carregadores que atuam no porto privado Voyager é quem organizam as filas, ocasionando falhas nas execuções das revistas.

4.15 Inovações Tecnológicas

Este eixo se refere, basicamente ao reaparelhamento e modernização dos controles de segurança como radiocomunicação digital e videomonitoramento, definidos a partir dos diagnósticos levantados. O município de Tabatinga recebeu investimentos, no tocante a implantação de câmeras de videomonitoramento instaladas nas vias em que ocorre maior número de crimes no município. A central de monitoramento está situada dentro do 8º Batalhão de Polícia Militar de Tabatinga.

Nesse quesito ocorrem dois problemas pontuais: a inoperância de algumas dessas câmeras e a falta de recursos humanos para monitorar a central de monitoramento 24/7⁵⁹. Uma das ideias seria a capacitação de mão-de-obra do município para a manutenção dos aparelhos, uma vez que o envio de um técnico da capital se mostrou oneroso para o estado. A segunda questão seria justamente capacitar os agentes da Guarda Municipal para atuarem na manutenção e monitoramento das câmeras de videomonitoramento. Porém, esbarra mais uma vez na não adesão do município de Tabatinga ao programa como um todo.

Figura 36 - Câmera de Videomonitoramento em Tabatinga⁶⁰



Fonte: Lenivaldo Marques, 2018.

Com relação a radiocomunicação, os aparelhos estão todos comprados com recursos da ENAFRON, aguardando somente a contrapartida do estado, que seria garantir recursos para a montagem da antena em Tabatinga, fato este que ainda não ocorreu e que gira em torno de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), em números atualizados.

4.16 Política de Pessoal

Este eixo prevê a construção de residências para abrigar os agentes que serão enviados temporariamente para cumprir as operações na fronteira, bem como para os

⁵⁹ 24 horas por dia, sete dias por semana.

⁶⁰ Observar a câmera de videomonitoramento localizada em uma das vias mais antigas do município de Tabatinga, rua Marechal Rondon, muito próximo ao igarapé Santo Antônio, marco divisório com a vizinha colombiana, Letícia.

que para lá são transferidos. Esta parte importante do programa não foi implementada na cidade de Tabatinga. O que corre é que os policiais militares enviados, ficam alojados nas instalações do 8º BPM, enquanto que os agentes civis alugam residências ou estúdios para habitarem. Toda essa tropa recebe diárias oriundas dos recursos do Departamento de Polícia Federal, através de fundos orçamentários da Operação Sentinela, em virtude de que todos os agentes estão disponibilizados para atuarem como auxiliares dos policiais federais, tanto na revista dos passageiros no embarque no porto quanto os que vão para as bases Anzol e Garateia.

Outro ponto de destaque é que os agentes selecionados para irem à fronteira, são constantemente reciclados a partir de cursos específicos ministrados por agentes ligados ao GGIF ou a SENASP, posto que a atuação não se dá somente na repressão, mas também no contato social com a população local.

4.17 Inteligência de Segurança Pública

Poucas informações existem sobre as atividades que são realizadas pelos agentes de inteligência que para lá são destacados, o que não é nenhuma novidade, tendo em vista que o seu trabalho singular, requer discrição na coleta de informações. Há o de escritório de inteligência implantada em Tabatinga. Este escritório produz as informações necessárias e são a partir delas que as operações serão planejadas. Como há agentes tanto das Polícias Militar quanto da Civil, ocorre que, muitas vezes, não compartilham as informações coletadas, o que pode ocasionar prejuízos à garantia de sucesso da missão.

4.18 Estrutura Administrativa e Operacional do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras e Divisas do Estado do Amazonas - GGIF – AM

Nas primeiras ações para organizar as operações dentro do âmbito das ESFRON estaduais, somente quatro estados organizaram suas atividades dentro dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. Os demais estados criaram Câmaras Temáticas de Fronteiras, dentro dos GGI estaduais. Com o amadurecimento do programa em si, os demais entes federados foram criando seus GGI específicos para as fronteiras. Atualmente somente os estados do Amapá, Pará e Santa Catarina ainda não implantaram os seus respectivos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira.

No caso do Estado do Amazonas, o seu Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras e Divisas Estadual foi implantado no ano corrente através do Decreto Nº 38.797, de 21 de Março de 2018, vinculado à Secretaria estadual de Segurança Pública e localizada em Manaus. Tem como objetivo, integrar e articular as ações da União, Estados e Municípios da linha, faixa de fronteira e das divisas do estado do Amazonas. De acordo com o atual Secretário Executivo do GGIF – AM, Tenente Coronel Almir Cavalcante, a instituição desse Gabinete de Gestão Integrado de Fronteira foi uma reivindicação antiga uma vez que “quando a SENASP olha pra baixo, ela enxerga a GGIF e não a Câmara Temática” (Ten. Cel. ALMIR). A resistência em criar a GGIF tinha como argumento a preocupação em elevar os gastos do orçamento da referida secretaria.

As Câmaras Temáticas⁶¹ são temporárias, uma vez que são criadas somente quando há um tema específico a ser debatido por um conselho multidisciplinar, por ela acionado. Entretanto, a Câmara Temática de Fronteiras do Amazonas estava com caráter permanente, vinculada ao Gabinete de Gestão Integrada Estadual (GGI-E)⁶². Portanto, ao ser criada a GGIF a referida Câmara Temática foi extinta.

O quadro funcional administrativo do GGIF-AM é bastante enxuto para a quantidade de trabalhos administrativos, que têm que ser executados, para que a parte operacional funcione de forma fluida e sem contratempos, havendo, atualmente além do Secretário Executivo, duas assistentes da Secretaria Executiva composta por duas agentes graduadas pertencente ao quadro da Polícia Militar.

4.19 As operações da ESFRON na região da Tríplice Fronteira Amazônica

O Amazonas tem uma peculiaridade em relação aos demais estados que aderiram a ENAFRON. A fronteira fica a mais de 1.100 km distante de sua sede em Manaus. Diferentemente dos demais estados que apresentam rodovias para se atingir a fronteira, no Amazonas há somente duas soluções: ou utiliza-se o barco regional, indo a montante do maior rio do mundo, numa viagem que dura em média de sete a nove dias, dependendo da vazante ou enchente do Solimões, e perfazendo 1600 km de distância devido aos meandros dos rios; ou, então, via aérea com duração de duas

⁶¹ Há também as Câmaras Técnicas onde são tratados temas muito específicos, como por exemplo a colocação de câmeras de monitoramento, onde são chamados técnicos para serem debatidos as especificações técnicas que envolve o assunto.

⁶² A diferença entre o GGI-E para o GGI-F é que está última trata especificamente dos limites fronteiriços do estado, tanto externos quanto os internos com outros estados federados.

horas e meia, em avião turbo hélice. Ressalta-se, também, que a aeronave é fretada pelo governo do Amazonas, e através da Casa Militar, é solicitada para realizar a perna Manaus Tabatinga Manaus, levando cerca de quarenta agentes e seus equipamentos. Portanto, a logística para se chegar a sua área de operações requer um planejamento bem elaborado.

A escolha dos agentes que atuarão na fronteira, é feita de forma voluntária, pois, o GGIF solicita a quantidade e os agentes se voluntariam para a missão. A partir da inscrição é feita uma avaliação geral no policial voluntário, e, uma vez aprovado, é solicitada sua liberação temporária da corporação a qual está inserido, para atuar nas lindes. A rotatividade é de dois em dois meses, quando ocorre a troca daquela tropa por outra. Segundo o coronel Almir, a pretensão é a criação de um grupamento específico de atuação nas fronteiras, nos moldes do que já existe em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, recebendo treinamento específico para a missão. No entanto, o planejamento esbarra na falta de recursos para a concretização da ideia.

A tropa operacional que atuará na tríplice fronteira tem efetivo variado de acordo com as necessidades especificadas pela Polícia Federal, a qual os agentes da ESFRON estão integrados, mas, que variam entre vinte a quarenta agentes distribuídos entre Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros, Polícia Técnica e agentes de inteligência. As principais operações a cargo desses efetivos estão localizadas no porto de embarque de passageiros e as bases de fiscalização Anzol e Garateia (está base faz parte da Operação Sentinela).

As operações de combate a delitos em outros pontos do município de Tabatinga, não é mais realizado, uma vez que é o Departamento de Polícia Federal quem paga as diárias dos agentes da ESFRON⁶³, através do orçamento da Operação Sentinela.

4.20 O Terminal Hidroviário do Porto Voyager

Tabatinga tem grande movimentação de embarcações de grande, pequeno e médio portes, que têm nesse território seu ponto final ou ponto de partida para outras localidades ou países. O município apresenta três portos, sendo dois públicos e um privado. Os portos públicos são o da feira livre de Tabatinga e o porto da Portobrás, como é chamado localmente. Este porto é o que atendia às embarcações regionais

⁶³ A princípio as diárias eram para serem pagas pela Secretaria de Segurança do estado do Amazonas, que é sua contra partida dentro do programa ENAFRON, contudo a falta de recursos alocados para tal fim ocasionou dificuldades para manter a tropa na fronteira.

que transportam cargas e passageiros para diversas localidades das calhas dos rios amazônicos, numa movimentação semanal de embarque e desembarque, de aproximadamente mil passageiros, em 14 embarcações cadastradas.

Tendo como sua principal finalidade a atracação de embarcações civis e militares que vêm da capital do estado, Manaus, ou para lá se destinam. Este porto está impedido de realizar operações de atracação de embarcações, pela Agência Nacional de Transporte Aquaviários (ANTAQ), devido a descoberta de fadiga na estrutura metálica que sustenta o porto. Esta proibição ocorre desde 2011, segundo o administrador do porto, Sr. Pedro Porto. Atualmente o porto está passando por reformas em sua estrutura, da ordem de mais de 8,5 milhões de reais, com previsão para termino em 2019 (DNIT, 2017). Para que as operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros continuassem de forma satisfatória, a ANTAQ autorizou o porto privado da Companhia de Transportes Fluviais Voyager⁶⁴ a realizar operações regulares de atracação de outras embarcações.

É nesse cenário que as operações de revistas de cargas e passageiros são realizadas pelos agentes da ESFRON. O terminal hidroviário é composto de galpão, onde ocorre as revistas nas bagagens. Neste local ainda há um guichê de agência de vendas de passagens e a parte administrativa dessa agência. Toda vez que um passageiro passa pela revista das bagagens, o próximo passo é ser identificado pelos agentes da polícia federal, com a apresentação de documento de identificação válido, além de tirar uma fotografia digital para ser enviada, em tempo real, para o Departamento de Polícia Federal em Manaus, para arquivo. Vale ressaltar a ajuda voluntária dos carregadores freelance que atuam no porto. São eles que ajudam na organização das filas e identificam os que estão querendo burlar a fiscalização.

Porém, antes do início dos procedimentos nos passageiros, a atenção está nos compartimentos das embarcações que irá partir nesse dia com destino a Manaus. Todos os compartimentos são fiscalizados na busca de drogas ou outros ilícitos, que possam estar escondidos na embarcação. Para isso, contam com o apoio imprescindível dos cães policiais, treinados para localizar drogas.

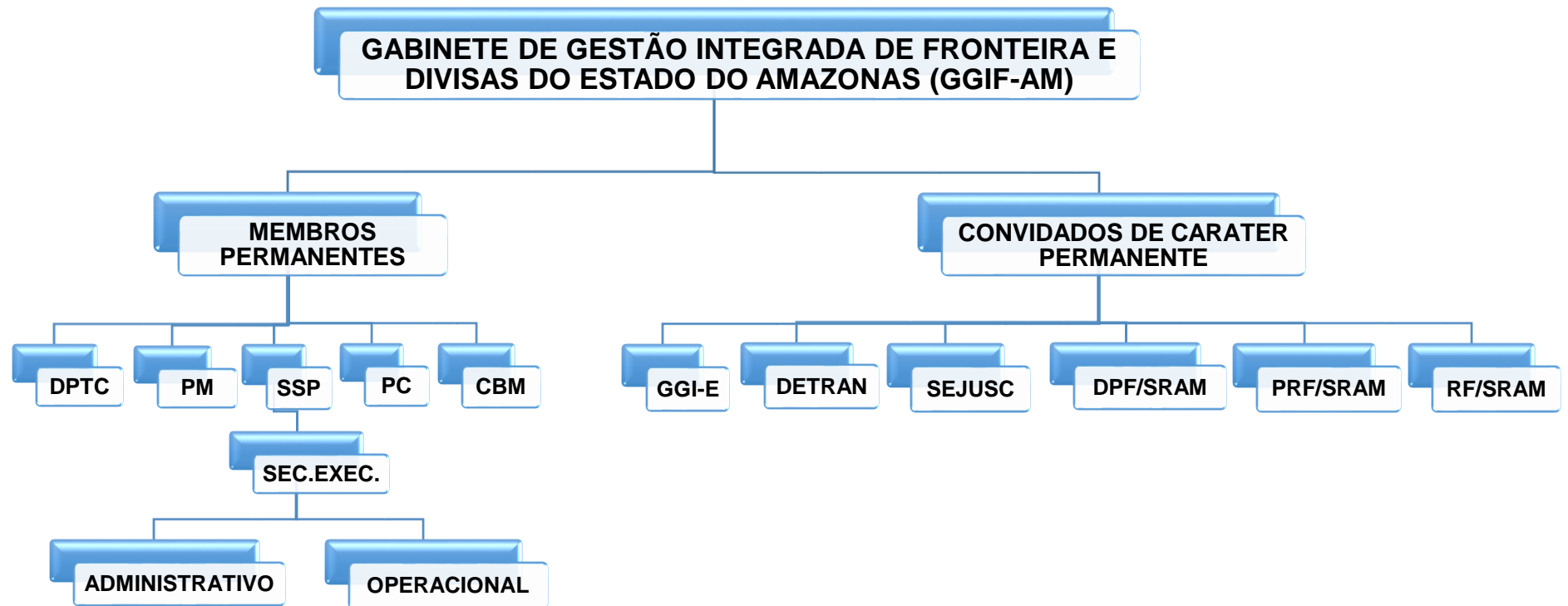
⁶⁴ O porto privado foi construído com recursos dos proprietários da companhia Voyager, para atender as operações de suas embarcações e balsas de transportes de produtos transportados de Manaus.

Figura 37 - Revista de bagagens e cargas no Terminal Hidroviário Voyager



Fonte: Lenivaldo Marques, 2017.

Figura 38 - Organograma do Comitê Gestor do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras do Amazonas



Organizado por Lenivaldo Marques, 2018.

4.21 Cães Policiais no combate ao Tráfico de Drogas na Tríplice Fronteira: O canil do 8º Batalhão de Polícia Militar de Tabatinga (8ºBPM/TBT)

Com o início das operações da ESFRON na região de fronteira em Tabatinga, foi solicitado ao Comando da PM em Manaus, o apoio de um efetivo canino e seu adestrador nas ações de combate a ilícitos. No entanto, percebeu-se que os animais não atuavam de forma satisfatória, devido principalmente ao stress ocasionado pela longa duração do voo até a área de interesse, o que deixava os animais com baixo rendimento operacional.

Em 2016 o Tenente PM Thiago Cardoso, lotado no 8º batalhão de Polícia Militar de Tabatinga, iniciou por conta própria a aquisição e adestramento de cães, com a finalidade de incrementar seu trabalho junto à população local. Para isso, o mesmo se inscreveu na Escuela de Guias e Adestramiento Canino, da Polícia Nacional Colombiana, na cidade de Bogotá, ao mesmo tempo em que realizava a aquisição dos cães⁶⁵.

Ao retornar ao Brasil inicia o processo de construção do canil dentro das instalações do 8º BPM/TBT. Como o Comando da Polícia Militar em Manaus não deu suporte para a construção do canil, o mesmo foi ao empresariado local atrás de doações de materiais de construção. A mão-de-obra foi toda de soldados e graduados lotados em Tabatinga, que em seus dias de folga trabalhavam, voluntariamente, na construção do canil.

Administrativamente, o Canil do 8º Batalhão de Tabatinga é composto de seu comandante, Tenente PM Thiago Cardoso, de dois soldados PM e dos Cães Policiais: Sadam, Kira e Alaska. Os custos com a manutenção do canil além de veterinário e ração dos animais são todos financiados, ainda hoje, pelos dois soldados e pelo Tenente Cardoso. Vale acrescentar que as consultas veterinárias são realizadas na vizinha Letícia, em consultório particular. Outra solução encontrada foi quanto a ração dos animais. Foi realizado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Justiça da Comarca de Tabatinga em que os condenados ao pagamento de cestas básicas,

⁶⁵ De acordo com o Tenente PM T. Cardoso o investimento, realizado de modo particular, de cada filhote de Pastor Belga foi de 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil) pesos colombianos por animal o que, convertidos para Real daria R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais). O Tenente ainda custeou com seu próprio recursos, as passagens aéreas, estadia e custos com o curso de adestramento na capital colombiana.

as substituíssem por ração a serem doados ao canil. Dessa forma, há uma fonte de fornecimento contínuo de ração.

Embora esteja instalada dentro do 8º BPM de Tabatinga, o canil não existe oficialmente, não aparecendo no organograma do Batalhão, nem tampouco há provisão de construção dentro da planta do batalhão. Por isso, já foi alvo de inquérito do Ministério Público de Tabatinga para saber a que instituição pertence o canil, uma vez que dá suporte às operações tanto da Polícia Militar quanto dos agentes da Polícia Federal. Como forma de oficializar o funcionamento do mesmo, o Gabinete de Gestão de Fronteiras tem buscado inserir o canil em seus meios operacionais, garantindo, dessa maneira, o fluxo contínuo de provimentos, de forma geral para o funcionamento e apoio às tropas que para a fronteira se deslocam.

Figura 39 - Apreensão de drogas em Tabatinga com apoio dos cães policiais baseados no 8º BPM de Tabatinga.



Fonte: Tenente PM T. Cardoso, 2017.

A inauguração e início de seu funcionamento em 29 de junho de 2016, levou um incremento substancial das operações da ESFRON nas revistas de bagagens e cargas, que diariamente são realizadas no porto privado Voyager. De acordo com o Coronel Almir Cavalcante a introdução dos cães nas ações de repressão ao tráfico de drogas levou as fiscalizações a outro patamar (vide figuras 39 e 41), pois, as revistas se tornaram mais rápidas e com maior grau de confiabilidade. Além das operações em apoio a ESFRON, os cães ainda são solicitados para operações no aeroporto, na unidade prisional de Tabatinga, bem como nos locais de consumo e venda de drogas.

Todas essas operações realizadas pelo canil têm sobrecarregado seu efetivo reduzido, havendo a necessidade de mais cães e praças para atuarem no canil.

Figura 40 - Terminal Hidroviário do Porto Voyager



Fonte: Lenivaldo Marques, 2018.

Figura 41 - Cães policiais nas revistas de bagagens no Porto Voyager



Fonte: Lenivaldo Marques, 2018.

4.22 A Base Anzol

Após a liberação do barco com passageiros que se destinam, principalmente a Manaus, as operações de fiscalização ainda terão lugar na Base Anzol, de

responsabilidade da Superintendência de Polícia Federal do Amazonas. Esta base foi inaugurada em 2015 como ponto de fiscalização permanente, localizado à margem esquerda do rio Solimões, distante 30 km do município de Tabatinga é o último ponto de fiscalização e controle realizado nas embarcações de diversos calados que navegam pelo rio Solimões, entrando para o território brasileiro, como demonstram as figuras 43 e 44. Esta base tem seu primórdio no final da última década do século XX, quando o então Superintendente da Polícia Federal do Amazonas, DPF Mauro Sposito, cria a Operação COBRA, assegurando

[...] a presença do Poder Público, através do Departamento de Polícia Federal em regiões jamais imaginadas nas áreas da tríplice fronteira brasileira com o Peru, Colômbia e Venezuela, além do interior da Região Amazônica. Hoje a Operação Cobra tem seus postos localizados em pontos estratégicos como Cucuí, Melo Franco, Ipiranga, Vila Bitencourt, Estirão do Equador, Base Anzol, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Tefé[...] (SPF/AM RELATÓRIO DE GESTÃO, 2007, p. 49).

Até o ano de 2009, quando a base foi desativada, esta funcionava de forma esporádica, havendo fiscalização somente quando os barcos regionais de grande porte, passavam e paravam para serem vistoriados. Com isso, a maior parte do tempo a base ficava sem uso, devido, principalmente a falta de pessoal suficiente para permanecer guarnecendo e fiscalizando a passagem das embarcações pelo Solimões. Após 2009 a Base Anzol fica desativada, sendo reinaugurada somente em setembro de 2015. No entanto, agora a base conta com nova embarcação, mais confortável e de maior dimensão⁶⁶. Todavia, ainda faltava o recurso humano para guarnecer o posto de fiscalização de modo permanente. A solução encontrada pela SPF no Amazonas foi realizar convênio com a ESFRON, para auxiliar os agentes federais na fiscalização das hidrovias.

O efetivo da base é composto por dois ou três agentes federais, policiais militares e civis, bombeiros militares além do efetivo do Exército brasileiro, como indica o quadro 14. Situada em uma posição estratégica de onde pode se fiscalizar todas as embarcações que entram no território brasileiro vindos da Colômbia e Peru, bem como pode fiscalizar as embarcações que vêm em direção a tríplice fronteira. As embarcações que decidem não parar para serem fiscalizadas são abordadas pelo

⁶⁶ Esta embarcação foi apreendida em 2014 com quase 500 kg de cocaína. Após período de reforma foi entregue a SPF no Amazonas para servir de base de operações na Tríplice Fronteira.

Exército brasileiro, que utiliza armamento de grosso calibre e lancha de patrulha para abordar o infrator.

Quadro 14 - Efetivo Interagências previstos da GGIF para serem empregados na Tríplice Fronteira

PREVISÃO DE EFETIVOS DO GGIF NA TRÍPLICE FRONTEIRA		
EFETIVOS	BASE ANZOL	OPERAÇÃO SENTINELA
Polícia militar	18	10
Polícia Civil	06	-
Bombeiros Militar	03	-
DPTC	01	-
SSP - Administrativo	-	01
Cães policiais	-	02
TOTAL	28	13

Fonte: GGIF / SSP-AM

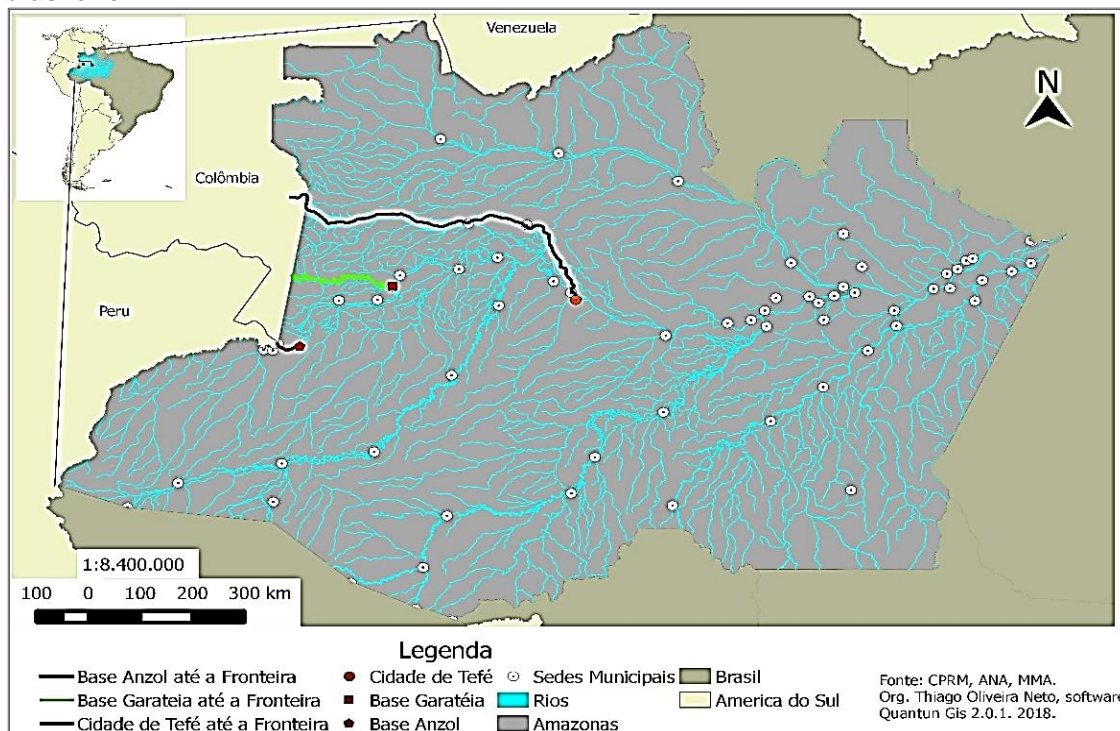
Com o passar do tempo, as primeiras grandes apreensões de entorpecentes, armas, contrabando de peixes, madeiras e gasolina começaram a causar prejuízos nos carteis, que operam na região da tríplice fronteira, assim como os contrabandistas que perdem suas mercadorias. Com relação a entorpecentes, no período das enchentes os diversos furos e paranás que desaguam nos rios Solimões, Iça e Japurá passam a ser utilizados pelos traficantes como forma de fugir das fiscalizações e patrulhas que são diariamente realizadas por agentes da ESFRON e federais.

Com dificuldade em transportar as drogas pelo rio Solimões, como relatado por um agente da ESFRON cria-se, novas formas de transportar a droga para o território brasileiro. Uma das estratégias dos traficantes é aliciar indígenas, principalmente da etnia Ticuna, para transportar por caminhos dentro da floresta, passando pelo território do Departamento del Amazonas colombiano, para chegar até às margens do rio Putumayo para, a partir daí, embarcar as drogas e transportá-las para o território brasileiro, entrando em território brasileiro através do município de Santo Antônio do Içá. Outra estratégia desenvolvida pelos narcotraficantes é a utilização do rio Caquetá para transportar os entorpecentes até o município de Tefé, navegando pelo rio Japurá⁶⁷, dentro do território brasileiro. Por conta dessa informação gerada pela inteligência, foi instalada na desembocadura do rio Içá a Base Garateia, também guarnecida por policiais da ESFRON. A figura 42 destaca essas rotas ao longo dos

⁶⁷ É a denominação que o rio Caquetá recebe ao entrar em território brasileiro.

três rios e os seus pontos de fiscalização. Com isso, dificultam-se as alternativas de entrada de drogas em território brasileiro.

Figura 42 - Principais rotas fluviais utilizadas pelos traficantes para entrar em território brasileiro



Fonte: Organizado por Thiago Neto, 2018

Nos últimos quatro anos, percebeu-se mudança na forma de atuação desses narcotraficantes, uma vez que as embarcações que transportam as drogas, agora levam consigo a figura do segurança⁶⁸, que seria o responsável por não permitir que a mercadoria seja apreendida pelos agentes policiais ou então roubadas por piratas de rio, comuns em praticamente todo o percurso do Solimões até Manaus. Por conta disso, os enfrentamentos com os traficantes têm se tornado cada vez mais rotineiros, o que tem elevado a preocupação por parte das autoridades, tanto federal quanto estadual.

⁶⁸ Algumas agências de notícias relatam que os cartéis tem contratado ex-guerrilheiros das FARC's, que recentemente depuseram as armas e se tornaram um partido político. Essas pessoas são contratadas devido sua experiência em combate, além de possuir armamentos de grosso calibre, que estão sendo vendidos para facções na cidade Manaus.

Figura 43 - Localização da Base Anzol



Fonte: Polícia Federal

Figura 44 - Base Anzol, de responsabilidade da Polícia Federal



Fonte: Departamento de Polícia Federal do Amazonas.

Porém, o ano de 2018 inicia com a informação de desativação da Base Anzol, o que causou apreensão nas populações do Alto Solimões, principalmente com o temor de que o tráfico de drogas volte a ficar mais intenso e, conseqüentemente os casos de violência física voltem a aumentar na região, tendo em vista que a principal ferramenta de combate a essa perturbação social está sendo desativada. A versão divulgada pela Polícia Federal é de que a embarcação que serve de base necessita de manutenção preventiva; por isso, foi enviada à Manaus para tal fim.

O Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras tem recebido diversas reclamações de prefeitos localizados naquela região, denunciando que as embarcações que navegam por aquelas calhas, têm sido alvo de piratas de rio,

ocasionando prejuízos materiais e de vidas, também. O Secretário Executivo do GGIF sinalizou também, que devido a desativação da base, o efetivo operacional da ESFRON reduziu-se pela metade, porque eram os recursos advindos da Superintendência da Polícia Federal, que garantiam as diárias dos agentes envolvidos nas ações de fronteira.

As operações na Tríplice Fronteira se concentraram somente na Operação Sentinela, realizando revistas de bagagens no porto de embarque fluvial de Tabatinga, e na Base Garateia em Santo Antonio do Içá, e as operações de repressão a entorpecentes, estas missões sendo de caráter sigiloso. Entretanto, as patrulhas fluviais realizadas pelos agentes de ESFRON em apoio aos agentes federais, continuam de forma permanente.

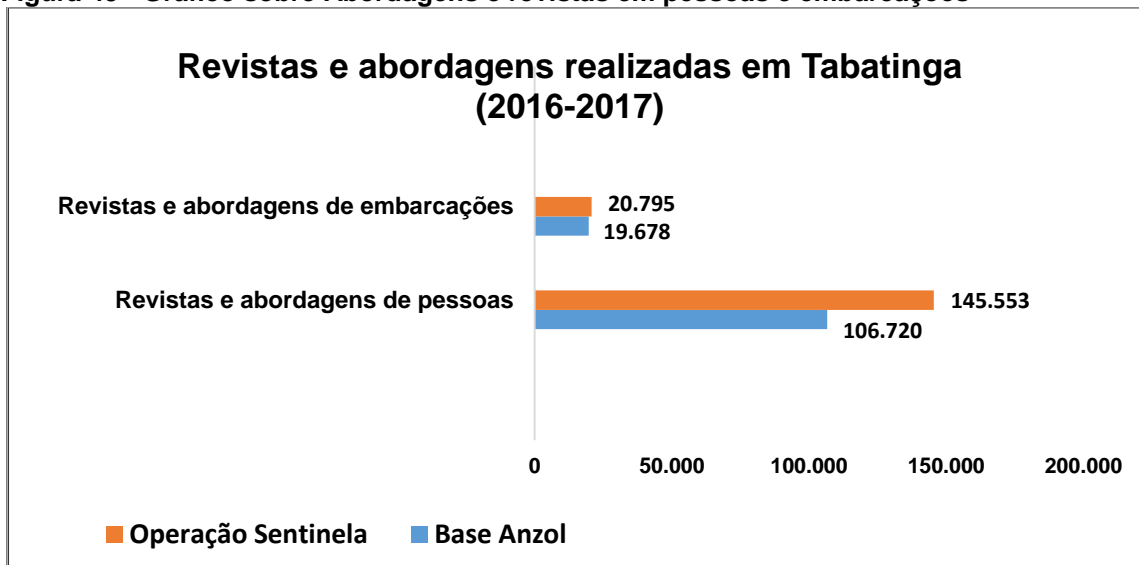
Resultados positivos obtidos pelos agentes da ESFRON nas fiscalizações e operações de combate aos delitos que são diuturnamente cometidos na Tríplice Fronteira, demonstram a importância da presença do Estado nas suas lindes. O intuito das operações se dá mais no sentido de dificultar a passagem dos ilícitos transportados pelos criminosos, do que eliminar esses crimes, uma vez que a malha fluvial é bastante extensa e com inúmeros braços de rios que ocultam e dificultam as operações de abordagens e fiscalizações das embarcações. No entanto, as fiscalizações realizadas na Base Anzol e na Operação Sentinela⁶⁹ tem contribuído para mitigar os delitos transfronteiriços.

Por conta das dificuldades impostas nas fiscalizações dos agentes nas ações interagências, novas rotas de contrabando têm sido criadas para fugir das operações, sendo que a rota fluvial Caquetá–Japurá tem sido a mais utilizada atualmente, segundo fontes ligadas a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas. Há conjecturas de que a embarcação que é utilizada como base na calha do rio Solimões, na região de Tabatinga, e que está passando por manutenção em Manaus, será redirecionada para a calha do rio Japurá, no município de Tefé, como forma de otimizar as operações de repressão ao crime de narcotráfico que acontece naquela região. No entanto, como já descrito aqui, ações criminosas de piratas de rio têm se intensificado na região do Alto Solimões, e muitos prefeitos, além de outras autoridades locais, estão ligando a desativação da Base Anzol com o crescimento dos crimes ocorridos na região.

⁶⁹ A Operação Sentinela, realizada na Tríplice Fronteira, envolve as fiscalizações no Porto Privado Voyager e a Base Garateia, localizada no município de Santo Antonio do Içá.

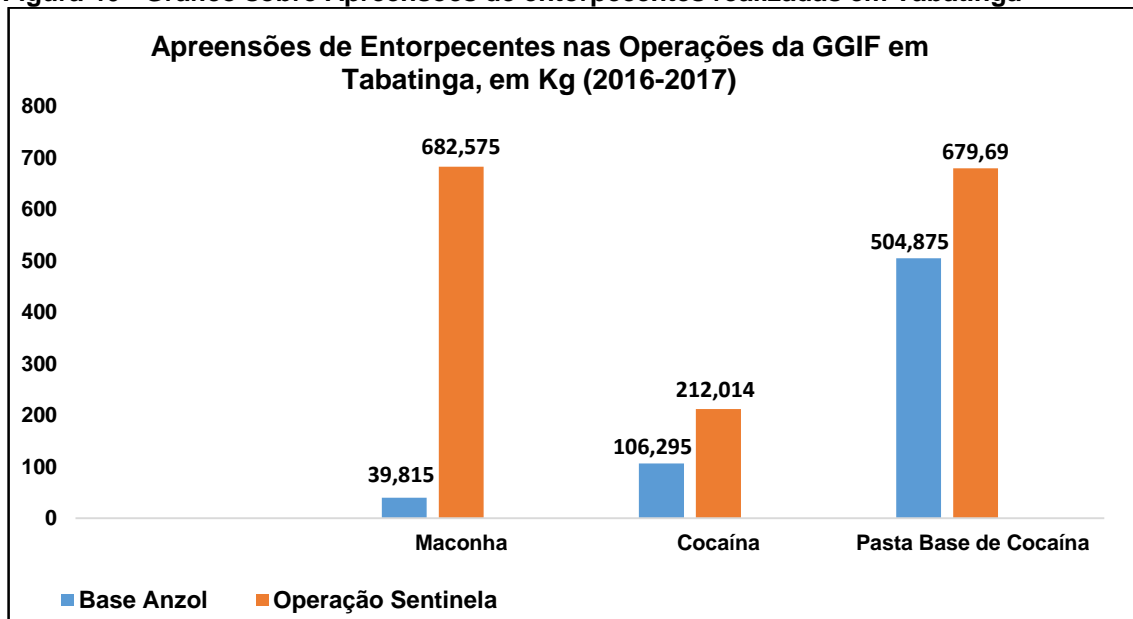
A partir da análise dos dados estatísticos das operações de revistas e abordagens de embarcações e pessoas, bem como as apreensões realizadas nessa Tríplice Fronteira, fica ratificada a importância dessas operações como forma de atestar a presença permanente do Estado Nacional brasileiro nas suas faixas e zonas lindeiras, como mostram as figuras 45, 46 e 47, abaixo, das apreensões e revistas realizadas na Tríplice Fronteira.

Figura 45 - Gráfico sobre Abordagens e revistas em pessoas e embarcações



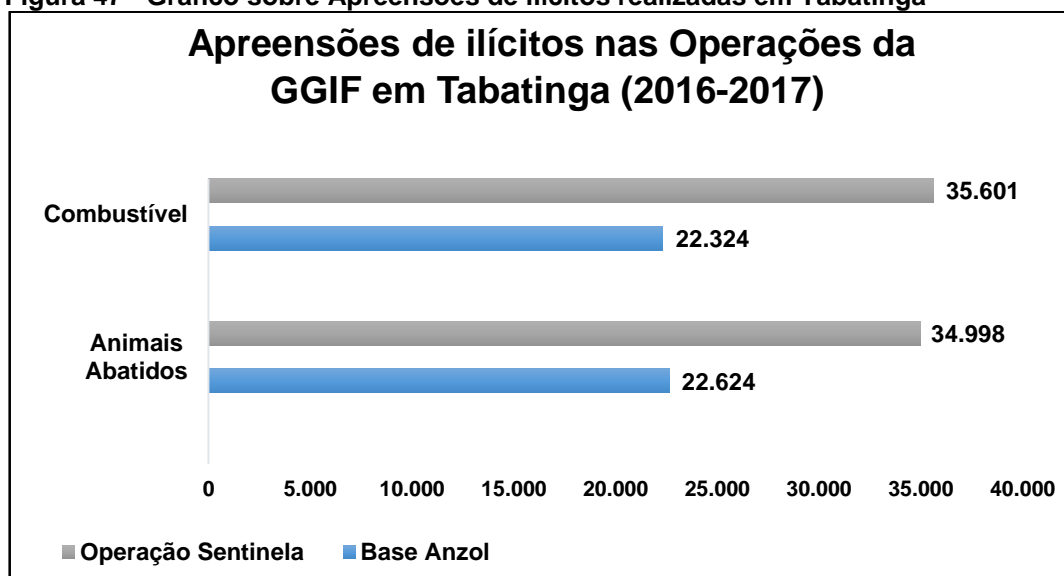
Fonte: GGIF / SSP-AM. Organizado por Lenivaldo Marques, 2018.

Figura 46 - Gráfico sobre Apreensões de entorpecentes realizadas em Tabatinga



Fonte: GGIF / SSP-AM. Organizado por Lenivaldo Marques, 2018.

Figura 47 - Gráfico sobre Apreensões de ilícitos realizadas em Tabatinga



Fonte: GGIF / SSP-AM. Organizado por Lenivaldo Marques, 2018.

Com base nas estatísticas apresentadas como resultado das operações que são realizadas na Tríplice Fronteira Amazônica, fica evidente que se os recursos orçamentários não sofressem contingenciamento por parte da área econômica do governo federal, os resultados de apreensões e revistas obtidos na região fronteiriça do Alto Solimões seriam ainda mais satisfatórios, elevando a eficiência das operações como um todo. A partir dessa constatação, pode-se levantar alguns questionamentos pertinentes ao aperfeiçoamento do combate aos ilícitos transfronteiriços:

1. Por que o governo federal não envolve mais ministérios, como o do Trabalho e das Cidades, como forma de levar alternativas de trabalho a população fronteiriça, principalmente as mais jovens?
2. Por ser os recursos orçamentários escassos, por que a GGIF-AM não substitui os gastos como aluguel de aviões de carreira por convênio com a Força Aérea Brasileira (FAB) para transportar seu efetivo operacional até a Tríplice Fronteira?
3. Por que a Operação Sentinela não investe na aquisição de DRONES, não muito sofisticados, para aumentar a sua área de fiscalização, a partir de sua base no rio Solimões?
4. O que falta para os representantes municipais deixarem de ser atores coadjuvantes e passivos para se tornar um protagonista de primeira grandeza, uma vez que faz parte da estrutura da GGIF, além de que é em seu território que ocorrem as ações de combate aos ilícitos transfronteiriços?

5. Como fazer para manter fluxo contínuo no orçamento da SENASP, para que não ocorra prejuízo às operações que são realizadas na Tríplice Fronteira Amazônica?

Estes questionamentos se fazem pertinentes uma vez que a junção de esforços, tanto materiais, humanos quanto orçamentários traria benefícios para a operação de repressão aos delitos transfronteiriços e daria uma resposta mais enfática a sociedade dos grandes centros urbanos brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre fronteira nacional tem estado no centro dos grandes temas debatidos pelos órgãos e entidades internacionais. Esta “ressurreição” do tema em questão tem contribuído para entender as relações geopolíticas, que ora estão se desdobrando a nível mundial. O início dessa nova fase da geopolítica mundial iniciou-se após os levantes populares que tiveram como palco a Tunísia, resultando na queda do ditador, apoiado pelas grandes potências ocidentais. O interesse desses países imperialistas era, sobretudo, implantar a democracia baseada no modo de vida da civilização cristã ocidental, além de influenciar politicamente o governo desses países. Com isso, poderia transmitir sua cultura e disseminar pelo mundo não cristão os valores do ocidente, como forma de criar uma civilização universal. Huntington, no entanto, contesta essa difusão de valores ocidentais ao destacar que

[...] a noção de que a disseminação dos padrões de consumo popular ocidentais pelo mundo afora está criando uma civilização universal. Essa argumentação não é nem profunda e nem relevante. Através da História, modas culturais foram transmitidas de uma civilização para outra. As inovações de uma civilização são regularmente adotadas por outras civilizações. Trata-se, porém, ou de técnicas que carecem de quaisquer consequências culturais importantes ou de modas que vem e vão sem alterar a cultura subjacente da civilização recipiente[...] (HUNTINGTON, 2000, p. 67).

Essa revolução, que se convencionou denominar de Primavera Árabe, atingiu outros países da região do Oriente Médio, área por si só já bastante conturbada politicamente. Países como Egito e Líbia tiveram seus presidentes depostos e presos. As manifestações no Iêmen e Síria desencadearam para uma guerra civil, com proporções e desdobramentos não imaginadas nem pelos mais brilhantes estrategistas dos governos ocidentais.

O que se põe agora no tabuleiro geopolítico internacional é, que com os eventos ocorridos no Oriente Médio, além de conflitos e fome que assolam a África, provocou deslocamento de grande quantidade de refugiados em direção ao litoral do Mar Mediterrâneo, fronteira natural entre a África e a Europa. Como consequência, levadas e mais levadas de refugiados se arriscam em uma travessia que cobraria muitas vidas humanas, na tentativa de atingir o território europeu. Desde então, a Europa, e, mais precisamente a União Europeia, passaram a receber milhares de refugiados, atingindo diversos países do velho continente. Estimativas da Organização Internacional para

as Migrações (OIM), dão conta de que mais de 1,7 milhão de refugiados já desembarcaram na Europa entre 2014 a 2017 (OGLOBO.GLOBO.COM, 28/06/2017). A pressão de entidades de Direitos Humanos tem levado os governos europeus a receberem esses imigrantes em seus territórios e ao mesmo tempo levantando muros e fechando suas fronteiras, como forma de impedir a entrada ou passagem desses *desplazados*.

Figura 48 - Marinha do Brasil resgata refugiados em embarcação no mar Mediterrâneo⁷⁰.



Fonte: G1-OGLOBO, 2015

A partir dessa não aceitação dos refugiados em solo europeu, o tema fronteira volta ao centro das discussões internacionais. Movimentos emancipacionistas têm surgido em várias regiões do planeta. Exemplos mais destacados dessa tentativa de criar novas fronteiras nacionais são os da Catalunha, que provocou um cisma nas autoridades espanholas e catalãs, a questão do Quebec canadense, a Irlanda do Norte, além de outros de menor conotação internacional.

Questões fronteiriças têm surgido por todos os continentes. O subcontinente da América do Sul não foge aos problemas provocados nas fronteiras de seus países. A questão boliviana com o Chile por uma saída para o oceano Pacífico; o pleito de metade do território guianense pela Venezuela, rico em minerais e petróleo; os

⁷⁰ . Navio de guerra brasileiro, Corveta V34 Barroso, que navegava pelo mar Mediterrâneo rumo ao Líbano, resgatou cerca de 220 sírios e líbios que tentavam a travessia rumo a Europa, em 2015.

imigrantes venezuelanos, fugindo do caos social, político e econômico que se instalou nesse país; as guerrilhas que não respeitam fronteiras e que utilizam a soberania dos países como forma de se abrigarem dos ataques das forças de segurança e defesa, além do crescimento da produção, consumo e distribuição de entorpecentes derivado da Pasta Base de Cocaína (PBC), tem suscitado o recrudescimento das relações fronteiriças na maioria dos países sul-americanos.

As fronteiras do Amazonas com os três Estados limítrofes têm provocado um ganho cultural e socioeconômico muito grande para as populações dos países envolvidos. As capitais dos estados localizados na Amazônia internacional, Manaus, Iquitos e Leticia, têm se evidenciado como grande centro influenciador em direção as zonas limítrofes. No entanto, a capital do Estado do Amazonas brasileiro tem se destacado como centro urbano com maior capacidade de oferecer uma gama de produtos e serviços, que são utilizados pelas populações, que se deslocam de suas zonas limítrofes, para se utilizar dos serviços oferecidos por esta cidade, não somente brasileiros, mas, peruanos e colombianos, também. Com a expectativa de receber os primeiros refugiados venezuelanos que para cá serão enviados, mais uma vez a capital amazonense mostra o seu protagonismo na região Norte, atraindo pessoas que fogem dos problemas socioeconômicos que estão assolando o país limítrofe.

Em relação a fronteira brasileira com os países vizinhos, não se tem contestações de território desde o início do século XX. No entanto, a calamidade venezuelana tem provocado pressões na fronteira desse país com o Brasil. Em uma tentativa de sensibilizar o governo federal para o problema, o atual governo de Roraima entrou com um pedido junto à suprema corte para fechar a fronteira. No entanto, o que mais preocupa o governo brasileiro em relação as suas fronteiras são os crimes que têm sido praticados ao longo dos anos, sem que o governo brasileiro desse uma resposta que tivesse resultado prático e imediato. As ações eram incipientes e sem perenidade, o que trazia somente resultados insatisfatórios.

Ao analisar a experiência exitosa dos governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com relação ao enfrentamento dos delitos que acontecem em suas fronteiras externas, o governo federal cria políticas de segurança pública voltadas, especificamente para suas regiões de fronteiras. Porém, com a implantação da política de segurança em nível nacional para as fronteiras, tanto os estados quanto municípios que possuem fronteiras em seus territórios, serão corresponsáveis pela política de segurança de suas lindes. Com isso, distribui-se obrigações por todas as

três esferas do poder executivo, garantindo de forma fluida as ações que terão lugar nas bordas territoriais do Estado brasileiro.

Concebidas oficialmente em 2009, as políticas de segurança para as fronteiras têm agora caráter permanente, sendo criado no âmbito do Ministério da Justiça, depois para o Ministério da Segurança Pública após sua criação em 2018, as normas que regerão as obrigações de cada ente federado, bem como os recursos que deverão ser disponibilizados para as secretarias estaduais para compra de equipamentos.

A Secretaria Segurança do Estado do Amazonas, através do seu Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras tem realizado o trabalho de organizar as operações que estão sob sua incumbência na região de fronteira. A ideia inicial seria de estender a ESFRON para todas as regiões de fronteiras que ocorrem no Amazonas, mas, por problemas de questão financeira, a implantação ocorreu somente na Tríplice Fronteira de Tabatinga.

Mesmo com esses contratempos, a implantação da ESFRON na região de fronteira de Tabatinga tem sido de fundamental importância para as operações de repressão ao narcotráfico, realizada em conjunto com a Polícia Federal, agências ambientais, de fiscalização de combate ao contrabando e lavagem de dinheiro além das Forças Armadas, e que tem nessa tríplice fronteira ponto de trânsito dos entorpecentes para os grandes centros urbanos do Brasil e do mundo. No entanto, as missões não se dão somente no combate ao narcotráfico. O contrabando de peixes para a vizinha Letícia e a extração ilegal de madeiras na região do Vale do Javari, na fronteira com o Peru, tem sido combatido pela ESFRON ou dando suporte as operações dos órgãos de fiscalização ambiental, que também atuam na Tríplice Fronteira.

O decreto que cria o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF, 2016), em substituição ao Plano Estratégico de Fronteiras (PEF 2011- 2016) destaca a criação de políticas públicas a serem implementadas na região de fronteira (PPIF, art. 8º, § 1, alínea I), pois entende que somente a repressão ao tráfico de drogas, sem levar alternativas econômicas para a população lindeira, não trará resultados satisfatórios para o Estado do Amazonas nem para o Estado brasileiro.

As oscilações nas relações geopolíticas que o Estado Brasileiro tem com seus vizinhos, contribui para que muitos dos programas criados, com o intuito de mitigar as problemáticas decorrentes da precariedade da vigilância das fronteiras, não tenham a perenidade e fluxo de investimentos suficientes para que funcione a contento, como

forma de combater plenamente os delitos que ocorrem nas bordas do território nacional e dar uma resposta a sociedade como um todo. Não há uma política de combate aos delitos fronteiriços única para todas as fronteiras externas, o que faz com que se criem normas específicas para cada faixa lindeira. Assim, também, acontece com as divisas dos estados federados. Cada estado tem autonomia para criar estratégias próprias de combate aos ilícitos que passam por seus territórios, o que implica em operações distintas realizadas no estado vizinho. A criação de programas federais que envolvem a criação de políticas que aglutinem esforços conjuntos, é um estímulo de convergência, do governo central, aos esforços realizados pelos governos estaduais, e que agora inclui a esfera municipal.

Por fim, para se manter tal estrutura são necessários fluxos regulares de investimentos, que possam dar suporte material e de recursos humanos nas operações nas bordas fronteiriças. Portanto, as oscilações financeiras decorrentes do Estado brasileiro, tem dificultado os trabalhos realizados pelos agentes públicos na fronteira. A falta de planejamento e os contingenciamentos dos recursos para investimentos que são direcionados para os programas de combate a delitos transfronteiriços, como Operação Sentinela, SISFRON e ENAFRON, tem descontinuado muitas operações e bases que seriam de caráter permanentes, provocando incertezas quanto à eficiência do enfrentamento aos problemas que ocorrem nas suas bordas, mas, que afetam todo o conjunto da sociedade do Estado Nacional brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, Hildebrandt. **Limites do Brasil: a fronteira com o paraguay**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Teoria geral do Estado**. 3ª ed. – Barueri, SP: Manole, 2010.

ACUÑA, Jorge Enrique Picón. **Transformación urbana de Letícia. Enfoque en el período 1950 – 1960**: La construcción de una ciudad em la selva amazónica en una región trífrenteriza. Bogotá D.C: Editorial Gente Nueva, 2010.

AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth. **Viagem ao Brasil 1865 – 1866**. Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ALVES, Felipe Dalegonare. **O conceito de soberania**: Do Estado moderno até a atualidade. In. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XII, nº 83, dez 2010. Disponível em <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revistaartigosleitura&artigo_id=8786>. Acesso 01/11/2016.

ARAUJO, Renata Malcher de. **Cidades da Amazônia no século XVIII – Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: Faup Edições, 1998.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Editora Universidade de Brasília Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

BARBALHO, Bruno Gonçalves de Souza, et al. **Política de fronteira e defesa nacional**. <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/politica_de_fronteira.pdf>. Acesso em 27/03/2018.

BECKER, Berta. **A urbe Amazônica: a floresta e a cidade**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BENTO, Fábio Régio. **Cidades de fronteira e integração sul-americana**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

BODIN, Jean. **Los seis libros de la República**. Traducción, presentación y notas Pedro Bravo Gala, 1985. Editorial Tecnos S.A, 1997.

BORBA, Vanderlei. **Fronteiras e Faixas de Fronteiras**: Expansionismo, Limites e Defesa. Rio Grande: *Historiæ*, v. 4, nº 2: 59-78, 2013.

BOTÍA, Carlos Gilberto Zárate. **Ciudades pares en la frontera Amazónica Colonial e Republicana**. In: *Espacios urbanos e sociedades transfronterizas en la Amazonia*. Ed. Carlos Gilberto Zárate Botía. Letícia, Amazonas, Colômbia: Universidad Nacional de Colômbia, Sede Amazonia. Instituto Amazónico de Investigaciones – Imani, 2012.

BOTÍA Carlos Gilberto Zárate. **Silvícolas, siringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colômbia 1880 – 1932.** Letícia, Amazonas, Colômbia: Universidad Nacional de Colômbia, Sede Amazonia. Instituto Amazónico de Investigaciones – Imani, 2008.

BRANCO, Luís Castelo. **O mito das fronteiras em áfrica.** Lisboa: Lusíada: Política Internacional e Segurança, nº 8, pp. 67 – 84, 2013.

BRASIL. **Área de livre comércio de tabatinga/AM** – Diagnóstico socioeconômico e propostas para o desenvolvimento. Manaus: SUFRAMA. 1ª ed., Vol. 5, 2014.

BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. – 35. ed.– Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **AMAZONLOG 2017.** Ministério da Defesa. Comando do Exército Brasileiro: [ttp://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/escola-de-comando-e-estado-maior-do-exercito-amazonlog-2017](http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/escola-de-comando-e-estado-maior-do-exercito-amazonlog-2017). Acesso em 04/04/2018.

BRASIL. **Estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras (ENAFRON).** Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília, s.d.

BRASIL. **Gabinete de gestão integrada de fronteira e divisas do estado do amazonas.** Decreto Nº 38.797, de 21 de Março de 2018.

BRASIL. **Integrando capacidades na vigilância e na atuação em nossas fronteiras.** < www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron > Escritório de Projetos do Exército Brasileiro. Acesso em 08/03/2018.

BRASIL. **Metodologias de funcionamento e estruturação de unidades especializadas de fronteira:** Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) / organização, Alex Jorge das Neves, José Camilo da Silva, Sérgio Flores de Campos. - Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

BRASIL. **Plano estratégico de fronteiras (PEF).** Decreto nº 7.496 de 8 de junho de 2011.

BRASIL. **Programa de proteção integrada de fronteiras (PPIF).** Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016.

BRASIL. **Programa nacional de segurança pública com cidadania (PRONASCI – FRONTEIRAS).** Escopo de Projeto- PEFRON 2009/2010. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília.

BRASIL. **Programa de desenvolvimento da faixa de fronteira**: Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais. 2005.

BRASIL. **Projeto policiamento especializado de fronteiras**. Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009.

BRASIL. **Relatório de gestão, 2007**. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. http://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/arquivos_auditoria/pf/amazonas/elatoriogestao_dpf_am06.pdf. Acesso 15/04/2018.

BRASIL. **Segurança pública nas fronteiras, diagnósticos socioeconômico e demográfico**: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON). Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília, 2016.

BRAVO GALA, Pedro. **Estudio preliminar**. In. Los seis libros de la República. Editorial Tecnos S.A, 1997.

CABRAL, Ricardo Pereira. **O complexo de segurança sul-americano**: Uma análise comparada. Tese de doutorado – Instituto de História – UFRJ. RJ, 2013.

CAMPOS, Sérgio Flores. **Cartilha curso de gestão de políticas de segurança pública nas fronteiras**. Brasília: Ministério da Justiça. SENASP: 2012.

CAMPOS, Simone Martinoli Madeira. **O Estado brasileiro e o processo de produção do espaço no Acre**. Tese de Doutorado - São Paulo, 2004.

CARNEIRO, Camilo Pereira Filho. **Tríplice fronteira brasil, argentina e paraguai**: Transfronteirização através do crime. Relações Internacionais no Mundo Atual. Revista Unicritiba, v. 2 nº 16, 2012, pp. 84-101.

CARNEIRO, Camilo Pereira Filho. **Processo de transfronteirização na bacia do prata**: a Tríplice Fronteira Brasil - Argentina - Paraguai. Porto Alegre: Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2013.

CARNEIRO, Deise de Souza. **Morfodinâmica fluvial do rio solimões, trecho tabatinga a benjamin constant – am e suas implicações para o ordenamento territorial**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2009.

CARVALHO, José Alberto Lima de. **Terras caídas e consequências sociais**: Costa do Miracauera – Paraná da trindade, Município de Itacoatiara – AM, Brasil. Manaus. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, UFAM, 2006.

COLÔMBIA. **Conflito amazônico**: 1932 -1934. Ministério de Defesa Nacional. Bogotá: Villegas Editores, 1994.

COLÔMBIA. **Censo general, 2005**: DANE Boletín. Perfil Leticia – Amazonas. Bogotá, 2005.

COLÔMBIA. **Anuário estadístico, 1999**. Banco de La República. Bogotá, 2000.

COMTE, Augusto. **Discurso sobre o espírito positivo**. Tradução Antônio Geraldo da Silva. São Paulo, SP: Editora Escala, s.d.

CORREA, Jéssica; GODOY, Paulo. **O tratado de madri e as políticas territoriais no brasil meridional**. Artigo publicado no I Colóquio Baiano Tempo, Espaços e Representações - Abordagens Geográficas e Históricas 14 a 16 de outubro de 2013. UESB. Páginas 1 – 17.

COSTA. Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Pulo, 2013.

COUTO PINTO, Kleber. **O Estado islâmico sob a luz da teoria geral do estado**. Rio de Janeiro: R. EMERJ, v. 18, nº 68, p. 60-79, mar. - mai. 2015.

COUTO E SILVA, Golbery. **Geopolítica do brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1967.

COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA, Giovanni França. **Esquemas de fronteira em corumbá (MS): Negócios além do legal e do ilegal**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 - nº 2 - ABR/MAI/JUN 2014 - pp. 207-232.

CUBERO, Jaime. Apresentação. In RECLUS, Elisee. **A Evolução, A Revolução e o Ideal Anarquista**. Tradução Plínio Augusto Coelho – São Paulo: Imaginário, 2002.

CURADO, Pedro Rocha Fleury. **A guerra fria e a “cooperação ao desenvolvimento” com os países não-alinhados: um estudo de caso sobre o Egito nasserista (1955-1967)**. Tese de Doutorado Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2014.

DÍAZ, Fernanda Daniela. **El peru y sus múltiples sendero luminoso**. Universidad Nacional de La Plata. Revista Relaciones Internacionales. Vol. 24, Nº 49, 2015, pp. 51 – 75.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 22ª edição, atualizada, São Paulo: Saraiva, 2001, pp. 74-84.

FERNANDES, Marcelo. **Operação do ggi-f em corumbá e bolívia já prendeu cinco procurados pela justiça**. diarionline.com.br/?s=noticia&id=63912. 13 de novembro de 2013. Acesso em 06/03/2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Guerrilha colombiana mata três soldados no brasil**. Caderno Brasil. 02/03/1991, p. 1.

FONSECA JR., Gelson. **Rousseau e as relações Internacionais**. São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2003.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras**. Tradução de Cecília Lopes; São Paulo: Radical Livros, 2009.

GARCÍA, Gabel Daniel Sotil. **Iquitos e su fundación**. Iquitos: Universidad Nacional de la Amazonía Peruana (UNAP). 2012.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia. Vol. 2, nº 3, 2012 pp. 523 – 545.

GOLIN, Tau. **A fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOES, Synesio Sampaio Filho. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

GOES, Synesio Sampaio Filho. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. Brasília. – Ed. rev. e atual. – FUNAG, 2015.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Direitos brasileiros de zona econômica exclusiva e de plataforma continental em torno do arquipélago de são pedro e são paulo**. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/130/29.pdf>. Consultoria Legislativa, 2002. Acesso 31/03/2018.

GONÇALVES, Ronaldo. **Brasil – Peru: Formação de uma fronteira**. Maringá, PR. Congresso Internacional de História. 09 a 11 de setembro de 2009, pp. 1297 a 1309.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **O Império romano e nós**. In: Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural. SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. (Organizadores). Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.

GUERRA, Antonio Teixeira; GUERRA, Antonio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros, 19ª ed. - Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

HEIMER, Franz-Wilhelm. **Fronteiras e identidades sociais em África**. Porto: Seminário Internacional sobre Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades em África, organizado pelo Centro de estudos Africanos da Universidade do Porto, dias 4 e 5 de maio de 2001.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou, a matéria, forma e poder de estado eclesiástico e civil**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Abril S.A. Cultural e Industrial, 1974.

HOBBS, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua**: um projecto filosófico. Tradução Artur Morão. Universidade da Beira Interior, Covilhã: Lusofonia Press, 2008.

KOHN, Hans. **História del nacionalismo**. Madri: Fondo de Cultura Económica, 1984.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912). São Pulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado**. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

MARTIN, André R. **Fronteiras e nações**. 4ª ed. – São Paulo: Contexto, 1998.

MARQUES, Lenivaldo Carvalho; NOGUEIRA, Ricardo José Batista; SERRÃO, Arenilton Monteiro. **ESFRON**: A Estratégia de Segurança Pública na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru. Porto Alegre: ENANPEGE, 12 a 15 de outubro de 2017, pp. 01-11.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Brasil**: geopolítica e destino. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **A Geopolítica do brasil e a bacia do prata**. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997.

MOITA, Luís. **Uma releitura crítica do consenso em torno do “sistema vestefaliano”**. Lisboa: JANUS.NET, e-journal of International Relations. OBSERVARE Universidade Autónoma de Lisboa, Vol. 3, nº 2, pp. 17-43, 2012.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. São Paulo: 1ª ed. Ed. Abril S.A. Cultural e Industrial, 1973.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história do brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, Antônio Carlos. Robert. - **Ordenamento territorial**: Uma conceituação para o Planejamento Estratégico. In: Para Pensar uma política de Ordenamento territorial. Brasília: Ministério da Integração, 2005.

MORZONE, Luís Antônio. **Compendio de soberania territorial argentina**. Buenos Aires: Dpalma, 1979.

MOTTA, Jorge A. – **Comércio y ocio en la transformación del espacio urbano fronterizo de letícia y tabatinga**. In: Espacios urbanos y sociedades transfronterizas em la Amazonia. Ed. Carlos Gilberto Zárate Botia. Letícia, Amazonas, Colômbia: Universidad Nacional de Colômbia, sede Amazonia. Instituto Amazónico de Investigaciones – Imani, 2012.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazonas**: um estado ribeirinho. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

_____. **Amazonas**: A divisão da “monstruosidade geográfica”. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007

_____. **O Estado brasileiro e sua geografia em regiões de fronteira**. Artigo escrito para I Seminário internacional Território, Estado e Desenvolvimento, realizado na cidade de Salvador, em junho de 2012.

_____. **As redes geográficas na fronteira da amazônia**. Revista ACTA Geográfica, ANO II, nº 3, jan./jun. Boa Vista, 2008.p.41-57.

O GLOBO. **OIM**: Mais de 60 mil imigrantes chegaram à Europa pelo mar em 2017. <https://oglobo.globo.com/mundo/oim-mais-de-60-mil-imigrantes-chegaram-europa-pelo-mar-em-2017-21397396>. Acesso em 20/04/2017.

O GLOBO. **Imigrantes não comiam havia dois dias, diz comandante de navio do Brasil**. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/imigrantes-resgatados-nao-comiam-ha-2-dias-diz-chefe-de-navio-do-brasil.html>. Acesso 20/04/2017.

OLIVEIRA, Márcio Gimene. **A fronteira brasil-paraguai**: Principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade. Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, 2008.

O'SHEA, Patricia Santillán. **Sendero luminoso**. Evolución Histórica y Relevancia Actual. Instituto Español de estudios Estratégicos. Documento Opinión. 30 de marzo de 2017.

PAIVA, Luiz Fábio S. - **Falas da violência nas margens do estado-nação: sobre a dinâmica dos conflitos sociais e das diferenças na cidade de tabatinga, na tríplice fronteira amazônica**. Artigo escrito para o 39º Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu, MG 2015.

PAIVA, Odair da Cruz. **Migrações e nova fronteira utópica**. In: Migrações Internacionais: desafios para o século XXI. PAIVA, Odair da Cruz (organizador). São Paulo: Memorial do Imigrante, 2007.

PECK, Anderson Bremm; CARNEIRO, Camilo Pereira Filho. **A formação do estado-tampão e suas implicações no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014.

PEREGALLI, Enrique. **Como o brasil ficou assim?** Formação das fronteiras e tratados dos limites. São Paulo: Global Editora, 1982.

RAMOS, Fábio Pestana. **O sistema westfaliano e as relações internacionais na Europa**. Para entender a história... Ano 6, Volume jul., Série 04/07, 2015.

RATZEL, Friedrich. **Ratzel**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Antonio Carlos Robert de Moraes (org.). Coord. Florestan Fernandes; Trad. Denise Bottman. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RODRIGUES, Lysias. **A geopolítica do brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

ROTHFELD, André; DIAS, Felipe Oliveira; BERTOLO, Larissa Presoto; MELO, Pedro de Souza; **Movimento dos Não Alinhados: desarmamento e autodeterminação nacional no contexto da Guerra Fria**. Brasília. Simulação das Nações Unidas para secundaristas, p. 575 a 604, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. (Tradução Antônio de Pádua Danesi) 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RIO-BRANCO, Miguel Paranhos de. **Alexandre de Gusmão e o tratado de 1750**. Brasília: FUNAG, 2010.

SADEK, Maria Tereza. **Nicolau maquiavel: O cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú**. In: WEFFORT, Francisco C. – Os Clássicos da Política. Série Fundamentos vol.1; São Pulo: Editora Ática, 2000.

SAN ROMAN, Jesus Victor. **Perfiles históricos de la amazónia peruana**. Iquitos: Centro de Estudios Teológicos de la Amazonía. Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana, 1994.

SOARES, Álvaro Teixeira. **Diplomacia do império no rio da prata até 1865**. Rio de Janeiro: Brand, 1955.

SOUZA, José Antonio Soares de. **Um diplomata do império: Barão da Ponte Ribeiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

SILVA, Gutemberg de V.; RUCKERT, Aldomar A. **A fronteira brasil-frança**. Revista Franco-Brasileira de Geografia. nº 7, 2009. Disponível em <<https://confins.revues.org/6040?lang=pt>>. Acesso 08/11/2018.

STEIMAN, Rebeca. **Zona de fronteira e cidade gêmeas: Uma tipologia das interações fronteiriças**. In: Espacios urbanos e sociedades transfronterizas en la Amazonia. Ed. Carlos Gilberto Zárate Botía. Letícia, Amazonas, Colômbia: Universidad Nacional de Colômbia, Sede Amazonia. Instituto Amazónico de Investigaciones – IMANI, 2012.

ANEXOS



Lenivaldo Marques compartilhou a publicação de **Em Tempo**.

agora mesmo •



Em Tempo

25 de dez às 20:05 •



Entre os feridos está um policial federal e dois militares



Policiais ficam feridos após tiroteio na Base Anzol, em Tabatinga...

Em Tempo



1,2 TONELADAS APREENDIDAS

Militares ficam feridos após confronto com traficantes no rio Japurá

Publicado em 06/01/2018 às 10h41
Por **Portal do Holanda**



14





Portal do Holanda

...

2 h • 🌐

Ex-combatentes das Farc têm trabalhado para facções na Amazônia, diz PF <https://goo.gl/JS81fk>



PORTALDOHOLANDA.COM.BR

Ex-combatentes das Farc têm trabalhado para facções na Amazônia, diz PF



Marco divisório em Tabatinga. Fonte: Lenivaldo Marques (2018)



Apreensão de drogas em Tabatinga. Fonte: Tenente PM T. Cardoso (2017)



Fonte: Lenivaldo Marques (2017)



Fonte: Lenivaldo Marques (2017)



Embarcação liberada após revista, em Tabatinga. Fonte: Lenivaldo Marques (2017)



Porto da Feira Livre de Tabatinga. Fonte: Lenivaldo Marques (2017)



Pátio de manobras de aeronaves, em Tabatinga, Am. Fonte: Lenivaldo Marques (2017)